



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Departamento de Ciências Econômicas
Colegiado de Ciências Econômicas

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Ilhéus - Bahia
Julho / 2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Reitor

Prof^o Alessandro Fernandes de Santana

Vice-Reitor

Prof^o Maurício Santana Moreau

Pró-Reitora de Graduação

Prof^a Rosenaide Pereira dos Reis Ramos

Diretor do Departamento de Ciências Econômicas

Prof^o Carlos Eduardo Iwai Drumond

Vice-Diretora do Departamento de Ciências Econômicas

Prof^a Marianne Costa Oliveira

Coordenadora de Colegiado do Curso de Ciências Econômicas

Prof^a Helga Dulce Bispo Passos

Vice-Coordenador de Colegiado do Curso de Ciências Econômicas

Prof^o Carlos Henrique Leite Borges

Coordenação Geral da Reformulação do PAC-Economia

Prof.^a Helga Dulce Bispo Passos

Prof^o Omar Santos Costa

Comissão de Reformulação do PAC-Economia

Prof^o Carlos Henrique Leite Borges

Prof.^a Helga Dulce Bispo Passos

Prof.^a Maria Bernadete Pereira Bezerra

Prof^a Natália Maria Reis Oliveira Furtado

Prof. Omar Santos Costa

Discente Giovanna Ramos Portela

Elaboração e Revisão do Texto

Prof. Omar Santos Costa

Prof.^a Helga Dulce Bispo Passos

Prof^a Natália Maria Reis Oliveira Furtado

Revisão Final do Texto

Prof.^a Helga Dulce Bispo Passos

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	4
LISTA DE FIGURAS.....	5
LISTA DE TABELAS.....	6
APRESENTAÇÃO	7
1. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UESC.....	11
1.1 A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).....	11
1.1.1 O contexto geoe educacional e social da UESC	14
1.2 O curso de economia: história e consolidação	17
1.2.1 Da administração acadêmica do curso	21
1.2.2 Entidades estudantis vinculadas ao Curso.....	23
2. O PROJETO ACADÊMICO DO CURSO	25
2.2 Concepção, objetivos gerais e vocação do curso	28
2.2.1 Perfil Profissional	33
2.2.2 Habilidades e competências.....	33
2.2.3 Vocação.....	34
2.3 Forma de ingresso no curso de ciências econômicas.....	35
2.4 Condições objetivas de oferta	36
2.4.1 Infraestrutura	36
2.4.2 Corpo docente do curso	38
2.4.3 Caracterização do Corpo Técnico-administrativo do Curso	46
2.5 Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso.....	47
2.5.1 Duração do curso.....	48
2.5.2 Estrutura curricular.....	48
2.5.3 Quadro Geral de Disciplinas	52
2.5.4 Proposta de Percorso para os discentes - Fluxograma	63
2.5.4.1 Proposta de Percorso para os discentes do turno Noturno - Fluxograma.....	63
2.5.4.2 Proposta de Percorso para os discentes do turno Matutino - Fluxograma	64
2.6 Formas de realização da interdisciplinaridade.....	65
2.7 Modos de integração entre teoria e prática.....	68
2.7.1 Os Laboratórios de Prática	69
2.8 Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem.....	71
2.9 Modos da integração entre graduação e pós-graduação	71
2.10 Modos de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.....	72
2.11 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	75
2.12 Curricularização da extensão: concepção, composição e desenvolvimento.....	76
2.13 Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado..	77
2.14 Concepção e composição das atividades complementares.....	78

2.15	Migração e Plano de Adaptação.....	84
2.15.1	Equivalência Curricular	86
2.15.2	Plano de migração curricular.....	90
2.15.3	Previsão de impactos do PPC proposto para os discentes e ações mitigatórias .	91
2.15.4	Previsão de impactos do PPC proposto para o corpo docente	95
3.	CONCEPÇÃO, INSTRUMENTOS E FORMAS DE AVALIAÇÃO PERMANENTE DO CURSO.....	99
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE A – EMENTÁRIO	104
	APÊNDICE B – MINUTA RESOLUÇÃO PAC 2014	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Base Legal empregada para a reformulação do PPC do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC	8
Quadro 2 - Relação dos Municípios da Área de Abrangência da UESC, por Região Econômica.....	15
Quadro 3 - Percentual dos municípios nas respectivas faixas de desenvolvimento humano no Brasil e na microrregião Ilhéus-Itabuna (anos: 1991, 2000 e 2010).....	27
Quadro 4 - Número de títulos e exemplares de obras na área de Economia e áreas correlatas.....	37
Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem	39
Quadro 6 - Rol de componentes (disciplinas) agrupadas por conteúdos de formação.....	50
Quadro 7 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno noturno, com indicação de pré-requisitos	52
Quadro 8 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno matutino, com indicação de pré-requisitos	56
Quadro 9 - Quadro Geral de Disciplinas optativas para os turnos Noturno e Matutino, com indicação de pré-requisitos	60
Quadro 10 - Disciplinas com potencial para exercício da interdisciplinaridade	67
Quadro 11 - Relação das disciplinas obrigatórias de natureza teórico prática (TP) e prática (P)	69
Quadro 12 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Ensino	79
Quadro 13 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Pesquisa	80
Quadro 14 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Extensão.....	81
Quadro 15 - Quadro geral de equivalência de disciplinas.....	86
Quadro 16 - Relação das disciplinas obrigatórias do currículo anterior que foram mantidas no currículo proposto, segundo a semestralização	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Etapas do processo de reformulação do PAC de Ciências Econômicas / UESC.....	7
Figura 2 - Proposta de percurso para os discentes do turno Noturno – Fluxograma.....	63
Figura 3 - Proposta de percurso para os discentes do turno Matutino – Fluxograma	64
Figura 4 - Fluxograma do processo de substituição do currículo antigo e de implantação do proposto – período de 2015.1 a 2019.1	90
Figura 5 - Impacto da migração para os discentes.....	92
Figura 6 - Impacto da migração para os discentes, segundo o período de ingresso.....	93
Figura 7 - Evolução e impacto do processo de transição sobre a carga horária média dos professores do DCEC	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Carga horária total das disciplinas obrigatórias por conteúdos de formação	49
Tabela 2 - Comparativo da estimativa do total de créditos ofertados por semestre no PAC atual e no proposto do Curso de Ciências Econômicas	96
Tabela 3 - Relação das disciplinas do PAC proposto que apresentarão oferta de turmas.....	96
Tabela 4 - Estimativa do total de créditos a serem ofertados por semestre do Curso de Ciências Econômicas no período de 2015 a 2017	97

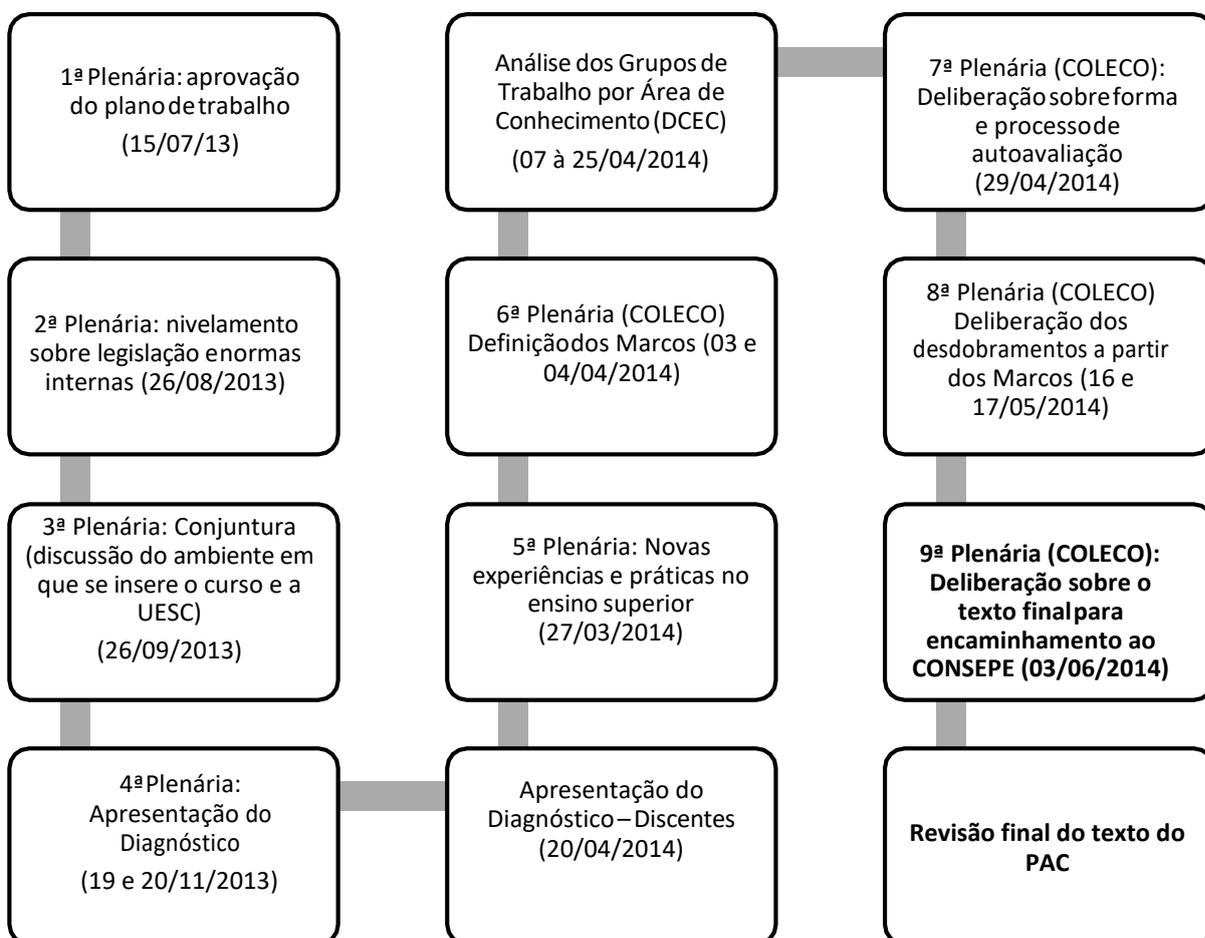
APRESENTAÇÃO

A presente reformulação do Projeto Acadêmico do Curso (PAC) de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) busca aperfeiçoar alguns aspectos do PAC atual, bem como avançar para uma proposta que combine ampliação de uma formação mais plural com uma maior atenção para a relação teoria *versus* prática.

As inquietações surgidas entre docentes e discentes a partir do início de 2013 quanto aos desafios no ensino de economia, as mudanças experimentadas no ensino superior, o processo de seleção do SISU e a conjuntura regional foram ingredientes relevantes para a decisão de propor um novo PAC para o curso.

A metodologia para a elaboração do Novo PAC foi definida ainda no final do primeiro semestre de 2013 e continha várias fases, conforme demonstra a Figura 1:

Figura 1 –Etapas do processo de reformulação do PAC de Ciências Econômicas / UESC



A proposta metodológica previa quatro eixos:

- Nivelar o conhecimento acerca da legislação que ampara a estrutura do curso e a reformulação do PAC;
- Levantar as informações acerca do curso de Ciências Econômicas, na UESC (diagnóstico) e fora dela (experiências e realidade);
- Discutir e pactuar paulatinamente cada aspecto do PAC nas várias reuniões;
- Deliberar nas duas últimas reuniões, sobre a estrutura final a ser definida para o curso.

E para subsidiar as reflexões e a reformulação, assenta-se em arcabouço legal e normativo em nível federal, estadual e institucional, listado no Quadro 1.

Quadro 1 – Base Legal empregada para a reformulação do PPC do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC

(Continua)

NORMATIZAÇÕES GERAIS NACIONAIS

- Lei nº. 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº. 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, institui a curricularização da extensão nas graduações e dá outras providências.
- Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Leis n ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES 2/2007, de 02 de julho de 2007, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Parecer CNE/CES 8/2007, de 31 de janeiro de 2007, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES 4/2007, de 13 de julho de 2007, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES 95/2007, de 29 de março de 2007, trata da alteração do Parecer CNE/CES nº 380/2005 e da Resolução CNE/CES nº 7/2006, relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas;
- Resolução CNE/CES 01/2010, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- Parecer CNE/CES 04/2010, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

Quadro 1 – Base Legal empregada para a reformulação do PPC do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC

(Continua)

NORMATIZAÇÕES GERAIS NACIONAIS

- Resolução CNES/CES 18/2018, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta sobre a curricularização da extensão nas graduações prevista na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014.
- Parecer CNES/CES 608/2018, de 03 de outubro de 2018, trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

NORMATIZAÇÕES REGIONAIS E INTERNAS

- Lei Municipal nº 840/1968, de 20/12/1968, que autoriza o Executivo Municipal a assumir a responsabilidade de entidade mantenedora da FACEI;
- Decreto Municipal nº 2.339/1969, de 20/06/1969, que torna a FACEI Autarquia Municipal;
- Parecer nº 88/1970, de 15/06/1970, que autoriza o funcionamento da FACEI pelo Conselho Estadual de Educação;
- Decreto nº 67.141/1970, de 08/09/1970, que autoriza o funcionamento da FACEI;
- Decreto nº 68.446, de 30/03/1971, que convalida cursos de graduação na FACEI;
- Parecer nº 1.384/1974, de 09/05/1974, que reconhece a FACEI com o curso de Ciências Econômicas;
- Decreto nº 74.866/1974, de 11/11/1974, que concedem o reconhecimento do curso de Ciências Econômicas da FACEI;
- Parecer nº 2.750/1974, de 05/09/1974, que concedem o reconhecimento do curso de Ciências Econômicas da FACEI;
- Lei nº 6.344, de 05/12/1991 que cria a UESC e incorpora o Curso de Ciências Econômicas a essa IES;
- Regimento Geral da UESC, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia nº 19.110/2006, de 26 de abril de 2006;
- Resolução CEE (Conselho Estadual de Educação da Bahia) 51/2010, de 19 de abril de 2010, que dispõe sobre o Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino;
- Resolução CONSEPE 99/2010, de 26 de outubro de 2010, que estabelece normas específicas para afastamento e retorno de estudantes da UESC;
- Parecer CNES/CES 804/2018, de 05 de dezembro de 2018, que trata de consulta sobre a aplicabilidade de alterações de grades curriculares de cursos de graduação por Instituições de Ensino Superior (IES).
- Resolução CONSEPE 54/2018, de 07 de dezembro de 2018, que estabelece a forma de registros acadêmicos de carga horária de cursos, disciplinas e outras atividades acadêmicas da graduação na UESC;

Quadro 1 – Base Legal empregada para a reformulação do PPC do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC

(Conclusão)

NORMATIZAÇÕES REGIONAIS E INTERNAS

- Resolução CONSEPE 4/2018, de 15 de dezembro de 2018, que altera a Resolução CONSEPE 75/2014, que reformulou o Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz;
- Resolução CONSEPE 55/2018, de 17 de dezembro de 2018, que aprova as Diretrizes para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos Cursos de Graduação da UESC;
- Resolução CONSEPE 98/2019, de 18 de dezembro de 2019, que alterou a Resolução CONSEPE nº 30/2016 que trata do Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas da UESC;
- Resolução CONSEPE 16/2022, de 20 de maio de 2022, que aprova o Regulamento de Inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Todo o processo contou com a participação de docentes e discentes do curso no processo de discussão e construção, através de reuniões ampliadas do Colegiado (contando com a totalidade dos professores e representantes discentes) e de plenárias com a totalidade dos alunos do curso. Contou-se, ainda, com os elementos indicados no diagnóstico realizado juntos aos professores, alunos e ex-alunos do curso, quando se buscou levantar impressões, avaliações e sugestões sobre o atual PAC-Economia.

Dessa forma, o presente documento é a síntese das discussões e proposições dos atores envolvidos (discentes, docentes e demais colaboradores) que continuam a moldar o curso de Ciências Econômicas da UESC frente aos desafios que a realidade impõe, além de definir o curso que se almeja para os próximos anos e o perfil do profissional, Economista, que se pretende formar.

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UESC

1.1 A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, criada pela Lei nº. 6.344, de 05 de dezembro de 1991; reorganizada pela Lei nº. 6.898, de 18 de agosto de 1995; credenciada pelo Decreto nº. 7.633, de 16 de julho de 1999, conforme Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº. 89, de 31 de maio de 1999, e recredenciada pelo Decreto 9.966, de 04 de abril de 2006, conforme Parecer CEE 115/2006.

Situa-se na região que foi palco do descobrimento do Brasil, há mais de 500 anos pelos portugueses, sendo seu nome, Santa Cruz, uma alusão e uma homenagem a esse marco histórico. Seu *campus* situa-se entre os dois principais pólos urbanos da região Sul da Bahia, no km 16 da Rodovia Jorge Amado, que liga os municípios de Ilhéus e Itabuna.

Assim, sua área geoeeducacional compreende, dentro das regiões de planejamento do estado da Bahia, o Litoral Sul, e abrange um vasto espaço do território estadual, agregando as sub-regiões conhecidas como Baixo-Sul (com 11 municípios), Sul (42 municípios) e Extremo-Sul (21 municípios). Tendo como principais pólos urbanos: Ilhéus e Itabuna, ao Sul. Ao todo, atende a 74 municípios, em uma área de 55.838 km², correspondendo a 9% da área do estado da Bahia e a cerca de 16% de sua população.

Retrocedendo um pouco em sua história, evidencia-se que a origem natural da UESC, ainda nos anos de 1960, coincide com a história do curso de Ciências Econômicas. Entretanto, o processo de sua estadualização só ocorreu nos anos de 1990. Nesse sentido, no dia 28 de dezembro de 1988, foi sancionada a Lei nº 4.816, criando a **FUNCRUZ**, também **Fundação Santa Cruz**, de direito público, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade explícita de "promover a criação e manutenção de uma Universidade no Sul do Estado, nos termos da legislação pertinente", havendo o art. 6º. definido que "o orçamento do Estado consignará, anualmente, sob a forma de dotação global, recursos para atender às despesas da Fundação, com vistas ao cumprimento dos seus objetivos". Todavia, ao ser publicada a Lei nº 4.816/88, o orçamento do Estado já estava aprovado. Por isso, ainda em 1989, o Estado transferiu recursos para a **FESPI** por meio de sucessivos convênios.

A partir de 1º. de janeiro de 1990, a **FUNCRUZ** tornou-se uma unidade orçamentária

do Estado, mediante aprovação do seu Orçamento-Programa, ao lado das demais Universidades Estaduais. Desse modo, a **FESPI** passou a ser mantida pela **FUNCRUZ**. A situação foi modificada pela Lei nº. 6.344, de 5 de dezembro de 1991, que criou, de fato, a UESC.

Em 1991, com a promulgação da Lei nº 6.344, foi extinta a FUNCRUZ. A UESC passou a integrar o Orçamento do Estado da Bahia, no exercício financeiro de 1992, compondo o quadro das entidades da administração indireta da Bahia e integrando-se ao Sistema Estadual de Ensino, na condição de Fundação Pública (art. 1º. da Lei nº 6.344/91).

A partir de então, como Fundação Pública, sofreu alterações tanto na sua personalidade jurídica quanto na sua estrutura organizacional e de cargos, através da Lei nº 6.898, de 18 de agosto de 1995. Assim, a personalidade jurídica da Universidade passou de Fundação à Autarquia. A sua Administração Superior passou a ser exercida, a partir de então, pela Reitoria, pelo Conselho Universitário (CONSU), pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e pelo Conselho de Administração (CONSAD).

A UESC, conforme Decreto Estadual nº. 7.633, de 16 de julho de 1999, goza de autonomia financeira, acadêmica e científica, decorrentes deste Ato de Credenciamento. A sua estadualização marcou o início de um novo tempo, já que a UESC ganhou fisionomia e *status* real de Universidade. O seu *campus* se expandiu, multiplicou-se o seu quadro docente e de servidores técnico-administrativo, como de estagiários, e buscou-se o desenvolvimento da pesquisa e da extensão. Seus cursos se expandiram e tem sido cotidiana a luta por conferir-lhes credibilidade, qualidade e aperfeiçoamento.

Já em 2006, a UESC vivenciou um novo momento: a consolidação acadêmico-institucional dada pelo seu Recredenciamento, através do Decreto Estadual nº. 9.966, de 04 de abril, publicado no Diário Oficial do Estado em 05/04/2006, assinado pelo Governador Paulo Souto, na forma do Parecer nº 115/2006 do Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário Oficial do Estado, em 30 de março de 2006.

Nesse conjunto, conta, atualmente, em relação ao ensino de graduação, com 33 cursos regulares na modalidade presencial, dos quais 22 são bacharelados e 11 são licenciaturas. Nesse mesmo nível de ensino apresenta, também, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma iniciativa do Governo Federal que tem como propósito formar professores para atuarem na Educação Básica de ensino. E, ainda, propostas e ações de educação à distância (EAD), que são indispensáveis na implantação de uma dinâmica formativa com aspectos diferenciais das práticas pedagógicas convencionais, com alternativas pedagógico-metodológicas necessárias à construção do conhecimento, considerado como ciência,

tecnologia e cultura, visando à integração da formação profissional inicial e continuada, privilegiando as localidades mais distantes dos grandes centros, conforme estabelecido pelo Parecer CES 350/2004, no que concerne à habilitação para a oferta de cursos de graduação à distância.

Também participa do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, resultado da ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), de Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PDE), que estabeleceu no país um novo regime de colaboração da União com os estados e municípios. Esse Plano é destinado aos professores, em exercício, das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e oferece cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade. A ação se dá através do Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR). Neste contexto, a UESC, desde dezembro de 2009, desenvolve ações do PARFOR com a implantação dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Pedagogia, História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa e Ciências Sociais. Em 2012, a UESC ofertou 18 turmas de formação inicial, totalizando 510 profissionais matriculados nos 8 diferentes cursos oferecidos.

Quanto à Pós-Graduação, oferece, atualmente, oito cursos *Lato Sensu* e dezoito cursos *Stricto Sensu*, nas diversas áreas do conhecimento. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são relevantes para o processo de capacitação contínua dos profissionais que já atuam no mercado regional. Além disso, servem como acúmulo de experiência para futuros programas *stricto sensu*.

Já estes, possibilitam a formação de recursos humanos, de alto nível, para atender às demandas das comunidades regional e acadêmica. Nesse segmento, a UESC oferece cursos nas diversas áreas do conhecimento (conforme classificação da CAPES), inclusive na área das Ciências Econômicas (o Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas).

As suas ações de Extensão objetivam desenvolver e executar projetos que visem fornecer meios para incrementar o desenvolvimento socioeconômico, sintonizado com as demandas regionais na territorialidade da UESC. O trabalho extensionista realiza ações educativas, através de eventos, transferência de tecnologia e prestação de serviços empreendidos nas seguintes áreas: Educação; Saúde; Trabalho, Direitos Humanos; Cultura; Comunicação; Tecnologia e Meio Ambiente.

Para a consecução dos seus objetivos institucionais, a UESC tem a estrutura orgânica baseada em órgãos da Administração Superior, órgãos da Administração Setorial e órgãos de

Apoio Administrativo. A sua administração superior é exercida pelos Conselhos de Administração (CONSAD), de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e pelo Conselho Universitário (CONSU), além dos órgãos que estão ligados ao plano executivo, como a Reitoria, as Pró-reitorias e as Assessorias. Os Departamentos, nessa hierarquia organizacional, possuem responsabilidades setoriais na organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, sendo individualizados por áreas de conhecimento.

Nesse sentido, o modelo organizacional adotado pela UESC assemelha-se ao que é adotado por grande parte das universidades públicas e contempla uma gestão colegiada em suas diversas instâncias, com representação dos diversos segmentos universitários. A Coordenação Didático-Pedagógica de cada Curso de Graduação ou Pós-Graduação implantado na Universidade é atribuída a um Colegiado de Curso, cujo funcionamento é disciplinado por Regulamento Interno.

Verifica-se, assim, uma boa sintonia entre a estrutura organizacional e a prática administrativa, o que é favorecido pelo fato de que as atividades institucionais estão concentradas na sua sede e único *campus*.

1.1.1 O contexto geoe educacional e social da UESC

Conforme delimitação constante no seu Projeto Institucional, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) tem jurisdição em toda a Região Sul do estado da Bahia, que corresponde à toda Mesorregião Sul Baiana.

Situada no município de Ilhéus, Sul da Bahia, está, portanto, inserida na chamada Biosfera do Descobrimento do Brasil. Esta região se destaca no cenário brasileiro pela sua rica história cultural e social, que incluem episódios coloniais e mais a chamada *saga* do cacau, mundialmente conhecida pela obra do mais célebre escritor regional: Jorge Amado.

Acrescente-se a estes aspectos à presença, nesta zona, de importantes bolsões de Mata Atlântica preservada, em parte, pela lavoura cacauzeira, além de fartos recursos hídricos que, em composição com o Oceano Atlântico, produzem paisagens naturais exuberantes.

A UESC vem consolidando seu projeto institucional, traçado em função de seu compromisso social com a comunidade sul-baiana, buscando cumprir a missão precípua de formar cidadãos críticos e realizados, bem como profissionais adequadamente preparados.

O *Campus* universitário está localizado no eixo Ilhéus-Itabuna, conhecido como o pólo central da chamada Região Cacauzeira ou Litoral Sul, ou ainda, para efeito de zoneamento turístico, Costa do Cacau. Além da proximidade geográfica, essas duas regiões estão ligadas,

histórica e culturalmente, a Ilhéus e Itabuna e, por consequência, à Universidade Estadual de Santa Cruz. Assim, por ter sido a primeira instituição de ensino superior pública implantada na zona sul-baiana, a UESC logo passou a atender demandas de uma área mais extensa, reunindo o Baixo-Sul, o norte de Ilhéus, e o Extremo Sul, onde se situa a cidade de Porto Seguro, considerada o “berço” da nacionalidade brasileira. A região abrange uma área de 55.838 km², correspondente a 9% da área do estado da Bahia e engloba uma população que corresponde à 16% da população baiana.

É importante destacar que as regiões de influência das Universidades Estaduais da Bahia foram definidas pela Lei Delegada nº. 66 de 1º de junho de 1983 e, à exceção da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, com característica *multicampi* nas diversas regiões do estado), estão estabelecidas a partir da localização das unidades e da relação com seu entorno, considerando a regionalização econômica do estado, de acordo com a delimitação proposta pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Assim, a área de abrangência da UESC é composta por 74 municípios, sendo 53 relativos à Região Sul e 21 ao Extremo Sul, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 - Relação dos Municípios da Área de Abrangência da UESC, por Região Econômica

REGIÃO 4 – LITORAL SUL			
1 – Aiquara	14 – Dário Meira	29 – Itajuípe	42 – Presidente Tancredo Neves
2 – Almadina	15 – Floresta Azul	30 – Itamari	43 – Santa Cruz da Vitória
3 – Apuarema	16 – Gandu	31 – Itapé	44 – Santa Luzia
4 – Arataca	19 – Ibirapitanga	32 – Itapitanga	45 – São José da Vitória
5 – Aurelino Leal	20 – Ibirataia	33 – Ituberá	46 – Taperoá
06 – Barra do Rocha	21 – Igrapiuna	34 – Jitaúna	47 – Teolândia
07 – Barro Preto	22 – Ilhéus	35 – Jussari	48 – Ubaitaba
8 – Buerarema	23 – Ipiáú	36 – Marau	49 – Ubatã
9 – Cairu	24 – Itabuna	37 – Mascote	50 – Una
10 – Camacã	25 – Itacaré	38 – Nilo Peçanha	51 – Uruçuca
11 – Camamu	26 – Itagi	39 – Nova Ibiá	52 – Valença
12 – Canavieiras	27 – Itagiba	40 – Pau Brasil	53 – Wenceslau Guimarães
13 – Coaraci	28 – Itajú do Colônia	41 – Piraiá do Norte	
REGIÃO 5 – EXTREMO SUL			
1 – Alcobaça	7 – Itabela	12 – Jucuruçu	17 – Porto Seguro
2 – Belmonte	8 – Itagimirim	13 – Lajedão	18 – Prado
3 – Caravelas	9 – Itamaraju	14 – Medeiros Neto	19 – Santa Cruz Cabrália
4 – Eunápolis	10 – Itanhém	15 – Mucuri	20 – Teixeira de Freitas
5 – Guaratinga	11 – Itapebi	16 – Nova Viçosa	21 – Vereda
6 – Ibirapoã			

Fonte: Relatório de Recredenciamento/UESC, 2005.

Historicamente, a região Sul da Bahia ficou marcada por algumas características peculiares, a saber: matriz agrícola centrada na lavoura cacauieira (monocultura); matriz industrial frágil e simples, em parte decorrente do predomínio de uma mentalidade comercial; uma economia fortemente condicionada às oscilações do cacau; lucros relativamente elevados com a produção de cacau, comparados com outras regiões produtoras; baixa capacidade

técnica e gerencial e, desde 1986, a região passa por uma forte crise iniciada com a queda de preços decorrente de uma superprodução mundial de cacau.

Para agravar ainda mais a situação, entre 1989 e 1990, registrou-se o alastramento do fungo conhecido como “Vassoura de Bruxa” que, dizimando imensas áreas de cacauais, provocou um maior endividamento dos produtores, o abandono de plantações e o aumento do desemprego rural e urbano. Como reação, novas atividades e culturas agrícolas começaram a se esboçar e, em consequência das diretrizes da política do governo estadual, foram surgindo alguns projetos industriais promissores.

Assim, na perspectiva da diversificação econômica, para driblar a crise da monocultura cacaueteira, buscou-se atrair à região indústrias que incentivassem novas frentes de trabalho, mediante concessão de incentivos fiscais federais, estaduais e municipais. Neste contexto, a prioridade tem sido dada às empresas de médio e grande porte e, dentre as principais áreas emergentes, estavam as de calçados e confecções em Itabuna – e em mais de quarenta outros municípios do estado – e as indústrias de informática e eletrônica em Ilhéus.

Esta política governamental aplicada em diversas regiões baianas estimulou a produção de grãos no Oeste e a agricultura irrigada no Vale do São Francisco e na região de Livramento do Brumado. Destacam-se, igualmente, a produção de frutas, a piscicultura e a carcinicultura. Começam a ter expressão, também, as agroindústrias (em especial da cana-de-açúcar, visando ao aumento da produção de aguardente), a produção cerâmica e mineral e a indústria de transformação plástica. Merecem relevo, ainda, a produção de celulose no Extremo-Sul (inicialmente, com a VERACEL) e o complexo automotivo da Ford, em Camaçari.

As políticas estaduais de busca de diversificação produtiva, visando ao desenvolvimento econômico da Bahia, intensificaram, nos últimos anos, as ações no sentido de otimização do potencial turístico da região litorânea do Sul da Bahia. A região é marcada pela presença de uma extensa faixa de Mata Atlântica, cujas condições edafo-climáticas propiciaram a existência de diversos ecossistemas, conferindo-lhes a característica de alta diversidade florística e faunística, constituindo um patrimônio genético de inequívoca importância.

Trata-se de uma zona, portanto, com importante patrimônio histórico-cultural, belezas naturais, marcante presença de afrodescendentes, de remanescentes indígenas, da herança colonial portuguesa e dos traços mais recentes da “época de ouro” do cacau, mas com muitos problemas socioambientais, ocasionados pela exploração turística e por intensos processos migratórios, causando um descompasso entre as novas demandas sócio-produtivas e as

infraestruturas existentes. Neste complexo panorama e suas implicações humanas, socioculturais, econômicas, tecnológicas e científicas, a Universidade Estadual de Santa Cruz emerge como instituição catalisadora das esperanças de toda a sociedade da região e o curso de Ciências Econômicas, por essência, tem papel fundamental nesse cenário.

Histórica e estatutariamente comprometida com o desenvolvimento regional, a UESC vem promovendo, através de suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, a captação, a análise, a sistematização e a construção de conhecimentos que contribuam com o desejado redimensionamento da sua área de inserção, no sentido de sua sustentabilidade face à dinâmica contemporânea da mundialização.

É tal esse compromisso que vem buscando balizar e atualizar a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação nesse sentido, assim como definindo as prioridades e perfis das linhas de pesquisa e das ações de extensão. Valorizando a tradição das escolas superiores regionais a partir das quais foi criada, a Universidade Estadual de Santa Cruz oferece cursos nas áreas mais clássicas do conhecimento – Direito, Letras, Filosofia e Economia –, aos quais se vêm somando, outros, ao longo do tempo.

1.2 O curso de economia: história e consolidação

O presente subitem foi extraído do livro organizado por Nascimento (2006) publicado em comemoração aos 40 anos do curso de Ciências Econômicas da UESC. Assim, evidencia-se que a história do curso de Ciências Econômicas da UESC confunde-se com a do Departamento de Ciências Econômicas da UESC (DCEC), posto que ambos têm como origem a Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (FACEI). De outro modo, embora o Departamento possua outros cursos vinculados em nível de pós-graduação, alguns recém implantados, grande parte da sua estrutura e ações volta-se para seu único curso em nível de graduação, o bacharelado em Ciências Econômicas, condição essa que se reitera ao longo da história do Departamento.

A Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (FACEI) teve sua origem sedimentada nos anseios da Região Cacaueira de prover os filhos da terra da oportunidade de acesso ao ensino superior, anteriormente só conquistado por aqueles de famílias mais abastadas, que podiam deslocá-los e mantê-los na capital do estado da Bahia, ou em outras cidades que ofereciam tal ensino.

Pautados nas conquistas anteriores da criação das Faculdades de Direito de Ilhéus (FDI) e da Faculdade de Filosofia de Itabuna (FAFI), idealizou-se a Faculdade de Ciências

Econômicas de Itabuna (FACEI) contando, na ocasião, com um quadro de professores qualificados, atuantes nas outras faculdades e também com pesquisadores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

A FACEI, embora tenha tido seu início de atividades reconhecido, oficialmente, em 1º de março de 1967, teve sua implantação, de fato, em 1965, por iniciativa do veterinário Raimundo Jerônimo Dias Machado. No entanto a autorização para o funcionamento do curso só ocorreria em 1970 com a formatura de graduação da primeira turma.

Em Itabuna, Raimundo Jerônimo contou com a participação de professores que já atuavam no ensino do terceiro grau (na FAFI e FDI) para realizar a tarefa de implantação da Faculdade de Ciências Econômicas. No início, os professores que ministravam as aulas eram membros das duas faculdades citadas. E assim, o idealismo, a mobilização da sociedade e o comprometimento do poder público municipal foram os responsáveis pela emergência do terceiro grau na região.

Desde que se iniciou, em 1965, num prédio localizado, de início, na Rua Duque de Caxias, a antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (FACEI), enfrentou todos os tipos de dificuldades para se consolidar como mais um curso superior nesta região, que precisava de profissionais, como ainda precisa, com formação adequada para entender as instabilidades decorrentes do comércio internacional em relação a sua principal atividade produtiva e base de sua economia, o cacau.

Assim, a FACEI foi fundada em outubro de 1964, como entidade privada de ensino superior, isolada, e teve início o funcionamento do Curso já em 1965, com a realização do primeiro vestibular, sem ter obtido a autorização para funcionamento, para o que era necessário existir uma entidade mantenedora.

Seguindo o disposto na letra “a” do art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a direção da Faculdade ingressou com pedido de autorização ao Conselho Federal de Educação, conforme Processo 61.776-64, que até 1969 não havia se pronunciado sobre o assunto, embora, mesmo assim, o curso tenha iniciado o seu funcionamento (BRASIL, 1996) (BRASIL, 1996).

No início do ano de 1968, a Faculdade ainda não possuía uma entidade mantenedora, uma exigência prevista nas normas federais que cuidavam do assunto, mas já existia um manifesto engajamento da comunidade na solução do problema, mercê do trabalho desenvolvido pela direção e pelos estudantes da FACEI. Em razão dessa necessidade, pessoas representativas da sociedade se reuniram na Associação Comercial de Itabuna, no dia 15 de março de 1968, e fundaram a Associação Itabunense de Cultura, cujo objetivo principal era

ser “a entidade mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna”, cujos órgãos e respectivos integrantes também foram escolhidos naquele dia.

Graças à Associação Itabunense de Cultura, foi possível a aquisição de livros especializados, item importante para o processo de autorização. De outro modo, à época, o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), adquiriu títulos patrimoniais da Associação, no valor de 10 mil cruzeiros novos, integralmente destinados à ampliação da Biblioteca da Faculdade, conforme artigo de autoria do coordenador.

Em dezembro de 1968, a Câmara Municipal de Itabuna, por meio da Lei nº 810, autorizou a Prefeitura a assumir os encargos de entidade mantenedora da Faculdade, o que foi feito, inicialmente, na forma de convênio, e em seguida transformando a Faculdade em Autarquia Municipal, conforme Decreto Municipal nº 2.339, de 29 de junho de 1969, criando assim uma nova situação jurídica da FACEI, de estabelecimento isolado de caráter privado, para estabelecimento isolado oficial.

Diante dessa nova situação jurídica, a direção da Faculdade abandonou o pedido anteriormente feito ao Conselho Federal de Educação, em 1964, e apresentou solicitação idêntica ao Conselho Estadual de Educação (CEE), na suposição de que tal providência era prerrogativa do CEE. Ocorre que, ao examinar a questão, em agosto de 1969, o CEE concluiu por não dever tomar conhecimento do pedido, por lhe faltar competência, na forma da Lei Federal nº 5.540/68, orientando no sentido de que se retornasse o assunto ao Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1968) (BRASIL, 1968).

Ainda em 1969, com a primeira turma de bacharéis em Ciências Econômicas da FACEI praticamente já concluindo o curso, tendo em vista o Decreto-Lei nº 842, de 9/9/69, que restitui aos conselhos estaduais de educação a competência para apreciar os pedidos de autorização de funcionamento, a Faculdade retorna ao CEE com novo pedido de autorização, por sugestão do próprio Conselho, quando os procedimentos para esse fim são iniciados.

Assim, em 15 de junho de 1970, o Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou o Parecer nº 88/70, concedendo a Autorização para Funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna, convalidando os cursos realizados a partir de 1965.

Depois de todas essas dificuldades, o processo foi encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura, após o que foi concedida a autorização, conforme Decreto nº 67.141, de 08/09/70. Entretanto, o Decreto foi editado sem convalidar os cursos realizados a partir de 1965, conforme sugestão constante do Parecer nº. 88/70, do Conselho Estadual de Educação, o que exigiu novo empenho dos interessados para que essa falha fosse corrigida, sem o que os cursos realizados de 1965 até 1970 estariam irremediavelmente invalidados. Em 1971, quase

um ano depois, o Decreto nº 68.446, de 30/03/71, corrigiu a referida falha.

Em 1973, a FACEI passou a integrar a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI) se consolidando e acalentando os anseios latentes da intelectualidade local quanto ao sonho de implantação de uma universidade. A criação da FESPI se deu por exigência da legislação educacional da época (Lei nº 5.540/68) que requeria, no seu Art. 8º, que “os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, [...] congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo-se, [...] federação de escolas”. Em 2 de agosto de 1973, foi autorizada pelo Parecer CFE nº 1.637/74, de 5 de junho de 1974 e seu funcionamento se deu em 11 de julho de 1974 (BRASIL, 1968) (BRASIL, 1968).

Dessa forma, o arranjo institucional em forma de Federação de Escolas se fez necessário para permitir a ocupação imediata do *campus* em construção, com parte de sua estrutura física já terminada, a qual viabilizava a transição para a futura universidade. A FESPI então reuniu no *campus* construído entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, os estabelecimentos de ensino superior existentes na região, à exceção da Faculdade de Sociologia por não ter seu curso, até então, autorizado.

Vencida a etapa de luta pela autorização de funcionamento, o Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna requereu, em 1972, ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação e Cultura, que fosse mandado verificar as condições de seu funcionamento para efeito de reconhecimento da faculdade com o curso de Ciências Econômicas, conforme Processo nº 1.884/72 do Conselho Federal de Educação.

Pela Portaria nº 83 de 17/2/1972, do Diretor do DAU, foram designados os professores Antônio Manuel Henriques Pimenta, da Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, e Ieda Maciel Spínola, da Inspeção do MEC, para constituírem a Comissão Verificadora. O exame do relatório da Comissão Verificadora, e das demais peças que compunham o processo citado, resultou no Parecer 1.384/74 – CESU (1º. Grupo), que indicou o reconhecimento. Logo após, foi concedido o reconhecimento, pelo Decreto nº 74.866, de 11 de novembro de 1974.

Mais à frente no tempo, em 1991, por iniciativa do Governo do Estado da Bahia, com as experiências das faculdades isoladas, da FUNCRUZ e da FESPI, é criada a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pela Lei nº 6.344, de 5 de dezembro de 1991, constituída pelos cursos de ensino superior atualmente em funcionamento, mantidos pelo Estado, através da Fundação Santa Cruz (FUNCRUZ), conforme dispõe o seu artigo 3º. Então, a Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna, como as demais, continuaram com suas estruturas

administrativas e acadêmicas reunidas na UESC, até que se efetivasse o seu reconhecimento, conforme disposto no artigo 13º da Lei que a criou.

Assim, desde que a FACEI passou a gerenciar seu curso de Ciências Econômicas através dos Departamentos de Teoria Econômica e Economia Aplicada e agregando, em 1975, o Departamento de Administração, essa estrutura organizacional apenas foi modificada com a implantação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que extinguiu as antigas faculdades, criando a estrutura departamental e colegiada ligada aos cursos hoje existentes. Atualmente, então, o curso de Ciências Econômicas está organizado enquanto Departamento e Colegiado de Ciências Econômicas.

Por fim, e de modo resumido, as bases legais para a criação e manutenção do Curso ao longo da sua trajetória são:

- a Lei Municipal nº 840, de 20/12/1968 que autoriza o Executivo Municipal a assumir a responsabilidade de entidade mantenedora da FACEI;
- o Decreto Municipal nº 2.339, de 20/06/1969 que cria Autarquia Municipal;
- o Parecer nº 88/70, de 15/06/1970 que autoriza o funcionamento da FACEI pelo Conselho Estadual de Educação;
- o Decreto nº 67.141, de 08/09/1970 que autoriza o funcionamento da FACEI;
- o Decreto nº 68.446, de 30/03/1971 que convalida cursos de graduação na FACEI;
- o Parecer nº 1.384, de 09/05/1974 que reconhece a FACEI com o curso de Ciências Econômicas;
- o Parecer nº 2.750, de 05/09/1974 e o Decreto nº 74.866, de 11/11/1974 que concedem o reconhecimento do curso de Ciências Econômicas da FACEI e;
- a Lei nº 6.344, de 05/12/1991 que cria a UESC e incorpora o Curso de Ciências Econômicas a essa IES.

1.2.1 Da administração acadêmica do curso

Em conformidade com o Regimento Geral da UESC (Art. 41 e 47) e com a Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 07 de 2007, o Colegiado de Ciências Econômicas é órgão da administração setorial de deliberação coletiva, supervisão e coordenação didático-pedagógica do curso de Ciências Econômicas, integrando a estrutura da Universidade Estadual de Santa Cruz. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2006) (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2006) (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2006) (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2007)

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2007)

Assim, o Colegiado articula-se com os Departamentos aos quais pertencem as disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos do saber do currículo do curso; com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

É ainda composto por docentes em exercício, representando cada uma das matérias ou disciplinas da matriz curricular, indicados pelos respectivos Departamentos de origem dessas disciplinas, e pela representação estudantil do curso de Ciências Econômicas, escolhida por eleição direta, no total de 1/5 (um quinto) calculado sobre o total dos demais membros do Colegiado.

A direção do Colegiado do curso, em consonância com a resolução CONSU 07/2007 (que dispõe sobre o Regimento Interno dos Colegiados de Cursos de Graduação), é exercida por docentes lotados no Departamento de Ciências Econômicas, que exercem as funções de Coordenador e Vice-Coordenador. Os mesmos são eleitos por plenária do Colegiado e nomeados pela Reitoria.

De acordo com o Artigo 7º da Resolução 07/2007 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2007) (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2007), são competências dos coordenadores de colegiados de cursos:

- I. administrar e representar o Colegiado de Curso;
- II. cumprir e fazer cumprir os instrumentos legais da Universidade, as deliberações dos Conselhos Superiores e os Regimentos Internos dos órgãos da Universidade;
- III receber e encaminhar ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, devidamente instruídos, os recursos interpostos contra as decisões do Colegiado de Curso;
- IV. julgar os pedidos de reconsideração contra decisões emitidas pelo próprio Colegiado;
- V. dar cumprimento às deliberações do Colegiado de Curso;
- VI. coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas do curso;
- VII. organizar a oferta de disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber a cada período letivo, solicitando aos departamentos a indicação dos docentes;
- VIII. coordenar as atividades de colação de grau e, juntamente com o Reitor, firmar diplomas;
- IX. manter atualizados os registros e a documentação inerentes ao curso e suas atividades;
- X, elaborar e encaminhar, conjuntamente com a Secretaria Geral de Cursos- /SECREGE, os horários de aulas e demais atividades do curso, compatibilizando-os com os Departamentos;
- XI. acompanhar o período mínimo e máximo de integralização curricular dos alunos em curso, assegurando o controle das vagas por curso;
- XII. organizar e processar a pré-matrícula e a matrícula, conjuntamente com a Secretaria Geral de Cursos (SECREGE);
- XIII. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;

- XIV. elaborar relatório anual das atividades do Colegiado de Curso, submetendo-o à aprovação da plenária, encaminhando-o à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);
- XV. exercer o direito de voto, inclusive o de qualidade, nos casos de empate.

A coordenação do colegiado se dedica às atividades de gestão do curso, além de participar da Câmara de Graduação da Instituição. Mantém contato direto, através de reuniões individuais e coletivas, com discentes, docentes, membros do Colegiado de Economia, Direção do Departamento de Ciências Econômicas, Pró-Reitoria de Graduação, Secretaria Geral de Cursos (SECREGE), Reitoria, dentre outras instâncias da Universidade.

1.2.2 Entidades estudantis vinculadas ao Curso

Uma das principais ações estudantis junto ao curso de Ciências Econômicas da UESC é a representação discente executada por meio do Centro Acadêmico de Economia Edmar Bacha (CAECO EB), fundado em 1992. Trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos, partidários ou religiosos, com sede e foro nas dependências do *Campus* da UESC enquanto entidade de representação, coordenação e orientação do corpo discente do curso de Ciências Econômicas da UESC.

Seus objetivos são , de acordo ao regimento interno do (CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA EDMAR BACHA, 1992):

- defender os interesses e direitos dos discentes, sem distinção de raça, cor, sexo ou sexualidade, posição social ou convicção sociopolítica;
- representar e acompanhar todas as reuniões de Colegiado do curso, bem como promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e técnico-administrativo da UESC;
- lutar por uma universidade crítica e autônoma, pela melhoria das condições de ensino e pela educação pública e gratuita, laica e democrática, bem como ampliar o seu acesso.

As decisões tomadas em sua instância de atuação perpassam pela ação da Assembléia Geral do Centro, a quem compete criar, aprovar, reformular, prestar contas, julgar as ações e atuações de seus membros associados (alunos devidamente matriculados no curso de Ciências Econômicas da UESC), deliberando sobre tais pautas.

A composição do CAECO EB é mantida por todos os seus associados, representados pelos membros da Diretoria Geral (instância responsável pelos encaminhamentos e execução das atividades cotidianas da entidade), composta por estudantes que atuam enquanto agentes

da secretaria geral e das diretorias financeira, acadêmica, política, de marketing/eventos e de cultura e divulgação. Os representantes são eleitos para um mandato de 18 meses e é composta por sete membros eleitos por votação direta dentre seus associados.

Outra forma de atuação discente é a CIA Junior (empresa Junior). Uma associação civil com fins educacionais e sem fins lucrativos, constituída e gerida por alunos universitários dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que tem por finalidade proporcionar aos seus membros as condições necessárias para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação acadêmica, possibilitando ao estudante a vivência profissional, desde cedo, antes mesmo de deixar a universidade.

Seu intuito é viabilizar o crescimento profissional e pessoal de seus membros, promovendo o contato dos mesmos com o mercado de trabalho através da prestação de serviços às micro e pequenas empresas do mercado regional.

2. O PROJETO ACADÊMICO DO CURSO

2.1 O curso e as inserções institucional, política, geográfica e social¹

Como já historicizado, o curso de Ciências Econômicas da UESC surge há quase meio século, em 1965, com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (FACEI), que posteriormente se tornou a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI) e, na sequência, a UESC. À época, a FACEI foi sedimentada nos anseios da Região Cacaueira de prover os filhos da terra de oportunidade de acesso ao ensino superior, anteriormente só conquistado por aqueles de famílias mais abastadas que podiam mantê-los na capital do Estado, ou em outras cidades que ofereciam tal ensino.

Ressalta-se que a FACEI, e a própria UESC, portanto, firmam-se devido à mobilização de discentes, docentes e membros da sociedade civil do período e num contexto econômico, social, político e institucional regional emergido e assentado na monocultura cacaueira. Sobre essa imbricada relação UESC-Região, Midlej (2004) esclarece que

[...] ao revelar e discutir os processos que permitiram materializar o sonho de uma Universidade na região, os sentimentos dos seus atores sociais, as especificidades das ações acadêmicas e relacionamentos políticos e econômicos desenrolados em contextos e escalas espaço-temporais singulares, consubstanciam a ideias de que a UESC, instalada no lugar (região), está submetida a uma complexa rede de relações, que se estabelecem reciprocamente, em movimentos de retroalimentação, sob um forte sentimento de pertencimento que lhe confere sua territorialidade. Conclui-se, daí, que a UESC é “DA” Região [e não instalada “NA” região] (MIDLEJ, 2004, p. 23).

Acresce-se que nesse período o estado desenvolvimentista brasileiro demandava um grande número de economistas, conformando-se como principal demandante de bacharéis em Economia.

Na atualidade, não obstante, o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC depara-se com novas demandas sociais e um novo contexto sócio-político-institucional, frutos de mudanças mundiais, nacionais e regionais.

No contexto mundial, a emergência da sociedade informacional, o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e a reestruturação do mundo produtivo, atrelados ao fenômeno da globalização, sob o funcionamento do modelo econômico hegemônico

¹ O presente tópico é fruto das colaborações dos professores do DCEC Elson Cedro Mira, Mônica de Moura Pires e Sérgio Ricardo Ribeiro Lima, que gentil e prontamente atenderam à solicitação da Coordenação do Colegiado de Ciências Econômicas elaborando, cada um, um ensaio que tratasse do contexto institucional, político, econômico, geográfico e social no qual se insere o curso de Economia da UESC.

neoliberal, redefinindo o escopo e as funções dos profissionais, inclusive do economista, imputando novos conteúdos e novas formas de relações deste com a sociedade. E, seguindo a tendência mundial, a partir da década de 1990 o Estado brasileiro passa a optar pelo modelo neoliberal, reduzindo substancialmente a demanda por economistas na esfera pública.

Assim, o crescente hiato entre o emprego formal e a população economicamente ativa tem como um dos determinantes fundamentais a inadequação da formação educacional às "exigências" do mercado. Nesse sentido, impõe-se ao ensino superior novos desafios de modo que a formação dos indivíduos contemple medidas de políticas que possibilitem formulações proativa para os complexos desafios a serem enfrentados na contemporaneidade.

Atrelados a esses fatores, organizações como a UNESCO em suas Conferências Mundiais vêm, desde a década de 1990, buscando soluções para esses desafios através de princípios nos quais as sociedades desejam calcar suas relações sociais, econômicas e culturais internacionais. Dentre os novos papéis que a UNESCO desenha para o ensino superior estão o de “[...] providenciar oportunidades de ensino vitalício do mais alto nível; métodos mais flexíveis e menos formais de treinamento avançado e formas de atualizar conhecimentos e habilidades [...]” (UNESCO, 1999, p. 62).

Em termos regionais, a crise do cacau em fins dos anos de 1980, largamente estudada, não se restringiu à economia. Sociedade e instituições sul-baianas entraram em debacle cujo fundo do poço foi a década de 1990. E diante da debilidade, vulnerabilidade e declínio da economia cacauera, dados oficiais levam a crer que a Mesorregião Sul Baiana-MSB² (também conhecida como Região Cacaueira da Bahia) soergue-se via a dinamização dos setores terciário e secundário.

Resumidamente, as estatísticas (IBGE, 2010) apontam que:

- 75,4% da população mesorregional é urbana e 24,6% rural, sendo que população urbana na Microrregião Ilhéus-Itabuna-MII corresponde a 78,7%;
- em termos de produto agregado, mais de 63% do PIB da MSB é originário do setor terciário (13,9% é do primário e 22,9% do secundário), enquanto que na MII o terciário responde por quase 70% do PIB (9% é do primário e 22,1% do secundário), indicando que as economias nessas regiões não são mais primárias, mas terciárias;
- o setor primário responde por somente 9% do emprego, o setor secundário por

² Constituída por 70 municípios, a MSB é composta por três microrregiões, conforme divisão propugnada pelo IBGE: i) Microrregião Ilhéus-Itabuna (MII), com 41 municípios; Microrregião Porto Seguro (MPS), com 19 municípios, que é referenciada popularmente como “extremo sul baiano”; e Microrregião Valença (MVA), com 10 municípios, conhecida como “baixo sul baiano”.

15% e o setor terciário por 76% na Microrregião Ilhéus-Itabuna, sendo que o salário médio no primário é pouco superior ao salário mínimo nacional e o salário médio do setor secundário e do terciário são 185% e 84% superiores, respectivamente (RAIS, 2010).

Ademais, atendo-se ao IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), verifica-se no Quadro 3 que 70,7% (ano de 2010) dos seus municípios da MII ainda têm desenvolvimento humano baixo. Mas o comparativo com os anos anteriores demonstram uma evolução desses dados, em especial com o ano de 1991, quando 100% dos seus municípios tinham desenvolvimento humano muito baixo.

Quadro 3 - Percentual dos municípios nas respectivas faixas de desenvolvimento humano no Brasil e na microrregião Ilhéus-Itabuna (anos: 1991, 2000 e 2010)

Desenvolvimento Humano	Brasil			Microrregião Ilhéus-Itabuna		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Muito Alto (acima de 0,800)			0,8			
Alto (0,700 até 0,799)		2,4	33,9			2,4
Médio (0,600 até 0,699)	0,8	26,1	40,1			26,8
Baixo (0,500 até 0,599)	13,4	29,7	24,6		7,3	70,7
Muito baixo (0,000 até 0,499)	85,8	41,8	0,6	100	92,7	

Fonte: (MIRA, 2014) a partir de dados do PNUD.

A evolução do IDH-M na MII é significativa quando se considera a substancial redução na renda e na produção de cacau. O primeiro ano de comparação é emblemático. Ainda que a crise do cacau estivesse estabelecida, em 1991, a economia e a sociedade ainda eram conformadas pelo cacau. No referido ano, todos os municípios da MII tinham desenvolvimento humano muito baixo, comprovando várias análises que concluíram sobre a pouca contribuição que a produção cacauceira gerava ao “desenvolvimento social” regional.

Soma-se a essa realidade, por fim, um cenário prospectivo, com novos investimentos públicos que a região receberá e que dinamizarão ainda mais o setor terciário. Vejamos: i) porto, aeroporto e ferrovia são “serviços” de transporte; ii) tais serviços demandarão, eles próprios, outros serviços, como logística, por exemplo; iii) a Universidade Federal do Sul da Bahia incrementará os serviços de educação, inclusive em várias cidades do sul da Bahia dado o seu modelo pedagógico baseado em colégios universitários - o que, aliás, fatalmente influenciará na UESC, como, por exemplo, na demanda por seus cursos, dada a oferta de vagas e outros cursos; iv) o incremento na renda regional advindo destes investimentos aumentará a demanda por serviços, principalmente por aqueles mais especializados.

É nesse contexto, de certa forma modificado do contexto histórico original, pertinente ao surgimento do curso, que se insere o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC, cujas exigências que extrapolam o limite da formação, demandam novos debates e novas construções, inseridos não apenas em questões locais, mas que abrangem outros conteúdos, voltados para uma formação multi e interdisciplinar.

Assim, institucionalmente a UESC e o Bacharelado em Ciências Econômicas têm uma tarefa importante na formação de profissionais que possam se inserir nas novas atividades que emergem nesse panorama e que exigem maior qualificação profissional. Hoje, sente-se cada vez mais a necessidade de aproximar o diálogo e a interação entre poder público e universidade, a partir de uma comunhão de interesses para viabilizar condições melhores de trabalho e de vida para a sociedade. O poder público tem como instrumentos as políticas públicas e os recursos; a universidade o conhecimento e o saber para apontar caminhos e métodos que viabilizem a abertura de possibilidades para a coletividade.

A geração de capacidades e a abertura de oportunidades engendradas pela universidade e pelo poder público, numa relação de aproximação com o conjunto da sociedade civil podem representar a saída para novas possibilidades que alavanquem o desenvolvimento da região. Por fim, a busca permanente da melhoria e do comprometimento com o ensino, o desenvolvimento de projetos – de pesquisa e de extensão – condizentes com a realidade regional, são imperativos para conquistas individuais e coletivas, locais e regionais.

2.2 Concepção, objetivos gerais e vocação do curso

O Curso de Ciências Econômicas da UESC, ao longo dos seus quase cinquenta anos de existência, buscou acompanhar as mudanças sociais e os anseios que estas trouxeram relativos à Ciência Econômica e à formação dos profissionais da área. Buscas essas revestidas de inquietações e ponderações quanto a não tornar o ensino superior, via às adaptações tidas como necessárias, mero produto mercantil das demandas do sistema capitalista, como também não olvidar o papel atribuído ao ensino de importante instrumento de emancipação pessoal e social.

Assim, a proposta do presente Projeto Acadêmico surge com vistas a quatro respeitáveis aspectos que compõem esse cenário de mudança: as importantes transformações no ensino superior nacional e regional; os questionamentos quanto ao poder de compreensão e resposta da Ciência Econômica quanto aos problemas econômicos e sociais na atualidade,

sobremodo ante as últimas crises financeiras; as demandas históricas dos alunos de cursos de Economia no mundo, e em nossa própria instituição, quanto à necessidade da aplicabilidade das teorias econômicas, assim como do uso da prática na formação desses bacharéis e; o conseqüente declínio da demanda por cursos de Economia e a respectiva redução da oferta desses no país.

No primeiro aspecto verificam-se, em nível nacional, a expansão, popularização e interiorização do ensino superior em termos de cursos e vagas, como também via implementação de políticas públicas para o acesso a esse ensino (Sistema de cotas, Programa Universidade para Todos-PROUNI, Programa de Financiamento Estudantil-FIES, por exemplo). Conforme dados oficiais (BRASIL, 2012) para o período de 2003 a 2010, o número de universidades federais foi ampliado em 31%, passando de 45 para 59 unidades, e o contingente de campus foi elevado de 148 para 274 campus/unidades (crescimento de 85%), sendo que o número de municípios atendidos por universidades federais aumentou de 114 para 272 (crescimento de mais de 138%).

No âmbito regional, por sua vez, agregada às ocorrências já citadas, presenciamos a implantação de mais uma universidade pública, a Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, e a adesão da UESC ao Sistema de Seleção Unificada-SiSU em 2011 através da Resolução CONSEPE/UESC 47/2011. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2011)

Entende-se que os principais efeitos desse primeiro aspecto são, principalmente: o aumento acelerado e vultoso da oferta de vagas no ensino superior comparativamente à demanda por estes; a respectiva mudança na estrutura de mercado do ensino superior, sobremaneira no regional (cidades de Ilhéus e Itabuna, especificamente), o qual há pouco mais de 10 anos passou a contar com quatro faculdades privadas com ensino presencial (com média de seis cursos em cada), além de cursos de ensino à distância; e em 2013 teve a sede da UFSB inaugurada na cidade de Itabuna-Ba, fatos que levaram a UESC a sair da condição de IES monopolista para a de oligopolista; conseqüente alteração no comportamento e, quiçá, no perfil dos demandantes por ensino superior, inclusive pelo curso de Economia da UESC – o elevado número de vagas e a facilidade de acesso a essas também têm contribuído para o aumento do número de abandono em diversos cursos, mormente naqueles tidos como “menos nobres³”.

³ Historicamente os cursos considerados como “nobres” são bacharelados reconhecidos pela população em geral que propiciam mais *status* econômico e social, como: engenharias, medicina e direito. Os demais cursos de bacharelado e, principalmente as licenciaturas, devido às suas médias históricas de retorno financeiro, assim

Quanto aos três aspectos subsequentes, pode-se afirmar que estão, em certa medida, interrelacionados. Assim, o segundo diz respeito a como a Ciência Economia tem sido utilizada por seus ilustres representantes, sobremaneira do alto escalão de governos, de instituições financeiras nacionais e internacionais e da academia, no que tange ao cumprimento do papel de explicar e apontar alternativas para os problemas socioeconômicos da contemporaneidade. Nesse contexto, retoricamente o arcabouço teórico do *mainstream* tem sido questionado ante sua inconsistência para prevenir ou remediar as crises macroeconômicas do capitalismo, culminando em mobilizações acadêmicas, especialmente na Europa e na América do Norte, cada vez mais expressivas e descontentes quanto ao ensino e a formação dos economistas (NAKATANI, 2011); (SILVA, 2013).

Os questionamentos do terceiro ponto são historicamente conhecidos no ensino de Economia. Mas os descontentamentos atuais acima relatados têm estimulado a exaltação dessas interpelações por parte dos estudantes de Economia em todo o mundo.

Recentemente, carta aberta assinada pelo grupo denominado Iniciativa Internacional de Estudantes para o Pluralismo Econômico–ISIPE, composta por 65 associações acadêmicas de 21 países, requereu que “o mundo real fosse trazido de volta” para as aulas de economia, afirmando que “não é apenas a economia mundial que está em crise”, “o ensino de economia também está, e as consequências disso vão muito além do âmbito acadêmico” (CALEIRO, 2014). O ponto nevrálgico dessa discussão assenta-se na manutenção da hegemonia da Economia Neoclássica também no ensino de Economia, reduzindo a formação do profissional de economia, em diversas escolas superiores, a abordagens estritamente quantitativas e mecanicistas, distanciando-se do pluralismo recomendado na Resolução CNE/CES N° 4 de 2007. Nesse contexto, o ISIPE e numeroso grupo de discentes de Economia conclamam, com razão, pelo pluralismo metodológico, teórico e interdisciplinar no ensino das Ciências Econômicas.

Ainda sobre esse aspecto, é sabido que os cursos de Ciências Econômicas são reconhecidos pela miríade de teorias que devem ser tratadas ao longo do curso na busca de uma sólida formação teórica do bacharel. Não obstante, comumente alegam graduandos e bacharéis que essa formação sem o exercício da aplicação do instrumental teórico no entendimento da realidade restringe o desenvolvimento do profissional a uma perspectiva abstrata e distante do mundo real com o qual terão que lidar.

Reiterando essa percepção, docentes, discentes e egressos do curso de Economia da

como de reconhecimento social, são popularmente percebidos como “menos nobres”. Neste último grupo, a depender da região econômica, também encontram-se alguns cursos de Economia

UESC apontam, em diagnóstico realizado pelo Colegiado do Curso e destinado à construção desse PAC, que uma das principais questões a serem consideradas na reformulação do projeto em epígrafe é a relação teórico *versus* prática na estrutura curricular (COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - UESC, 2014).

Com respeito ao quarto e último aspecto, por fim, estudo realizado por Magalhães (2010) sobre causas da queda da oferta e da demanda pelos cursos de Economia no Brasil revela que no período de 1995 a 2008: a relação candidatos inscritos no vestibular por vagas nos cursos passou de 2,7 em 1995 para 2,2 em 2008; a demanda efetiva pelo curso no país (em iniciativa pública e privada) teve uma queda de 23,9% no período (crescimento médio negativo de 2,1% ao ano); e o número de vagas ofertadas pelas IES (públicas e privadas) para os cursos de Economia decresceu em 18,5%.

Diante desse contexto, e via processo democrático de discussão e construção iniciado em julho de 2013 e finalizado em junho de 2014, os membros do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas definem que a nova proposta curricular deve ser concebida com base:

- numa **Formação plural:** em consonância com o caráter múltiplo das Ciências Econômicas, a qual se constitui de uma miríade de correntes de pensamento e paradigmas diversos, com as exigências da própria Resolução CNE/CES nº 4/2007 e, na medida do possível, com as demandas estudantis, a proposta apresenta-se plural em termos teórico, metodológico e interdisciplinar. Em termos teóricos por ampliar o rol de matérias de correntes de pensamentos diversos e paradigmas alternativos, com a inserção das disciplinas Economia Brasileira Contemporânea II (obrigatória), Economia Institucional (optativa), Economia da Tecnologia (optativa), Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico (optativa), assim como por garantir que os conteúdos de diversas disciplinas optativas abordem diversificadas temáticas de estudo. A pluralidade metodológica é, então, atendida via pluralismo teórico, posto que se examina o instrumental analítico de cada corrente alvo das matérias, como também pela ampliação e diversificação dos objetos de estudos em disciplinas de Economia Aplicada optativas (o rol de disciplinas optativas passou de 23 para 36, aumento de mais de 56%). Quanto ao último pluralismo, este é promovido na medida em que se utiliza da interdisciplinaridade para estudar, analisar, entender os fenômenos socioeconômicos, conforme se expõe no item a seguir.
- na **Interdisciplinaridade:** ao longo da graduação, o discente de Economia acessa um arcabouço teórico e instrumental múltiplo e nem sempre consegue associá-los, sobremaneira para o entendimento da complexa realidade que o circunda. Focando na

mitigação dessa limitação de forma mais específica, uma das estratégias da presente proposta foi a ampliação da carga horária de disciplinas e atividades obrigatórias que, devido a sua natureza, carregam em si o caráter interdisciplinar. Assim, amplia-se a carga horária de disciplinas obrigatórias com esse caráter interdisciplinar, como aquelas relacionadas ao trabalho de conclusão de curso-TCC, insere-se a disciplina “Elaboração e Análise de Projetos” no rol das obrigatórias, como também se amplia a carga horária e as possibilidades das Atividades Complementares-AC nessa perspectiva interdisciplinar. Outra estratégia, mas de caráter opcional aos discentes, refere-se à inclusão na grade curricular de quatro disciplinas optativas, denominadas “Laboratórios” que visam o exercício da interdisciplinaridade como também da prática na formação do bacharel em Economia.

- numa **Formação com vista ao “aprender como fazer”**: com uma **sólida formação teórica**, aliada ao exercício da aplicação do instrumental teórico e metodológico das Ciências Econômicas ao longo da graduação, é certamente uma importante estratégia didática com vistas à aquisição e desenvolvimento de habilidades e competências por parte do futuro profissional de Economia. Assim, na perspectiva de oportunizar e incitar os discentes a “aprender como fazer”, amplia-se no PAC proposto a carga horária de horas práticas no rol de disciplinas obrigatórias para 660 horas/aula e nas optativas para 420 horas/aula, alterando a natureza de diversas disciplinas anteriormente estritamente teóricas para teórico-práticas. Novamente aqui uma das principais inovações refere-se às disciplinas de “Laboratórios”, assim denominadas devido à sua essência do experimentar a aplicação do arcabouço das Ciências Econômicas, seja o teórico e, ou o metodológico, em situações-problemas reais. Ademais, experimentos de “aprender como fazer” na matriz curricular também estão presentes na confecção de trabalho de conclusão de curso-TCC (monografia) e na realização das atividades complementares, cuja carga horária foi ampliada para 300 horas.

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, atendendo o que recomenda o Parecer CNE/CES Nº 95/2007 e a respectiva Resolução CNE/CES Nº 04/2007, ainda compromete-se: com uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; com o estudo da realidade brasileira, ampliada inclusive pela inserção das disciplinas Economia Brasileira Contemporânea II (obrigatória) e Economia Baiana (optativa); em focar as interrelações dos fenômenos econômicos com o contexto social no qual estão inseridos; e em enfatizar ao longo

da formação do graduando a responsabilidade social e ética, imprescindíveis no exercício da futura profissão.

2.2.1 Perfil Profissional

Assentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2007), o Curso de Ciências Econômicas da UESC destina-se a formar profissionais de economia capazes e aptos a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais. O bacharel deverá ainda apresentar sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

- ampla base cultural, de modo a possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;
- capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e
- domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

A formação de um profissional com tal perfil requer, desse modo, que o mesmo desenvolva algumas competências e habilidades específicas, as quais são expostas no tópico a seguir.

2.2.2 Habilidades e competências

Objetiva-se que a implementação de programas e estratégias acadêmicas, o uso de metodologia e de práticas pedagógicas adequadas, o exercício de atividades de pesquisa, de

extensão universitária, coadunados a outras práticas educacionais no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC propiciem o desenvolvimento e ampliação das seguintes competências e habilidades nos profissionais que forma:

- desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- ler e compreender textos econômicos;
- elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica;
- utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e
- diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

2.2.3 Vocação

No transcurso das discussões voltadas para a reformula o do Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC, adotaram-se alguns elementos relativos às estruturas internas e externas ao curso como norteadores da voca o deste.

Assim, concernente aos aspectos internos do curso e, ou da própria Universidade, têm-se: a forma o e experiência acadêmica e profissional do seu corpo docente da gradua o em Economia, sobremaneira daqueles lotados no Departamento de Economia-DCEC; e as possibilidades de intera o e sinergia com atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas nas p s-gradua es *stricto* e *lato senso* do DCEC (as Especializa es em “Economia de Empresas”, “Economia das Sociedades Cooperativas” e “Planejamento de Cidades” e, em especial, o Mestrado Acadêmico em “Economia Regional e Políticas Públicas”).

Quanto aos aspectos externos, esses são atinentes   realidade territorial, quer refiram-se às bases da sua forma o histórica na qual foram forjadas suas estruturas sociais, políticas, econômicas e institucionais, quer digam respeito às especificidades destas na atualidade. Nessa perspectiva, v -se a importância da compreensão do contexto sócio-político-econômico no qual está inserida a Universidade e, ademais, a responsabilidade social do curso de Economia em corroborar o desenvolvimento regional.

Sob esse panorama, definiu-se que o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas tem como inclina o uma forma o profissional que seja:

- **Plural** – seja pelas múltiplas abordagens das Ciências Econômicas, seja pela amplitude das áreas de atuação do profissional de economia. Para tanto, além de assegurar o estudo de diversas correntes durante o curso, amplia-se significativamente o leque de disciplinas optativas (elevou-se o número de 23 para 36 – aumento de quase 57%), diversificando as possibilidades de aprendizado dos discentes em termos de setores e segmentos econômicos e objetos de estudo;
- **Comprometida com o Desenvolvimento Regional Sustentável** – embora se entenda que o profissional de economia deva ser um cidadão do mundo, não se olvida da responsabilidade do Curso em contribuir para a melhoria econômica e social do seu entorno, e em bases mais sustentáveis. Algumas das alterações com vistas a esse propósito é a inclusão da disciplina “Economia Regional e Urbana” na relação das disciplinas obrigatórias, e de “Economia Baiana” e “Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente” (que amplia as discussões já propostas na disciplina “Economia do Meio Ambiente”) como optativas. E, considerando a importância do setor público na promoção do crescimento e desenvolvimento socioeconômico, acrescentam-se ainda as disciplinas optativas: “Política e Planejamento Econômico”, “Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico”, “Finanças Públicas”, “Laboratório de Prática em Avaliação de Políticas Públicas” e “Tópicos Especiais em Economia do Setor Público”. Por fim, mantêm-se as disciplinas optativas relativas à ruralidade⁴, tanto por uma ótica da formação histórica regional, como também pela necessidade do repensar as atividades agroindustriais regionais e as relações sociais daí advindas, sob estruturas mais sustentáveis, principalmente pela importância do bioma presente na região: a Mata Atlântica.

Entende-se que a junção de ambos os enfoques permitirão uma formação mais integral e adaptável do bacharel, permitindo que o mesmo atue globalmente sem perder de vista as especificidades locais.

2.3 Forma de ingresso no curso de ciências econômicas

A forma de ingresso se deu por meio de processo seletivo – vestibular – até o ano de

⁴ Economia Agrícola e Agronegócio, Economia da Região Cacaueira, Economia e Cooperativismo.

2012, oferecendo anualmente, 100 (cem) vagas, sendo 50 (cinquenta) para o primeiro semestre e outras 50 (cinquenta) para o segundo. Em cada semestre, destinavam-se 25 (vinte e cinco) vagas para o turno matutino e 25 (vinte e cinco) para o noturno.

A partir do período de 2013, de acordo à portaria nº 255 de 14 de dezembro de 2012, ficou determinado que considerando o disposto na Portaria Normativa MEC nº 21, de 05 de novembro de 2012, a seleção de candidatos para provimento das vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, incluindo o curso de Ciências Econômicas, seria através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

Na nova estrutura curricular, o Curso continuará a ofertar 100 (cem) vagas anuais, porém uma entrada por turno, sendo 50 (cinquenta) para o primeiro semestre no turno noturno e 50 (cinquenta) para o segundo semestre no turno matutino.

2.4 Condições objetivas de oferta

2.4.1 Infraestrutura

A estrutura física à disposição do curso de Ciências Econômicas na UESC, para o seu funcionamento, é composta por salas de aula, laboratório de informática, instalações para o Departamento e Colegiado do curso, além de gabinetes para os docentes.

No que trata das salas de aula, são em número de 10 (dez), sendo 06 com capacidade para 50 (cinquenta) estudantes e 04 com capacidade para 25 (vinte e cinco) estudantes, todas com estrutura multimídia disponível. Além dessas, existem ainda duas salas mais amplas utilizadas como mini-auditórios, os quais são equipados com equipamentos de multimídia e computador, que são utilizadas geralmente para reuniões, apresentação de monografias de conclusão do curso, dissertações de mestrado, além de aulas da pós-graduação.

Quanto à estrutura laboratorial, o Departamento de Ciências Econômicas dispõe de um Laboratório de Informática (Labin) para o atendimento dos alunos de graduação e pós-graduação. O mesmo está equipado, atualmente, com 12 computadores.

Em relação à estrutura física dos setores administrativos, o DCEC é composto pela ala da Diretoria, do Colegiado e dos Docentes. Na ala da diretoria, existem as salas respectivas para a diretoria e vice-diretoria, a sala da secretaria e do analista universitário e a sala de atendimento ao público.

Em relação ao Colegiado de curso, o mesmo é composto pelas salas da coordenação e da vice-coordenação, a sala de atendimento e recepção e uma sala destinada à representação

discente do curso (representação estudantil).

Quanto ao espaço destinado ao corpo docente, existem 08 (oito) gabinetes para professores e 01 (uma) sala coletiva para os mesmos (sala de convivência e reuniões). Esta sala de convivência está equipada com um computador (ligado à internet) e uma impressora, para uso coletivo. Os gabinetes possuem acesso à rede e uma impressora coletiva.

Conta-se, ainda, com os espaços destinados ao Laboratório de Pesquisa em Economia e ao Laboratório de Formação Histórica. Além destes, dois projetos de extensão atrelados ao curso possuem seus espaços próprios de funcionamento: o Programa de Apoio aos Egressos do Curso de Ciências Econômicas da UESC (PAECE) e o Escritório de Projetos (EPEC). No momento, ainda, está em processo de implantação o Laboratório de Conjuntura Econômica, a ser estruturado em espaço próprio, anexado ao LABIN, e que atenderá aos projetos de pesquisa e extensão em Análise da Conjuntura Econômica dos municípios de Ilhéus e Itabuna. O mesmo será equipado com impressora e computadores com acesso ao software E-views, utilizado para confecção de modelagem econômica.

Além desses espaços, destinados diretamente, mas não somente, aos discentes do curso de Ciências Econômicas, conta-se ainda com todos os demais espaços da Universidade, de livre acesso e, principalmente com a Biblioteca Central, que, além dos diversos serviços que presta, traz em seu acervo cerca de 7.000 títulos e 24.000 exemplares de obras da área de Economia e áreas correlatas, conforme descrito no quadro que segue.

Quadro 4 - Número de títulos e exemplares de obras na área de Economia e áreas correlatas

Área	Tipo de obra*	Títulos	Exemplares
Economia	Livros	3.036	7.853
	Folhetos	19	38
	Artigos	304	304
	Monografias de Graduação	365	368
	Monografias de Pós-Graduação	47	47
	Manuais	8	8
	Dissertações	200	248
	Teses	17	44
	Periódicos	177	5.690
	DVDs	22	35
	CDs Rom	75	75
	Relatórios	4	4
	Trabalhos Acadêmicos	4	4
Outras Áreas (relacionadas c/ Economia)	Livros	3.078	9.297
Totais		Títulos	Exemplares
		7.356	24.015

(*) Inclui monografias, dissertações e teses doadas por terceiros, não se restringindo, apenas, àquelas produzidas na IES e que tratam de temáticas que envolvam a área de Economia.

FONTE: Relatório da Biblioteca Central da UESC, 2013.

2.4.2 Corpo docente do curso

O corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UESC é constituído por professores lotados nos Departamentos de Ciências Econômicas (DCEC), de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET), de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), de Ciências Administrativas e Contábeis (DCAC), de Ciências Jurídicas (DCIJUR) e de Letras e Artes (DLA).

Quanto à periodicidade da manutenção dos docentes em relação às disciplinas que ministram no curso de Ciências Econômicas, a mesma só pode ser garantida em relação às disciplinas pertencentes ao DCEC (onde, normalmente, todos os professores são indicados para ministrar alguma das disciplinas no curso de graduação).

Já em relação às disciplinas provenientes de outros departamentos da UESC, estas apresentam uma grande variação na indicação dos docentes para essas disciplinas (entre os períodos letivos), devido a outras demandas da Universidade que esses departamentos têm que atender. Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta a relação de professores do Curso de Ciências Econômicas, com base nas disciplinas ofertadas para o período 2014.2.

Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem

Professor (a)	Depto	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Regime de Contratação	Regime de Trabalho
Adeum Hilário Sauer	DFCH	Filosofia - Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul	Mestre	Ciência Política	Efetivo	40h
Adriano Alves de Rezende	DCEC	Economia - UFJF	Mestre / UFV	Economia Industrial e da Tecnologia	Efetivo	40h / DE
Aldenor Pereira da Silva	DFCH	Filosofia Pontífica Studiorum Universitas (Itália)	Mestre Pontífica Studiorum Universitas (Itália)	Filosofia	Efetivo	20h
Alessandro Fernandes de Santana	DCEC	Economia - UESC	Doutor / UFRRJ	Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura	Efetivo	40h / DE
Aline Conceição Souza	DCEC	Economia - UESC	Mestre / UESC	Economia dos Recursos Naturais	Efetivo	40h / DE
Almir Martins dos Santos	DCEC	Agronomia - UFBA	Doutor Universidade de Montpellier I	Administração de Pequenas Empresas	Efetivo	40h / DE
Ana Elísia de Freitas Merelles	DCEC	Economia - UFBA	Mestre / UFBA	Economia Agrícola	Efetivo	40h / DE
Andréa da Silva Gomes	DCEC	Economia - Universidade Santa Úrsula (USU)	Doutora / Institut National Agronomique Paris (Grignon)	Desenvolvimento Rural	Efetivo	40h / DE

Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem (Continuação...)

Professor (a)	Depto	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Regime de Contratação	Regime de Trabalho
Angye Cassia Noia	DCEC	Economia - UESC	Doutora / UFRRJ	Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura	Efetivo	40h / DE
Antonio Cesar Costa Zugaib	DCEC	Engenharia - Agrônômica UFBA	Mestre / UFV	Economia Rural	Efetivo	20h
Aurélio Farias de Macedo	DCEC	Economia - UFPE	Mestre / UFBA	Economia Regional	Efetivo	40h
Calixto John Silva Viana	DCET	Física – UESC	Especialista / Faculdades Integradas de Amparo	Metodologia do Ensino da Matemática	Efetivo	40h
Carla Regina Ferreira Freire Guimarães	DCEC	Agronomia - UFC	Doutoranda / Universidade Técnica de Lisboa	Economia do Turismo	Efetivo	40h / DE
Carlos Armando da Rocha Filho	DCET	Engenharia Civil – UFBA	Mestre / UFRJ	Matemática Aplicada	Efetivo	40h
Carlos Eduardo Iwai Drumond	DCEC	Economia - UEFS	Doutor / UFPR	Desenvolvimento Econômico	Efetivo	40h / DE
Carlos Eduardo Ribeiro Santos	DCEC	Economia - UEFS	Mestre / UNEB	Economia, Política Pública e Desenvolvimento Regional	Efetivo	40h / DE

Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem (Continuação...)

Professor (a)	Depto	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Regime de Contratação	Regime de Trabalho
Carlos Henrique Leite Borges	DCEC	Economia - UESC	Mestre / UESC	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Efetivo	40h / DE
Clemilda Gonzaga Santos	DCAC	Administração – UESC	Mestre / UFBA	Administração	Efetivo	20h
Cristiane Aparecida de Cerqueira	DCEC	Economia - UFV	Doutoranda / UFU	Economia Agrícola	Efetivo	40h / DE
Elenildes Santana Pereira	DCEC	Economia - UFV	Doutoranda / Universidade Técnica de Lisboa	Economia Internacional	Efetivo	40h / DE
Elson Cedro Mira	DCEC	Economia - UESC	Doutor / UFRRJ	Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura	Efetivo	40h / DE
Flaviana dos Santos Silva	DCET	Matemática FCT - Presidente Prudente	Doutora PUC/SP	Educação	Efetivo	40h
Francisco Mendes Costa	DCEC	Economia - FESPI	Doutor / UFRRJ	Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura	Efetivo	40h / DE
Gustavo Joaquim Lisboa	DCEC	Economia - UESC	Doutorando / UFRJ	Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento	Efetivo	40h

Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem (Continuação...)

Professor (a)	Depto	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Regime de Contratação	Regime de Trabalho
Harrison Ferreira Leite	DCIJUR	Direito – UESC	Doutor / UFRGS	Direito Tributário e Financeiro	REDA	40h
Helena Maria Santos Targino de Araújo	DLA		Graduada		Efetivo	
Helga Dulce Bispo Passos	DCEC	Economia - UESC	Mestre / UESC	Economia dos Recursos Naturais	Efetivo	40h / DE
Ivan Bezerra Allaman	DCET	Zootecnia - UFMS	Doutor / UFLA	Estatística	REDA	40h / DE
João Carlos de Pádua Andrade	DCEC	Economia - UESC	Doutorando / UESC	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Efetivo	40h / DE
João Vargas Leal Júnior	DCIJUR	Direito - UCSAL	Mestre / UFBA	Direito Econômico	Efetivo	40h
José Carlos Chagas	DCET	Matemática - UESC	Especialista / UESC	Matemática Aplicada	Efetivo	40h / DE
José Cláudio Faria	DCET	Engenharia - Agrônômica UFV	Pos-doutor / Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz	Estatística e Análise Multivariada	Efetivo	40h / DE
Lessi Inês Farias Pinheiro	DCEC	Economia PUC- RS	Doutora PUC/RS	Política Econômica e Administração Pública	Efetivo	40h / DE

Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem (Continuação...)

Professor (a)	Depto	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Regime de Contratação	Regime de Trabalho
Luana dos Santos Castro Marinho	DLA	Letras - UESC	Especialista / UESC	Língua Portuguesa	Efetiva	40h / DE
Marcelo dos Santos da Silva	DCEC	Economia - UFES	Mestre / UFV	Economia Industrial e da Tecnologia	Efetivo	40h / DE
Marcelo Hage Fialho	DCET	Engenharia Civil - UFBA	Especialista / UFSCAR	Informática	Efetivo	40h / DE
Marcelo Inácio Ferreira Ferraz	DCET	Economia - UFSJ	Doutor / UFLA	Estatística	Efetivo	40h / DE
Maria Bernadete Pereira Bezerra	DCEC	Economia - UFBA	Mestre / UFBA	Economia Agrícola	Efetivo	40h / DE
Marianne Costa Oliveira	DCEC	Economia - UFV	Mestre / UFPB	Economia da Tecnologia	Efetivo	40h / DE
Midiane Mércia Viana Oliveira	DFCH	Filosofia - UESC	Mestre / UESC	Linguagens e Representações	REDA	40h
Milene Peixoto Ávila	DFCH	Ciências Sociais - UFSCAR	Doutora / UNICAMP	Ciência Política, Sociologia e Antropologia	Efetivo	40h
Mônica de Moura Pires	DCEC	Administração - UESB	Pós-doutora / Colégio de Pósgraduados em Ciências Agrícolas	Economia Agrícola e Economia Regional	Efetivo	40h / DE
Naisy Silva Soares	DCEC	Economia - UFV	Doutora / UFV	Economia Florestal	Efetivo	40h / DE

Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem (Continuação...)

Professor (a)	Depto	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Regime de Contratação	Regime de Trabalho
Neidiane Brito da Silva Sá	DLA	Letras - UESC	Mestre / UESC	Linguagens e Representações	REDA	40h
Omar Santos Costa	DCEC	Economia - UESC	Mestre / UNIFACS	Desenvolvimento Regional e Urbano	Efetivo	40h / DE
Paulo Roberto Mendes de Lima	DCEC	Economia - UESC	Especialista / UFBA	Economia, Direito, Comunicação	Efetivo	40h
Paulo Sérgio Silva	DCET			Estatística	Efetivo	40h
Pedro Lopes Marinho	DCEC	Economia - UESC	Doutor / UFPR	Desenvolvimento Econômico	Efetivo	40h / DE
Raimundo Bonfim dos Santos	DCEC	Economia - UESC	Pós-doutorando / UERJ	Economia Solidária	Efetivo	40h / DE
Raimundo Jorge Zumaêta Costa	DCEC	Engenharia Química UFBA	Doutor UFRRJ	Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura	Efetivo	40h
Ricardo Candéa Sá Barreto	DCEC	Economia / UFC	Pós-Doutor / UFJF	Economia Regional e Urbana; Métodos Quantitativos em Economia	REDA	40h / DE
Ruy Lordão Neto	DCAC	Ciências Contábeis / FGV	Mestre / UFBA	Contabilidade de Custos	Efetivo	40h
Sergio Ricardo Ribeiro Lima	DCEC	Economia / UFPB	Doutor / UFPE	Sociologia Rural	Efetivo	40h / DE

Quadro 5 - Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas por titulação, regime de trabalho, área de conhecimento e Departamento de origem (Continuação...)

Professor (a)	Depto	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Regime de Contratação	Regime de Trabalho
Sócrates Jacobo Moquete Guzmán	DCEC	Economia - Universidad Autónoma de Santo Domingo (Rep. Dominicana)	Doutor / UFRGS	Economia Monetária e Fiscal; Ciência Política	Efetivo	40h / DE
Valter Alves Nascimento	DCEC	Economia - FESPI	Doutor / UFRRJ	Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura	Efetivo	40h / DE
Vamirian Aranha Alves	DFCH	Filosofia - UESC	Graduada / UESC	Filosofia	REDA	40h
Vera Lúcia de Mendonça Silva	DFCH	Ciências Sociais - UFCG	Pós-doutora / Universidade de Salamanca	Sociologia	Efetivo	40h / DE
Verônica Yumi Kataoka	DCET	Agronomia - UNEB	Doutora / UFLA	Estatística	REDA	40h / DE
Zilney Matos de Almeida	DCEC	Economia - UFBA	Especialista / Universidade de Paris I (Sorbone)	Economia Agrícola	Efetivo	40h / DE
Zina Angelica Caceres Benavides	DCEC	Economia - Universidade Mayor de San Marco (Peru)	Doutora / UFRRJ	Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura	Efetivo	40h / DE

FONTE: DCEC/UESC, 2013; GERHU/UESC, 2013. Colegiado do Curso, 2014.

Além das atividades acadêmicas desenvolvidas, uma parte dos professores do DCEC contribui de forma efetiva com a atual gestão da Universidade, a exemplo do Professor Elson Cedro Mira (Pró-reitor de Administração) e do Professor Alessandro Fernandes de Santana (Pró-reitor de Extensão).

Além da colaboração interna, alguns docentes executam ou já executaram outras atividades no ambiente externo da UESC, como o Professor Gustavo Joaquim Lisboa, ex-secretário de Educação do Município de Itabuna, por um período de 08 anos; o Professor Paulo Roberto Mendes Lima, Auditor Fiscal do Estado; Professor João Carlos de Pádua Andrade, que prestou consultoria a cooperativas e à sociedade em geral; além do professor Antonio Cesar Costa Zugaib que atua, ainda, na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), dentre outros.

Ademais, parte do corpo docente vem buscando aprimorar e adquirir novos conhecimentos ao reingressarem dos seus cursos de doutorado. Neste caso, pontuam-se os casos dos professores Elson Cedro Mira, Francisco Mendes Costa, através do programa DINTER/UESC-UFRJ e do professor Carlos Eduardo Iwai Drumond que defenderam suas teses, recentemente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do Paraná, respectivamente. Nesse sentido, os docentes Gustavo Joaquim Lisboa, Elenildes Santana Pereira, Carla Regina Ferreira Freire Guimarães, João Carlos de Pádua Andrade e Cristiane Aparecida de Cerqueira que estão em processo de doutoramento e Raimundo Bonfim dos Santos em pós-doutoramento.

Além do compartilhamento do conhecimento, os professores engajados nesta premissa, atuam como orientadores, pesquisadores, alunos e congressistas (em instituições/eventos nacionais e internacionais), visando à dinamização e otimização do saber e a recepção das tendências que cercam o ambiente na atualidade.

2.4.3 Caracterização do Corpo Técnico-administrativo do Curso

O corpo técnico-administrativo, cujas funções apoiam o funcionamento do curso de Ciências Econômicas da UESC, é composto pelos funcionários e estagiários do Departamento de Ciências Econômicas e do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, assim como dos funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza do 1º andar do Pavilhão Pedro Calmon, onde funciona o curso.

Assim, o Departamento de Ciências Econômicas conta com:

- duas secretárias que atendem às necessidades do departamento no período

matutino, vespertino e noturno;

- uma analista universitária, que trabalha no turno matutino e vespertino;
- quatro estagiárias (01 pela manhã, 01 à tarde e 02 à noite), todas estudantes de cursos técnicos, e que também realizam o atendimento aos professores, discentes e público em geral, sendo que no turno noturno (horários de funcionamento do curso de Economia) uma delas fica responsável pelo Laboratório de Informática do Departamento (LABIN).

O corpo de funcionários do Colegiado do Curso, por sua vez, é composto por:

- um secretário nos turnos matutino e noturno;
- dois estagiários, um no turno matutino e outro no noturno, ambos estudantes de cursos do ensino superior da UESC.

No tocante aos funcionários alocados no Colegiado e Departamento do Curso, principalmente em relação ao quadro de servidores técnico-administrativos, os mesmos contam com vasta experiência no trato com os estudantes da graduação em Ciências Econômicas, sendo que a média de atuação nesses setores, por esses funcionários, é de cinco anos.

Quanto aos funcionários responsáveis pela manutenção física e limpeza do 1º andar do pavilhão onde funciona o curso, estes formam um grupo de 04 (quatro) servidores terceirizados pela UESC, sendo 02 (dois) alocados diurnamente (manhã e tarde) e 02 (dois) no turno da noite.

Acerca da capacitação continuada do corpo técnico-administrativo, a UESC conta com a Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CDRH), setor vinculado à Pró-Reitoria de Administração da Universidade que, periodicamente, promove cursos de capacitação e atualização para os servidores da instituição, a exemplo dos cursos na área de secretariado e de softwares e ambientes virtuais, comumente realizados na instituição.

2.5 Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso

A presente Grade Curricular do PPC está estruturada em horas de 60 (sessenta) minutos, em conformidade com a Resolução MEC CNE/CES nº 3/2007 e a Resolução CONSEPE 54/2018, nos seus artigos 1º e 3º.

Art. 1º - A carga horária total de cada curso de graduação da UESC será mensurada em horas (60 minutos) de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. [...]

Art. 3º - Cada curso definirá em seu PPC as atividades acadêmicas que serão passíveis de registro e de contabilização de carga horária em horas.

2.5.1 Duração do curso

A carga horária total do curso será de 3300 (três mil e trezentas) horas a ser integralizada no prazo mínimo de 4 (quatro) anos, e máximo de 7 (sete) anos para os alunos dos turnos matutino e noturno em conformidade com a Resolução MEC CNE/CES nº 2/2007. A duração regular do curso, em compasso com o seu currículo pleno:

- a) turno noturno são de 5 anos (10 períodos acadêmicos); e
- b) turno matutino são de 4,5 anos (9 períodos acadêmicos).

2.5.2 Estrutura curricular

O curso de Ciências Econômicas da UESC continuará a buscar uma formação integral e plural do aluno, voltado para uma formação sólida e interdisciplinar da Teoria Econômica e da Economia Aplicada com o olhar nas dinâmicas socioeconômicas regionais e nos contextos brasileiro e mundial, como um todo.

Levando em consideração suas características, de formação e consolidação, além de dispor de um corpo docente de formação diversificada, de origens distintas, delineando uma nova configuração acadêmica, o curso exige novas questões, abordagens e construções, inseridas não apenas em questões locais, mas que abranjam outros conteúdos, voltados para uma formação multi e interdisciplinar.

Nesse sentido, o currículo ora proposto abrange em sua organização curricular os conteúdos que revelam inter-relações com as realidades: regional, nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando-se de tecnologias inovadoras, e que atendam aos seguintes campos interligados de formação, em conformidade ao Art. 5º da Resolução CNE/MEC nº 4/2007:

- **Formação Geral**, com o objetivo de introduzir o aluno ao conhecimento da Ciência Econômica e de outras Ciências Sociais e dos conteúdos técnicos fundamentais da estatística e da matemática;
- **Formação Teórico-Quantitativa**, que se direcionam à formação profissional propriamente dita;
- **Formação Histórica**, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural necessária a uma visão crítica e analítica da atualidade e das Ciências Econômicas;

- **Teórico-Práticos**, abordando questões práticas que possibilitem ao graduando atuar no mercado de trabalho com desenvoltura técnico-científica compatível com o perfil desejado do formando.

A carga horária total das disciplinas obrigatórias será de 2.790 (duas mil, setecentas e noventa) horas, ou seja, 85% da carga horária total do curso. Na Tabela 1 é apresentada a carga horária por conteúdos de formação, observando o que dispõe a Resolução MEC/CNE/CES nº 4/2007 quanto ao percentual mínimo por conteúdos de formação.

Tabela 1 - Carga horária total das disciplinas obrigatórias por conteúdos de formação

Conteúdos de Formação	Horas	%	Parâmetro
Formação Geral (FG)	510	15,45%	Mínimo de 10%
Formação Teórica Quantitativa (FTQ)	1.140	34,55%	Mínimo de 20%
Formação Histórica (FH)	360	10,91%	Mínimo de 10%
Trabalho de Curso (TCC)	360	10,91%	Mínimo de 10%
Componentes optativos	360	10,91%	Não tem
Atividades Complementares (AC)	150	4,55%	Máximo 20%
Formação Teórica Prática (FTP), composta por:	420	12,73%	Não tem
- Atividades Extensionistas: 360 h		10,91%	Mínimo de 10%
- Demais componentes de prática: 60h			Não tem
Total	3.300	100,00%	-

Observa-se, ainda na Tabela 1, o cumprimento quanto ao mínimo de carga horária destinada a disciplinas obrigatórias, que é de 50% da carga horária total, e ao máximo de Atividades Complementares, que não deve ultrapassar 20% da carga horária total do curso, conforme prevê a Resolução MEC/CNE/CES nº 2/2007. Dos componentes FTP, 360 horas são atividades de extensão, cumprindo assim o mínimo de 10%, conforme Resolução CNE/CES nº 7/2018.

No Quadro 6 é apresentado o rol de componentes (disciplinas) agrupadas por conteúdos de formação.

Quadro 6 - Rol de componentes (disciplinas) agrupadas por conteúdos de formação

Formação Teórico Quantitativa (FTQ)		Formação Geral (FG)		Formação Histórica (FH)		Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		Formação Teórico Prática (FTP)	
Componentes	CH	Componentes	CH	Componentes	CH	Componentes	CH		
Contabilidade Social	60	Fundamentos Filosóficos	60	Evolução do Capitalismo	60	Metodologia do Trabalho Científico	60	Prática Extensionista I	90
Matemática Aplicada I	60	Fundamentos Matemáticos	60	Formação Econômica do	60	Técnicas de Pesquisa em Economia	60	Elaboração e Análise de	60
Matemática Aplicada II	60	Introdução à Economia	60	História do Pensamento	60	Técnicas de Pesquisa em Economia	60	Prática Extensionista II	90
Teoria Microeconômica I	60	Introdução às Ciências	60	Economia Brasileira e	60	Pesquisa Aplicada à Economia I	90	Prática Extensionista III	90
Economia Política	60	Estatística Aplicada I	60	História do Pensamento	60	Pesquisa Aplicada à Economia II	90	Prática Extensionista IV	90
Estatística Aplicada II	60	Contabilidade I	60	Economia Brasileira e	60				
Teoria Macroeconômica I	60	Instituição do Direito	60						
Teoria Microeconômica II	60	Teoria Geral da	60						
Análise Econômico Financeira	60	Conduta Profissional do	30						
Econometria I	60								
Economia do Setor Público	60								
Economia Industrial	60								
Teoria Macroeconômica II	60								
Economia Internacional I	60								
Economia Monetária	60								
Economia Regional e Urbana	60								
Teoria Macroeconômica III	60								
Desenvolvimento Socioeconômico	60								
Economia Internacional II	60								
Total	1.140		510		360		360		420
Carga Horária Total do Curso	3.300		3.300		3.300		3.300		3.300
Área de Formação / CHTC	34,5%		15,5%		10,9%		10,9%		12,7%
Mínimo Conforme Resolução CNES/CES 4/2007	20%		10%		10%		10%		

Para atender à Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre indicação do ensino da Língua Brasileira de Sinais, bem como a Resolução CONSEPE/UESC nº 32/2009, o presente currículo oferecerá a disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular optativo aos alunos.

Em atendimento à resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como a Lei nº 11.645 de 2008, que altera a redação dada pela anterior Lei nº 10.639, de 2003, com fundamento nos pareceres citados e resolução do Conselho Pleno do CNE, e ao art. 26-A da Lei nº 9.394, de 1996 (LDB), incluiu-se, também, na estrutura curricular ora proposta, além do estudo da história e cultura afro-brasileira, o estudo da história e cultura indígenas. Assim, enquanto componentes optativos da estrutura curricular, são listadas como disciplinas e conteúdos a serem ofertadas: Antropologia dos Grupos Afro-Brasileiros e História Indígena.

Assim, o discente deverá:

- Cursar e integralizar 44 (quarenta e quatro) disciplinas obrigatórias, incluído os componentes de atividades de extensão, totalizando 2.790 (duas mil e setecentas) horas, conforme Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias;
- Cursar e integralizar o mínimo de 6 (seis) disciplinas optativas, totalizando 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme o Quadro Geral de Disciplinas Optativas; e
- Integralizar o mínimo de 150 (cento e cinquenta) horas de Atividades Complementares, observando as normas e o Barema das Atividades Complementares.

2.5.3 Quadro Geral de Disciplinas

2.5.3.1 Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno NOTURNO, com indicação de pré-requisitos

Quadro 7 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno noturno, com indicação de pré-requisitos

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
1	Evolução do Capitalismo	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	300
1	Fundamentos Filosóficos	DFCH	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
1	Fundamentos Matemáticos	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
1	Introdução à Economia	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
1	Metodologia do Trabalho Científico	DFCH	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	Contabilidade Social	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Introdução à Economia	300
2	Formação Econômica do Brasil	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	História do Pensamento Econômico I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	Introdução às Ciências Sociais	DFCH	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	Matemática Aplicada I	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
3	Economia Brasileira e Contemporânea I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Formação Econômica do Brasil	300
3	Estatística Aplicada I	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
3	História do Pensamento Econômico II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	História do Pensamento Econômico I	
3	Matemática Aplicada II	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Matemática Aplicada I	
3	Teoria Microeconômica I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Introdução à Economia; Matemática Aplicada I	

Quadro 7 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno noturno, com indicação de pré-requisitos (Continuação...)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
4	Economia Brasileira e Contemporânea II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Economia Brasileira e Contemporânea I	
4	Economia Política	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
4	Estatística Aplicada II	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Estatística Aplicada I	
4	Teoria Macroeconômica I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Contabilidade Social	
4	Teoria Microeconômica II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Microeconômica I	300
5	Análise Econômico Financeira	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NT	
5	Econometria I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Introdução à Economia; Estatística Aplicada II	
5	Economia do Setor Público	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas	
5	Economia Industrial	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Microeconômica II	
5	Teoria Macroeconômica II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Macroeconômica I	
6	Economia Internacional I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Microeconômica II	
6	Economia Monetária	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Macroeconômica II	
6	Economia Regional e Urbana	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais que 1300 horas integralizadas	
6	Técnicas de Pesquisa em Economia I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 1300 horas integralizadas	
6	Teoria Macroeconômica III	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Macroeconômica II	300

Quadro 7 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno noturno, com indicação de pré-requisitos (Continuação...)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
7	Contabilidade I	DCAC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	330
7	Desenvolvimento Socioeconômico	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais que 1300 horas integralizadas	
7	Economia Internacional II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Economia Monetária	
7	Prática Extensionista I	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	
7	Técnicas de Pesquisa em Economia II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Técnicas de Pesquisa em Economia I	
8	Elaboração e Análise de Projetos	DCEC	OB	30	30	0	60	2	1	0	3	Ter mais de 1800 horas integralizadas	
8	Instituição do Direito Público e Privado	DCJUR	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
8	Pesquisa Aplicada à Economia I	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Técnicas de Pesquisa em Economia II	
8	Prática Extensionista II	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	
8	Teoria Geral da Administração I	DCAC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	360

Quadro 7 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno noturno, com indicação de pré-requisitos (Continuação...)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
9	Conduta Profissional do Economista	DCEC	OB	30	0	0	30	2	0	0	2	Ter mais de 2100 horas integralizadas	330
9	Optativa I	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
9	Optativa II	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
9	Pesquisa Aplicada à Economia II	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Pesquisa Aplicada à Economia I	
9	Prática Extensionista III	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	
10	Optativa III	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	330
10	Optativa IV	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
10	Optativa V	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
10	Optativa VI	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
10	Prática Extensionista IV	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	

Nota: Per. – Período; Deptº. – Departamento; Nat. – natureza; OB – Obrigatória; OP – Optativa; T – teórica; P – prática; E – Estágio; CH Per. – Carga Horária do período.

2.5.3.2 Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno MATUTINO, com indicação de pré-requisitos

Quadro 8 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno matutino, com indicação de pré-requisitos

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
1	Evolução do Capitalismo	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	300
1	Fundamentos Filosóficos	DFCH	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
1	Fundamentos Matemáticos	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
1	Introdução à Economia	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
1	Metodologia do Trabalho Científico	DFCH	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	Contabilidade Social	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Introdução à Economia	360
2	Formação Econômica do Brasil	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	História do Pensamento Econômico I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	Introdução às Ciências Sociais	DFCH	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	Matemática Aplicada I	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
2	Teoria Geral da Administração I	DCAC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
3	Economia Brasileira e Contemporânea I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Formação Econômica do Brasil	300
3	Estatística Aplicada I	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
3	História do Pensamento Econômico II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	História do Pensamento Econômico I	
3	Matemática Aplicada II	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Matemática Aplicada I	
3	Teoria Microeconômica I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Introdução à Economia; Matemática Aplicada I	

Quadro 8 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno matutino, com indicação de pré-requisitos (Continuação)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
4	Economia Brasileira e Contemporânea II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Economia Brasileira e Contemporânea I	360
4	Economia Política	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
4	Estatística Aplicada II	DCET	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Estatística Aplicada I	
4	Instituição do Direito Público e Privado	DCJUR	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	
4	Teoria Macroeconômica I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Contabilidade Social	
4	Teoria Microeconômica II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Microeconômica I	
5	Análise Econômico Financeira	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NT	
5	Econometria I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Introdução à Economia; Estatística Aplicada II	
5	Economia do Setor Público	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas	
5	Economia Industrial	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Microeconômica II	
5	Prática Extensionista I	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	
5	Teoria Macroeconômica II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Macroeconômica I	
6	Economia Internacional I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Microeconômica II	390
6	Economia Monetária	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Macroeconômica II	
6	Economia Regional e Urbana	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais que 1300 horas integralizadas	
6	Prática Extensionista II	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	
6	Técnicas de Pesquisa em Economia I	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 1300 horas integralizadas	
6	Teoria Macroeconômica III	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Teoria Macroeconômica II	

Quadro 8 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno matutino, com indicação de pré-requisitos (Continuação)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
7	Contabilidade I	DCAC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	NH	390
7	Desenvolvimento Socioeconômico	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais que 1300 horas integralizadas	
7	Economia Internacional II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Economia Monetária	
7	Optativa I	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
7	Prática Extensionista III	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	
7	Técnicas de Pesquisa em Economia II	DCEC	OB	60	0	0	60	4	0	0	4	Técnicas de Pesquisa em Economia I	
8	Elaboração e Análise de Projetos	DCEC	OB	30	30	0	60	2	1	0	3	Ter mais de 1800 horas integralizadas	420
8	Optativa II	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
8	Optativa III	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
8	Optativa IV	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	A depender da disciplina escolhida	
8	Pesquisa Aplicada à Economia I	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Técnicas de Pesquisa em Economia II	
8	Prática Extensionista IV	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3	Ter mais de 1200 horas integralizadas	

Quadro 8 - Quadro Geral de Disciplinas Obrigatórias do turno matutino, com indicação de pré-requisitos (Continuação)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito	CH Per
				T	P	E	Total	T	P	E	Total		
9	Conduta Profissional do Economista	DCEC	OB	30	0	0	30	2	0	0	2	Ter mais de 2100 horas integralizadas A depender da disciplina escolhida A depender da disciplina escolhida Pesquisa Aplicada à Economia I	240
9	Optativa V	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4		
9	Optativa VI	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4		
9	Pesquisa Aplicada à Economia II	DCEC	OB	0	90	0	90	0	3	0	3		

Nota: Per. – Período; Deptº. – Departamento; Nat. – natureza; OB – Obrigatória; OP – Optativa; T – teórica; P – prática; E – Estágio; CH Per. – Carga Horária do período.

2.5.3.3 Quadro Geral de Disciplinas Optativas para os turnos Noturno e Matutino, com indicação de pré-requisitos

Quadro 9 - Quadro Geral de Disciplinas optativas para os turnos Noturno e Matutino, com indicação de pré-requisitos

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito
				T	P	E	Total	T	P	E	Total	
	Antropologia dos Grupos Afro-Brasileiros	DFCH	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Contabilidade de Custos	DCAC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Direito Econômico	DCJUR	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Direito Tributário	DCJUR	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Econometria II	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia Agrícola e Agronegócio	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia Baiana	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia da Região Cacaueira	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia da Regulação	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia da Tecnologia	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia de Serviços	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia do Meio Ambiente	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia do Trabalho	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia do Turismo	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia e Cooperativismo	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia Empresarial	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas

Quadro 9 - Quadro Geral de Disciplinas optativas para os turnos Noturno e Matutino, com indicação de pré-requisitos (Continuação...)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito
				T	P	E	Total	T	P	E	Total	
	Economia Institucional	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Economia Rural	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Engenharia Econômica	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Finanças Públicas	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Geografia Econômica	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	História Indígena	DFCH	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Inglês Instrumental	DLA	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	NH
	Laboratório de Prática I	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas integralizadas
	Laboratório de Prática II	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas integralizadas
	Laboratório de Prática III	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas cursadas
	Laboratório de Prática IV	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas cursadas
	Laboratório de Prática V	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas integralizadas
	Laboratório de Prática VI	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas integralizadas
	Laboratório de Prática VII	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas cursadas
	Laboratório de Prática VIII	DCEC	OP	0	60	0	60	0	2	0	2	Ter mais de 1500 horas cursadas
	Leitura e Produção de Textos	DLA	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	NH
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	DLA	OP	30	30	0	60	2	1	0	3	NH
	Língua Portuguesa	DLA	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	NH

Quadro 9 - Quadro Geral de Disciplinas optativas para os turnos Noturno e Matutino, com indicação de pré-requisitos (Continuação...)

Per	Unidade Curricular	Deptº	Nat	Carga Horária				Créditos				Pré-Requisito
				T	P	E	Total	T	P	E	Total	
	Mercado de Capitais	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Mercado e Comercialização	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Planejamento Estratégico	DCAC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Política e Planejamento Econômico	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia Brasileira	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia do Setor Público	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia I	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia II	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia III	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia Internacional	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Economia IV	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Macroeconomia	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas
	Tópicos Especiais em Microeconomia	DCEC	OP	60	0	0	60	4	0	0	4	Ter mais de 900 horas integralizadas

Nota: Per. – Período; Deptº. – Departamento; Nat. – natureza; OB – Obrigatória; OP – Optativa; T – teórica; P – prática; E – Estágio.

2.6 Formas de realização da interdisciplinaridade

O presente Projeto Acadêmico de Curso permitirá que o aluno experimente a interdisciplinaridade, seja por meio de disciplinas ou das atividades extracurriculares, promovidas ou não pelo curso.

Segundo Houaiss (2011), interdisciplinaridade é a “qualidade do que é interdisciplinar”. Já interdisciplinar significa o que “estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento” ou que “é comum a duas ou mais disciplinas”. Nesse sentido, o presente projeto curricular reúne um grupo de componentes curriculares por meio dos quais visa-se promover a interdisciplinaridade.

O primeiro grupo de componentes refere-se às quatro disciplinas de prática extensionista (Prática Extensionista I, II, III e IV), de 90 horas cada, totalizando 360 horas. Tratam-se de disciplinas obrigatórias, de natureza prática, cuja ementa garante flexibilidade e resguarda os aspectos legais e didático-andragógico previstos para a ação extensionista no ensino superior.

As disciplinas de Prática Extensionista apresentam exponenciais condições do emprego e produção de conteúdos, instrumentos e práxis interdisciplinares, em razão de três importantes aspectos concernentes a sua essência, quais sejam:

- o fato de a carga não ficar associada a um conteúdo específico e pertencer a disciplinas de caráter generalista e fluído, permite, bem como estimula, o planejamento e a execução de processos de ensino-aprendizagem interdisciplinares. Exemplificando algumas possibilidades, as disciplinas de Prática Extensionista podem: ser ministradas por mais de um docente de matérias distintas; relacionarem-se transversalmente com outras disciplinas da grade curricular de Ciências Econômicas e, ou com a(s) de outros cursos de graduação e pós-graduação; associarem-se a ações de extensão, de pesquisa, governamentais, preexistentes ou não, dentre outras alternativas;

- a complexidade da realidade a ser estudada e experienciada nessas disciplinas, assim como a interação dialógica requerida entre os sujeitos envolvidos nesse processo (discente-docente-comunidade envolvida), implicam, necessariamente e em graus diversos, a conexão e uso de conteúdos de diferentes áreas de Economia e do conhecimento, bem como o câmbio entre saberes acadêmicos e não acadêmicos (exemplo: saberes populares e, ou empresarias, de distintos segmentos sociais, etc.);

- por fim, a própria qualidade interdisciplinar e de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão da ação extensionista, requisitada em sua concepção e aplicação, exige: por

um lado, que o planejamento e execução dessas disciplinas, ao se debruçar sobre uma dada realidade e segmento da sociedade, considerem as diversas possibilidades de interação de matérias, instrumentos e conhecimentos da área de economia, e de áreas correlatas e complementares; e por outro, o levantamento de informações sobre o objeto, área e, ou sujeitos participantes do estudo e ação, a análise e compreensão dessas informações à luz do conhecimento e métodos científicos (e não científicos, dado o dialogismo) e as diversas alternativas de interação e intervenção com e na realidade foco da ação extensionista.

O currículo ainda engloba um segundo grupo disciplinas obrigatórias, com carga horária prática, que, devido a sua natureza analítica e de exigência do uso de conteúdos e instrumental de diversas disciplinas, carregam em si o caráter interdisciplinar. Esse é o caso do rol das disciplinas relacionadas ao trabalho de conclusão de curso-TCC, mais especificamente as disciplinas de Técnicas de Pesquisa e de Pesquisa Aplicada à Economia, que passam a abranger um total de 300 horas⁵. Outra disciplina obrigatória cuja essência remete à abordagem interdisciplinar é a de Elaboração e Análise de Projetos (60 horas), posto que na mesma o aluno se utiliza de conhecimento adquirido em diversas disciplinas ao longo do curso.

O terceiro grupo é formado por disciplinas optativas de cunho prático. Por fim, enquanto possibilidade opcional aos discentes do curso, a nova estrutura curricular amplia de quatro para oito o total de disciplinas de Laboratórios de Economia Aplicada, nominados de Laboratórios de Prática (I a VIII), que têm como objetivo propiciar a inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolva a prática do economista, conforme estabelecido pela Lei nº 1.411/1951⁶ e suas alterações (BRASIL, 1951).

Nesse elenco de optativas os discentes terão a possibilidade de desenvolver habilidades e competências a partir da análise, construção de cenários, proposição de estratégias e do desenvolvimento de produtos e soluções, levando em consideração elementos reais da economia. Serão provocados a responder questões que resultem do conhecimento acumulado nos primeiros cinco semestres do curso, utilizando-se de um campo de conhecimento específico ou mesmo da combinação de conteúdos observados em mais de uma disciplina.

O quarto grupo é composto por disciplinas optativas teóricas, as quais, em razão do seu cerne generalista e fluente, permite que os conteúdos trabalhados sejam abordados sob a

⁵ Técnicas de Pesquisa em Economia I (60h), Técnicas de Pesquisa em Economia II (60h), Pesquisa Aplicada à Economia I (90h) e Pesquisa Aplicada à Economia II (90h).

⁶ Dispõe sobre a profissão do Economista.

perspectiva de mais de uma área, e que inclusive possam ser ministradas por mais um docente, concomitantemente. Compõem esse grupo as disciplinas de Tópicos Especiais: em Economia Brasileira, em Economia do Meio Ambiente, em Economia do Setor Público, em Economia Internacional e em História do Pensamento Econômico, em Macroeconomia e em Microeconomia, cujas ementas são um pouco mais delimitadas; e as Tópicos Especiais I, II, III e IV, de ementas mais amplas.

O Quadro 10 relaciona todas essas disciplinas e suas respectivas natureza e carga horária.

Quadro 10 - Disciplinas com potencial para exercício da interdisciplinaridade

Disciplinas	Área	Nat.	Carga Horas		
			T	P	Total
Técnicas de Pesquisa em Economia II	TCC	OB	0	60	60
Pesquisa Aplicada à Economia I	TCC	OB	0	90	90
Elaboração e Análise de Projetos	FTP	OB	30	30	60
Pesquisa Aplicada à Economia II	TCC	OB	0	90	90
Prática Extensionista I	FTP	OB		90	90
Prática Extensionista II	FTP	OB		90	90
Prática Extensionista III	FTP	OB		90	90
Prática Extensionista IV	FTP	OB		90	90
Laboratório de Prática I	FTP	OP		60	60
Laboratório de Prática II	FTP	OP		60	60
Laboratório de Prática III	FTP	OP		60	60
Laboratório de Prática IV	FTP	OP		60	60
Laboratório de Prática V	FTP	OP		60	60
Laboratório de Prática VI	FTP	OP		60	60
Laboratório de Prática VII	FTP	OP		60	60
Laboratório de Prática VIII	FTP	OP		60	60
Tópicos Especiais em Economia Brasileira	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Economia do Setor Público	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Economia Internacional	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Macroeconomia	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Microeconomia	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Economia I	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Economia II	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Economia III	FTQ	OP	60		60
Tópicos Especiais em Economia IV	FTQ	OP	60		60

Nota: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso; FTP – Formação Teórico-Prática; FTQ – Formação Teórico-Quantitativa; Nat. – natureza; OB – Obrigatória; OP – Optativa; T – teórica; P – prática.

Por último, o discente ainda pode experienciar diversos tipos de atividades interdisciplinares outras, inclusive fora do curso e da Universidade, sejam de ensino, pesquisa ou extensão, e computador em na carga horária curricular até 150 horas na condição de Atividades Complementares (AC), conforme os parâmetros adotados no barema de AC do currículo.

2.7 Modos de integração entre teoria e prática

O profissional de economia dispõe de várias opções de atuação no mercado de trabalho, com possibilidades na vida acadêmica (docência, pesquisa), no mercado privado (atuando em diversos setores e funções), no terceiro setor (ONG, OSCIP, etc.), como autônomo, ou no setor público, em carreiras específicas destinadas aos economistas ou não. Tratam-se de atuações nas quais o profissional, que na graduação experimentou a aplicação do arcabouço teórico e instrumental das Ciências Econômicas à realidade que o circunda, mostrar-se-á mais habilitado e desenvolvido no cumprimento das suas atribuições.

A esse aspecto, soma-se o fato de que dentre as principais questões destacadas por discentes e docentes ao identificar os problemas do curso de Ciências Econômicas, a excessiva carga teórica em detrimento de carga horária prática ganhou importância (UNIVERSIDADE..., 2014). Diante desse contexto, o presente PPC compreende um conjunto de estratégias e disciplinas que possibilitarão maior integração entre teoria e prática.

No primeiro caso, dentro do rol das Atividades Complementares (AC), há a possibilidade de participação em projetos de pesquisa, de iniciação científica e de iniciação a docência (monitoria), aliada às diversas especialidades do corpo docente, possibilitará ao aluno várias opções de envolvimento com a vida acadêmica. As atividades desenvolvidas podem ser voluntárias ou através de bolsas por meio de agências de fomento (FAPESB, PIBIC-CNPq) ou de recursos da própria universidade.

Ademais, para os alunos que se identificam mais com o ambiente das empresas privadas, públicas ou organizações civis sem fins lucrativos, estes serão estimulados a realizar estágios, que não são obrigatórios nesse PPC, ou mesmo serviço voluntário, todos os dois amparados em suas respectivas Leis, e cujo cômputo de horas também é previsto nas AC.

Quanto à integração a partir das disciplinas, o presente PPC engloba disciplinas obrigatórias da área de formação teórico-prática (FTP) e de trabalho de conclusão de curso (TCC) com carga horária prática. Das 44 disciplinas obrigatórias, oito têm carga horária prática, são elas as disciplinas: de Prática Extensionista (I, II, III e IV), Elaboração e Análise

de Projetos, Técnicas de Pesquisa em Economia II e de Pesquisa Aplicada à Economia (I e II). O Quadro 11 relaciona as disciplinas obrigatórias que possuem carga horária prática, de modo que se verifica um total de 630 horas-aula (mais de 22% da carga horária total das disciplinas obrigatórias) destinadas à prática, sendo que 360 horas são voltadas para ações extensionistas.

Quadro 11 - Relação das disciplinas obrigatórias de natureza teórico prática (TP) e prática (P)

Disciplinas	Área	Carga Horária			
		T	P	E	Total
Técnicas de Pesquisa em Economia II	TCC		60		60
Pesquisa Aplicada à Economia I	TCC		90		90
Elaboração e Análise de Projetos	FTP	30	30		60
Pesquisa Aplicada à Economia II	TCC		90		90
Prática Extensionista I	FTP		90	90	90
Prática Extensionista II	FTP		90	90	90
Prática Extensionista III	FTP		90	90	90
Prática Extensionista IV	FTP		90	90	90
Total		30	630	360	660

Nota: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso; FTP – Formação Teórico-Prática; T – teórica; P – prática; E – extensionista.

Além das disciplinas obrigatórias supramencionadas, o PPC também conta com um rol de oito optativas de natureza prática, os Laboratórios de Prática (I a VIII), cada um com 60 horas.

2.7.1 Os Laboratórios de Prática

Como apontado anteriormente, os Laboratórios em Economia Aplicada constituem-se num rol de oito disciplinas de natureza optativa.

Assim, a discussão feita pelo Colegiado do curso para definição dos laboratórios indicou que os mesmos deveriam:

- Ser disciplinas optativas, já que o curso deverá desenvolver melhor a metodologia a ser adotada nos mesmos;
- Ser de natureza prática;
- Ser essencialmente voltada para o exercício da economia aplicada, visando à discussão de situações-problema, da realidade atual ou não, contando com arcabouço teórico e instrumental das Ciências Econômicas;

- Ter caráter interdisciplinar, oportunizando a interação entre diversas disciplinas e matérias, sob as quais podem se assentar a análise e julgamento do economista em relação às situações-problema propostas;
- Concatenar o conjunto das habilidades e competências adquiridas ao longo do curso;
- Ter como pré-requisito o cumprimento de mais de 1500 horas, quando o aluno já teve contato com o conjunto da teoria econômica e da teoria econômica aplicada básica.

Desta forma, os laboratórios têm como objetivo **propiciar um ambiente de experimentação de atividades relativas às áreas de atuação do economista**, conforme estabelecido pela Lei nº 1.411/1951 e suas alterações (BRASIL, 1951), com o concurso da orientação e acompanhamento de docente(s).

Nesses termos, alguns conteúdos que podem ser foco dos Laboratórios de Prática, e que compõem as principais áreas de atuação do economista, com exceção da docência, são:

Planejamento Econômico: planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira; elaboração de orçamentos públicos e privados; projetos de estruturação e captação de recursos para a execução de projetos que levem ao desenvolvimento socioeconômico regional sustentável; elaboração e estruturação de planejamento urbano e seus instrumentos;

Consultoria Econômica: assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira; estudo de viabilidade econômico-financeira, de mercado e de impacto econômico-social em projetos que envolvam a economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, a economia da cultura, do turismo e do meio ambiente; formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais; consultoria em finanças pessoais; viabilidade econômico-financeira;

Análise e Avaliação Econômico-Financeira: estudo e análise de mercado financeiro e de capitais; acompanhamento e avaliação econômico-financeira de práticas de política tributária e de finanças públicas ao comportamento do mercado; análise financeira de investimentos; avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas; avaliação econômica de bens intangíveis; perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica; mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, (cálculos de liquidação, auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira);

Políticas Públicas: avaliação de políticas públicas, desenho de projetos sociais, desenvolvimento de indicadores de resultados de políticas públicas; uso de métodos qualitativos e quantitativos de avaliação de políticas públicas.

Como os laboratórios de prática em economia destinam-se à aplicação de arcabouço teórico e de ferramental a situações-problema a serem definidas pelo(s) docente(s)

responsável(is) para cada turma a ser ofertada, a metodologia, abordagem, produto final, forma de avaliação, bibliografia, e outros elementos didático-andragógicos que sejam pertinentes, serão definidos no planejamento de cada edição de laboratório. Caberá à coordenação do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, não obstante, coordenar e acompanhar o processo de planejamento, consultando e demandando do Departamento a estrutura necessária para a realização dos laboratórios.

2.8 Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem

Em relação ao caráter andragógico-avaliativo do curso, o mesmo se dá a partir de um contexto processual, adaptado a cada disciplina e que versa de acordo aos procedimentos de avaliação escrita, presencial e individual, abarcando, às vezes, atividades em grupos e, ou realizados através de estudos dirigidos e extraclasse, conforme preconiza o Regimento Geral da UESC, em seu Título V - Do Regime Didático Pedagógico, mais especificamente no Capítulo V, e à Resolução CONSEPE nº 16, de 1996 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2006) .

Ocorrem, também, através de apresentações orais e pela confecção de resumos, resenhas e artigos, a depender do caráter metodológico adotado na disciplina, pelo seu docente responsável.

Essa avaliação processual é feita em etapas, através do sistema de creditação, de acordo com a quantidade de créditos constantes em cada disciplina onde, a cada crédito, geralmente, há a indicação de equivalência a uma etapa de avaliação.

Em resumo, o processo de avaliação se dá por meio de avaliações escritas (individuais ou em grupos), apresentação de seminários, confecção de artigos e relatórios e, ou a realização de estudos dirigidos, variando de acordo com a disciplina e o docente por elas responsável. Além desse processo, existe ainda a possibilidade de realização de atividades domiciliares, em casos específicos, conforme determina a resolução CONSEPE 14/1996.

2.9 Modos da integração entre graduação e pós-graduação

Conforme já pontuado anteriormente, a integração do Bacharelado em Ciências Econômicas com as pós-graduações do Departamento de Ciências Econômicas é um dos aspectos visados na presente proposta, inclusive como elemento norteador da vocação do curso. Efetivamente, já existem ações e práticas integradoras entre a graduação e as pós do

DCEC, de modo que se buscará a ampliação e consolidação desse processo via esforços sinérgicos dos cursos envolvidos.

Nessa perspectiva, o colegiado do Curso de Ciências Econômicas, coadunado com os colegiados dos cursos de pós-graduação (especializações e mestrado) do Departamento, e com a Direção do DCEC, consoante às funções e responsabilidades cabíveis a cada um desses, promoverão, apoiarão e/ou estimularão a realização, dentre outras possibilidades, de ações relativas a:

- atividades extensionistas (seminários, palestras, minicursos, etc.) conjuntas e, ou que permitam/estimulem a participação do corpo discente e docente dos cursos envolvidos;
- monitoria e, ou estágio de docência dos pós-graduandos em disciplinas da graduação que apresentem correlação com disciplinas das pós (por exemplo: Economia Regional I do mestrado com Economia Regional e Urbana da graduação; Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas do mestrado com Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico da graduação, dentre outras possibilidades);
- trabalhar assuntos transversais nas disciplinas da graduação via participação e apoio de docentes e discentes das pós. Tais assuntos deverão ser correlatos às áreas e objetos de estudo dos cursos envolvidos, sendo definidos no planejamento da atividade por meio da qual se introduzirá o conteúdo transversal pelos atores responsáveis por realizarem a mesma, consultadas as coordenações dos cursos;
- propostas de iniciação científica de graduandos correlatas a temáticas tratadas nos projetos de TCC dos pós-graduandos, possibilitando intercâmbio de conhecimentos e informações entre estes.

Processos de integração da graduação com a pós-graduação, além de possibilitar que os graduandos tenham contato com conteúdos e metodologias mais avançados via ensino, pesquisa ou extensão, também serve como importante política de estímulo para a capacitação continuada daqueles.

2.10 Modos de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC, já na atualidade, oferece uma estrutura e condições que possibilitem aos discentes o exercício do “pensar e fazer” científicos via atividades de pesquisa. De maneira que se versa aqui sobre ações que já são realizadas assim como a ampliação desse suporte na presente proposta.

No âmbito do ensino, o discente tem contato com a prática da pesquisa via atividades

acadêmicas solicitadas nas disciplinas ao longo do curso, e que propiciam a aplicação de técnicas de pesquisa bibliográfica, elaboração de textos, resumos, resenhas e outras possibilidades, empregando-se as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, assim como a coleta, tratamento e análise de dados (secundários ou primários). De maneira mais ostensiva, todos exercitam o processo do pensar científico e aplicam metodologias e técnicas da pesquisa quando cursam as disciplinas específicas da área de Trabalho de Conclusão de Curso-TCC (cinco ao todo⁷) e, especialmente, na elaboração da própria monografia do curso.

Sobre essas disciplinas de TCC, algumas alterações foram realizadas na presente proposta, visando melhorias na desenvoltura dos discentes no processo de aprendizagem e exercício da pesquisa. A primeira alteração foi a antecipação da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico para o 1º semestre, possibilitando desde o início do curso o contato com técnicas de elaboração de textos científicos, as quais poderão ser solicitadas em atividades de outras disciplinas durante todo o curso.

A segunda alteração foi a ampliação da carga horária desse grupo de disciplinas para 360 horas, inclusive em horas práticas; e a terceira foi a limitação do número de discentes para as disciplinas de Técnicas de Pesquisa em Economia II e Pesquisa Aplicada a Economia I e II, visando garantir melhor condução e acompanhamento dos alunos na elaboração do TCC.

Outrossim, a inserção das disciplinas de Prática Extensionista (I a IV) na matriz curricular adicionam, à formação do bacharel em Ciências Econômicas, importantes perspectivas via processos de ensino-aprendizagem assentados na indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão. Os pressupostos norteadores dessas disciplinas, assim como a miríade de alternativas de planejamento e execução delas, oportunizarão aos discentes vivências concernentes às áreas de atuação do economista, em papéis de protagonismo e em interação com segmentos da sociedade, via uso de mecanismo da pesquisa ação, da pesquisa participativa e, ou de outros delineamentos, tudo isso sob a supervisão do docente.

Os discentes são ainda estimulados a cumprirem ao menos 150 horas em atividades de ensino, pesquisa e, ou extensão, fora das salas de aula, e que poderão ser computadas em seu histórico como Atividades Complementares (AC), a qual se constitui componente obrigatório para integralização do currículo.

Ainda no âmbito da extensão, os discentes são estimulados a se envolverem em

⁷ Metodologia do Trabalho Científico, Técnicas de Pesquisa em Economia I, Técnicas de Pesquisa em Economia II, Pesquisa Aplicada à Economia I e Pesquisa Aplicada à Economia II.

eventos científicos e de extensão (na própria Universidade e fora dela), seja na condição de membros da comissão organizadora, ou enquanto convidados, apresentadores (de trabalhos, instrutores de minicursos), ou como ouvintes. A Coordenação do Colegiado do Curso, em conjunto com o Departamento Ciências Econômicas, empenha-se continuamente para promover eventos e ações que incitem os discentes a: produzirem e publicarem trabalhos científicos; se capacitarem via atividades extracurriculares de curta ou média duração (palestras, minicursos, seminários, projetos de pesquisa, de extensão e de ensino, etc.); ampliarem seu *network* e conhecimento cultural.

Exemplificando esses esforços, temos dois importantes eventos anuais do curso de Economia: a “Semana de Economia”, atividade extensionista realizada no segundo semestre do ano, em 2022 segue para sua 12ª edição, e que conta com apresentação e publicação de estudos, principalmente dos graduandos e pós-graduandos de economia; o “*Workshop* de Economia”, evento realizado no primeiro semestre do ano, teve sua primeira edição em 2022, e destina-se a realização de um conjunto de atividades voltadas para a carreira e mercado do profissional de economia. Além desses eventos, os discentes contam com outros promovidos pelo Departamento de Ciências Econômicas e, ou pelas pós-graduações em Economia, bem como de outros Departamentos e da Universidade, sejam eles previstos ou não no calendário acadêmico.

Ademais, os graduandos em Economia atualmente têm à sua disposição a possibilidade de participar, como bolsista ou voluntário, de diversos programas e projetos extensionistas do DCEC, tais como: “Acompanhamento do Custo da Cesta Básica (ACCB)”, que realiza e publica estudos sobre o custo da cesta básica nas cidades de Itabuna e Ilhéus; “Escritório de Projetos e Consultoria Econômica (EPEC)”, que realiza atividades e projetos de consultoria a diversos segmentos econômicos e empreendedores da região; “Centro de Análise de Conjuntura Econômica e Social (CACES)”, que elabora e divulga boletins periodicamente com dados socioeconômicos relativos aos municípios de Ilhéus e Itabuna; “Índice da Atividade Econômica Municipal da Bahia (INDICA)”, que elabora e divulga boletins relativos a subíndices e índices da atividade econômica dos municípios baianos; “Empresa Cia. Júnior”, que visa o desenvolvimento do estudante através da prática de projetos e vivência empresarial, oferecendo serviços de consultoria empresarial para micro e pequenas empresas.

Por fim, no âmbito da própria pesquisa, o curso também usufrui de uma miríade de projetos de pesquisa e propostas de iniciação científica (com bolsas e voluntária) num processo cíclico de emergência, desenvolvimento e conclusão, envolvendo números cada vez

maiores de graduandos. Em 2021, o DCEC figurou com nove projetos em andamento e concluídos, apresentando renovação contínua quanto às temáticas e quantitativo de propostas pesquisas (UNIVERSIDADE..., 2021).

No curto prazo, essas ações têm auxiliado numa apropriação mais ampliada e contundente dos graduandos de processos de desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento científico, corroborando, em especial, uma execução mais tranquila da monografia por esses. No médio prazo, essas ações têm estimulado a busca pela capacitação continuada por esses alunos, resultando na elevação do número de bacharéis de economia em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, tanto na UESC como em outras instituições de ensino superior.

2.11 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade monografia, é obrigatória para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, conforme Art. 10º da Resolução MEC/CNE/CES nº 04/2007, com o intuito de proporcionar experiência de pesquisa ao discente, que deverá demonstrar domínio do conteúdo e construção de raciocínio lógico (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2007).

Para que o TCC seja realizado, o discente deverá cursar as seguintes disciplinas: Metodologia do Trabalho Científico, Técnicas de Pesquisa em Economia I, Técnicas de Pesquisa em Economia II, Pesquisa Aplicada à Economia I e Pesquisa Aplicada à Economia II, atendendo ao cumprimento dos pré-requisitos existentes entre elas.

Em relação aos pré-requisitos e à realização da matrícula, especificamente, na disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia I, o discente deverá ter cursado mais que 1300 horas aulas, para que tenha condições de se apropriar de conhecimentos básicos do curso e necessários para a compreensão do processo de construção do projeto de pesquisa.

As disciplinas Metodologia do Trabalho Científico e Técnicas de Pesquisa em Economia I são teóricas, e por sua natureza, serão conduzidas pelos professores indicados para as disciplinas, no sentido de cumprir a ementa proposta, estabelecer cronograma de aulas, atividades e avaliações, verificando o desempenho dos discentes quanto à aquisição suficiente do conteúdo proposto e ministrado.

As disciplinas Técnicas de Pesquisa em Economia II, Pesquisa Aplicada à Economia I e Pesquisa Aplicada à Economia II, são disciplinas com carga horária prática. Por tratarem do desenvolvimento do TCC, seja na fase de elaboração do projeto, seja nas duas fases que

compreendem o desenvolvimento da monografia, caberá aos professores indicados para as disciplinas: coordenar os discentes, em sala de aula, visando cumprir o cronograma de apresentações relativas ao TCC; estimular o debate e o aprofundamento crítico; e instruir quanto à organização do trabalho científico.

Os discentes deverão cumprir os cronogramas de avaliações estipulados para cada disciplina e demonstrar os avanços da pesquisa realizada com seus orientadores. Portanto, o professor orientador é o responsável por instruir seus orientandos quanto à delimitação do objeto a ser pesquisado e todas as demais necessidades dos discentes relativas à estrutura e ao conteúdo do TCC.

Na disciplina Pesquisa Aplicada à Economia II, além do cumprimento do cronograma estabelecido para a disciplina, o discente deverá realizar apresentação pública da monografia, atendendo aos prazos estabelecidos pelo Regulamento do TCC.

Conforme o referido regulamento, a nota da disciplina será composta pelas avaliações do professor da disciplina e pela nota da Banca Examinadora (média entre os três avaliadores componentes da Banca). Para ser considerado aprovado na apresentação pública, o discente deverá ter nota mínima igual a 7,0. Além disso, precisa entregar ao Colegiado do Curso, dentro dos prazos estabelecidos no semestre, em versão digitalizada e em extensão “pdf”, com a obrigatoriedade de apresentar em sua composição a folha de avaliação devidamente assinada pelos membros da banca, após as possíveis correções indicadas no processo de avaliação do trabalho.

2.12 Curricularização da extensão: concepção, composição e desenvolvimento

Em consonância à Resolução CNE/CES nº 07/2018 e a Resolução Consepe nº 16/2022, a concepção e a prática extensionista no ensino Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas assentam-se: na interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, na formação cidadã dos estudantes; na produção de mudanças em setores da sociedade e na própria instituição superior; e na articulação entre ensino/extensão/pesquisa, via processos interdisciplinares e que estimulem o protagonismo dos discentes.

Nesse contexto, e considerando a possibilidade de que cada curso, no seu PPC, expresse como pretende realizar a curricularização da extensão, opta-se no presente currículo destinar 360 horas para a extensão (ou seja, 10,9% da carga horária total do curso), sendo que o discente poderá integralizar essa carga horária mediante duas estratégias principais:

1. via o cumprimento das disciplinas de Prática Extensionista (I, II, III e IV) do presente currículo;
2. por meio do aproveitamento de carga horária em ações de extensão para as disciplinas que compõem a estrutura curricular (Prática Extensionista I, II, III e IV), desde que devidamente registradas na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) ou em outras instituições e o acadêmico pleiteante exerça protagonismo na ação a aproveitar.

Os componentes curriculares responsáveis pela integralização da extensão no PPC de Economia envolvem 4 (quatro) disciplinas (Prática Extensionista I, II, III, IV), de 90 horas cada, ofertadas a partir do 5º semestre no curso do matutino, e do 7º no curso do noturno, com 15 vagas por turma (no máximo).

A oferta de qualquer das disciplinas denominadas “Prática Extensionista” (I, II, III, IV) deverá observar a tramitação, avaliação, aproveitamento e registro especial, conforme Regimento Interno apenso.

2.13 Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado

Assim como determina o Art. 7º da Resolução CNES 04/2007 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2007), o Estágio Supervisionado “é um componente curricular opcional da Instituição, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando”. Nesse sentido, no Projeto Acadêmico ora proposto, o Estágio Supervisionado **não** será considerado como obrigatório ao Curso. Entretanto, saliente-se que o direito de realizá-lo não será cerceado aos discentes que, quando da sua realização, mediante o que expõe a Resolução CONSEPE nº 33/2009 (que dispõe sobre o Estágio Curricular Não-obrigatório), poderá ser executado e utilizado como parte integrante das Atividades Complementares (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2009).

Nesse bojo, embora não como componente curricular obrigatório, os discentes serão motivados e direcionados, sempre que possível, à sua realização. Nesse sentido, o Curso (através do Colegiado e Departamento de Ciências Econômicas) apoiam organizações discentes como a Empresa Cia. Júnior, que traz justamente uma das oportunidades do discente do curso de Ciências Econômicas da UESC vivenciar experiências práticas na busca de soluções para problemas reais que envolvam a multidisciplinaridade das Ciências Sociais Aplicadas, pela aplicação das teorias econômicas, da administração, do direito e da

contabilidade, estudadas em sala de aula, ao cotidiano real da prática profissional.

2.14 Concepção e composição das atividades complementares

As Atividades Complementares (AC) compõem as ações realizadas pelo aluno e que estejam vinculadas à sua formação enquanto discente do curso de Ciências Econômicas, visando a complementação dos conteúdos vistos em sala de aula. Compõem, ainda, as demais práticas executadas pelo aluno, que envolvam outras áreas de conhecimento, afins ao curso ou não, e que possam fundamentar uma aquisição de conhecimento múltipla e ampla (promovendo, destarte, a multi e a interdisciplinaridade do conhecimento).

As ações que fundamentam a realização das atividades complementares, segundo o Art. 8º da Resolução CNES nº 04/2007, são compostas por componentes curriculares que possibilitem o reconhecimento, por avaliação (barema de pontuação-importância-relevância), de “habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar”, abrangendo atividades:

Independentes; transversais; opcionais; interdisciplinares; de pesquisa e extensão e; demais atividades que apresentem um caráter enriquecedor e implementador do próprio perfil do formando (sem que haja a confusão com atividades do estágio curricular supervisionado). (CONSELHO..., 2007)

Nesse sentido, a carga horária destinada para a integralização das atividades complementares no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UESC será equivalente a 150 (cento e cinquenta) horas, conforme estabelecido nesse Projeto Pedagógico, e deverá ser realizada conforme o Barema de Pontuação de Atividades Complementares descrito abaixo. Nele se definem a concepção e a ponderação das atividades complementares baseadas na busca de permitir que o aluno vivencie a interdisciplinaridade durante o curso.

Assim, as AC delineadas, no respeito dessas diretrizes, são compostas por atividades nos âmbitos de ensino, da pesquisa, da extensão, da representação estudantil e da vivência acadêmico-profissional, buscando assegurar, por conseguinte, a integração entre teoria e prática do saber econômico, científico e social.

Quadro 12 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Ensino

Item	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
1.	Disciplinas de cursos de graduação em Economia (de outras IES), desde que em curso reconhecido e não contempladas na grade curricular do curso de Economia da UESC	C.H. da disciplina	Até 120h para cursos presenciais; até 60h para não-presenciais	Histórico escolar com aprovação
2.	Disciplinas de outros cursos de graduação (da UESC ou de outras IES), não integrantes da grade curricular do curso de Economia da UESC	C.H. da disciplina	Até 120h para cursos presenciais; até 60h para não-presenciais	Histórico escolar com aprovação
3.	Disciplina de cursos de pós-graduação em Economia e áreas afins, não integrantes da grade curricular do curso de Economia da UESC	C.H. da disciplina	Até 60h para cursos presenciais; até 30h para não-presenciais	Histórico escolar com aprovação
4.	Participação em Grupos de Estudos registrados (da UESC ou de outras IES)	15h por mês	Até 60h	Certificado/declaração de participação
5.	Participação em Projetos de Ensino e de Iniciação à Docência (com ou sem bolsa), da UESC ou de outras IES	40h por mês	Até 200h	Certificado/declaração de participação

Quadro 13 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Pesquisa

Item	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
1.	Participação em iniciação científica da UESC (com ou sem bolsa) – PIBIC/PROBIC/PROIC	40h por mês	Até 200h	Certificado de participação emitido pela PROPP
2.	Participação em projetos de pesquisa da UESC ou de outras IES (com ou sem bolsa)	40h por mês	Até 200h	Certificado de participação emitido pela PROPP ou declaração do Professor Coordenador/Orientador
3.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (nacionais/internacionais) – artigo	20h por apresentação	Até 200h	Certificado de apresentação do trabalho
4.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (nacionais/internacionais) – resumo/ensaio/pôster	10h por apresentação	Até 100h	Certificado de apresentação do trabalho
5.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (regionais/locais) – artigo	10h por apresentação	Até 100h	Certificado de apresentação do trabalho
6.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (regionais/locais) – resumo/ensaio/pôster	5h por apresentação	Até 50h	Certificado de apresentação do trabalho
7.	Publicação de artigo completo em Anais de Eventos	10h por artigo	Até 100h	Cópia do sumário e do registro dos anais ou declaração de aceite
8.	Publicação de resumos em Anais de Eventos	3h por resumo	Até 30h	Cópia do sumário e do registro dos anais ou declaração de aceite
9.	Publicação de artigos completos em Periódicos	40h por artigo	Até 160h	Cópia da capa; ficha catalográfica; sumário e primeira página do trabalho no periódico ou declaração de aceite

Quadro 13 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Pesquisa (Continuação...)

Item	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
10.	Publicação de capítulos de livro	40h por capítulo	Até 160h	Cópia da capa; ficha catalográfica; sumário e primeira página do trabalho no periódico ou declaração de aceite
11.	Publicação em jornais, revistas ou periódicos não acadêmicos, mas com temática econômica	5h por publicação	Até 30h	Cópia da publicação e da comprovação do local de publicação

Quadro 14 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Extensão

Item	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
1.	Atuação profissional nas áreas de atribuição do economista	40h por mês	Até 200h	Atestado emitido pela empresa (pública/privada) contendo descrição das atividades desenvolvidas
2.	Cursos/minicursos diversos que qualifiquem o estudante dentro da área de conhecimento da Economia	Carga horária respectiva, até 20h por curso/minicurso	Até 200h	Certificado/declaração de participação
3.	Cursos/minicursos diversos que qualifiquem o estudante nas diversas áreas do conhecimento	Carga horária respectiva até 20h por curso/minicurso	Até 50h	Certificado de participação

Quadro 14 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Extensão (Continuação...)

Item	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
4.	Estágio supervisionado não-obrigatório	40h por mês	Até 200h	Contrato de estágio
5.	Ministrante de palestra e, ou minicurso em eventos	20h por ação	Até 60h	Certificado/declaração de participação
6.	Monitoria em eventos científicos	10h por monitoria/evento	Até 60h	Certificado/declaração de participação
7.	Organização de Eventos Acadêmico-Científicos	40h por ação	Até 80h	Certificado/declaração de participação
8.	Participação, como voluntário, em ações de extensão diversas	5h por ação	Até 60h	Certificado/declaração de participação
9.	Participação em comissões/comitês do DCEC/COLECO, ou de outros setores da UESC	10h por mês	Até 100h	Certificado/declaração de participação ou cópia de portaria.
10.	Participação em Empresa Junior	40h por mês	Até 160h	Certificado/declaração de participação

Quadro 14 - Barema das Atividades Complementares, Modalidade Extensão (Continuação...)

Item	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
11.	Participação em Projetos de Extensão da UESC ou de outras IES (com ou sem bolsa)	40h por mês	Até 200h	Certificado emitido pela PROEX ou declaração do coordenador/orientador
12.	Participação, como ouvinte, em seminários, simpósios, conferências, encontros, semanas acadêmicas, palestras, exposições e, ou jornadas	C.H do evento até o máximo de 10h (quando não for explícita a C.H. do evento, reconhece-se o mínimo de 5h)	Até 200h	Certificado/declaração de participação
13.	Realização de intercâmbio estudantil (nacional e, ou internacional)	C.H. da ação	Até 300h	Certificado/declaração de participação
14.	Representação estudantil junto às instâncias deliberativas da Universidade	30h por semestre	Até 120h	Certificado/declaração de participação
15.	Representação estudantil junto ao Centro Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas ou Diretório Central dos Estudantes da UESC	30h por semestre	Até 120h	Certificado/declaração de participação
16.	Práticas de serviço voluntário (atividade não remunerada prestada a entidade pública ou privada sem fins lucrativos, em conformidade com a Lei nº 9.608 de 18/02/1998).	C.H da atividade	Até 60h	Certificado/declaração de participação

2.15 Migração e Plano de Adaptação

Os alunos ingressantes a partir do 1º semestre do ano de 2015, por qualquer modalidade de matrícula, ficarão obrigados ao cumprimento do currículo proposto pelo presente projeto acadêmico. Os alunos ingressantes até o ano de 2014, por qualquer modalidade de matrícula, estarão sujeitos às seguintes regras de adaptação:

- I Os alunos que ao final do período acadêmico 2014/2 tenham integralizado até 50% da carga horária mínima exigida pelo currículo anterior (grade curricular 2011.1), 1.500 horas, portanto, passarão a se vincular ao currículo proposto, adotando-se o quadro de equivalência curricular apresentado no item 4.1.
- II Os alunos que ao final do período acadêmico 2014/2 tenham integralizado mais de 50% da carga horária mínima exigida continuarão vinculados ao currículo anterior (grade curricular 2011.1), por um período máximo de três
(3) anos, a partir do período acadêmico 2015.1, devendo integralizá-lo até o período 2017.2. Caso não integralizem, migrarão automaticamente para o mapa curricular ora proposto.
- III Os alunos que ao final do período acadêmico 2014/2 tenham integralizado mais de 50% da carga horária mínima exigida, opcionalmente poderão migrar para a grade curricular ora proposta mediante solicitação feita ao Colegiado do Curso via requerimento no Protocolo Geral da UESC, no qual deverá expressar seu desejo de migração para a nova estrutura curricular. Os interessados terão até o primeiro semestre de 2015 para realizar a solicitação, sendo que a opção não poderá ser revertida.

As disciplinas obrigatórias e optativas cursadas com aproveitamento no currículo anterior serão equivalentes às disciplinas/atividades do currículo proposto, conforme o Quadro de Equivalência Curricular apresentado no item 4.1.

- I A carga horária das disciplinas eletivas cursadas com aproveitamento no currículo anterior, que não apresentarem equivalência no quadro ora apresentado, será considerada para o cálculo da carga horária das atividades complementares(AC) do currículo proposto, em conformidade com o barema das AC deste currículo.
- II A carga horária das atividades acadêmicas curriculares cursadas com

aproveitamento no currículo anterior será considerada para o cálculo da carga horária das atividades complementares do currículo proposto, em conformidade com o barema das ACs deste.

2.15.1 Equivalência Curricular

Quadro 15 - Quadro geral de equivalência de disciplinas

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PROPOSTO	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CR	DISCIPLINAS EQUIVALENTES NO CURRÍCULO ANTERIOR	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CH (E)	CR
Fundamentos de Direito	1	OB	FG	30		2	Direito e Economia	2	OB	FG	45			3
Fundamentos de Matemática	1	OB	FG	60		4	Matemática e Economia	1	OB	FG	60			4
Evolução do Capitalismo	1	OB	FH	60		4	História Econômica Geral	2	OB	FH	60			4
Introdução à Economia	1	OB	FG	90		6	Introdução à Economia	1	OB	FG	60			4
Introdução à Filosofia	1	OB	FG	60		4	Filosofia e Economia	1	OB	FG	45			3
Metodologia do Trabalho Científico	1	OB	FTP	60		4	Iniciação ao Trabalho Científico	4	OB	FTP	60			4
Contabilidade Social	2	OB	FTQ	30	60	4	Contabilidade Social	3	OB	FTQ	60			4
Formação Econômica do Brasil	2	OB	FH	60		4	Formação Econômica do Brasil	3	OB	FH	60			4
História do Pensamento Econômico I	2	OB	FH	60		4	História do Pensamento Econômico I	5	OB	FH	60			4
Introdução à Contabilidade	2	OB	FG	60		4	Contabilidade e Economia	2	OB	FG	45			3
Introdução às Ciências Sociais	2	OB	FG	60		4	Sociologia e Economia	1	OB	FG	45			3
							Ciência Política e Economia	1	OB	FG	45			3
Matemática Aplicada à Economia I	2	OB	FTQ	60		4	Economia Matemática I	2	OB	FTQ	60			4
Economia Brasileira Contemporânea I	3	OB	FH	60		4	Economia Brasileira Contemporânea	4	OB	FH	60			4
Estatística Aplicada à Economia I	3	OB	FTQ	60		4	Introdução à Estatística	2	OB	FTQ	45			3
História do Pensamento Econômico II	3	OB	FH	60		4	História do Pensamento Econômico II	6	OB	FH	60			4
Introdução à Administração	3	OB	FG	60		3	Administração e Economia	1	OB	FG	45			3
Matemática Aplicada à Economia II	3	OB	FTQ	60		4	Economia Matemática II	3	OB	FTQ	60			4
Teoria Microeconômica I	3	OB	FTQ	60		4	Teoria Microeconômica I	3	OB	FTQ	60			4

NOTA: SEM – semestre; NAT – natureza; CH – carga horária; T – teórica; P – prática; E – estágio; CR – crédito; OB – obrigatória; OP – optativas; FG – formação geral; FH – formação histórica; FTP – formação teórico-prática; FTQ – formação teórico-quantitativa.

Quadro 15 - Quadro geral de equivalência de disciplinas (Continuação...)

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PROPOSTO	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CR	DISCIPLINAS EQUIVALENTES	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CH (E)	CR
Análise Econômico-Financeira	4	OB	FTQ	60	30	5	Análise Econômico Financeira	2	OB	FTQ	60			4
Economia Brasileira Contemporânea II	4	OB	FH	60		4	Sem equivalência							
Economia Política	4	OB	FTQ	60	30	5	Economia Política	4	OB	FTQ	60			4
Estatística Aplicada à Economia II	4	OB	FTQ	60		4	Estatística Econômica	3	OB	FTQ	60			4
Teoria Macroeconômica I	4	OB	FTQ	60		4	Teoria Macroeconômica I	4	OB	FTQ	60			4
Teoria Microeconômica II	4	OB	FTQ	60		4	Teoria Microeconômica II	4	OB	FTQ	60			4
Econometria I	5	OB	FTQ	60	30	5	Econometria	4	OB	FTQ	60			4
Economia do Setor Público	5	OB	FTQ	60	30	5	Economia do Setor Público	5	OB	FTQ	60			4
Economia Industrial	5	OB	FTQ	60		4	Organização Industrial	5	OB	FTQ	60			4
Técnicas de Pesquisa em Economia I	5	OB	FTP	60	30	5	Metodologia e Técnicas de Pesquisa I	5	OB	FTP	60			4
Teoria Macroeconômica II	5	OB	FTQ	60		4	Teoria Macroeconômica II	5	OB	FTQ	60			4
Economia Internacional I	6	OB	FTQ	60	30	5	Economia Internacional I	7	OB	FTQ	60			4
Economia Monetária	6	OB	FTQ	60	30	5	Economia Monetária	6	OB	FTQ	60			4
Economia Regional e Urbana	6	OB	FTQ	60	30	5	Economia Regional e Urbana		OP	FTQ	60			4
Técnicas de Pesquisa em Economia II	6	OB	FTP	30	60	4	Metodologia e Técnicas de Pesquisa II	6	OB	FTP	60			4
Teoria Macroeconômica III	6	OB	FTQ	60		4	Sem equivalência							
Desenvolvimento Socioeconômico	7	OB	FTQ	60	30	5	Desenvolvimento Socioeconômico	8	OB	FTQ	60			4
Economia Internacional II	7	OB	FTQ	60		4	Economia Internacional II	8	OB	FTQ	60			4
Pesquisa Aplicada à Economia I	7	OB	FTP	30	90	5	Monografia I	7	OB	FTP	60			4
Elaboração e Análise de Projetos	8	OB	FTQ	30	90	5	Elaboração e Análise de Projetos		OP	FTQ	60			4
Conduto Profissional do Economista	8	OB	FG	30		2	Ética e Economia	3	OB	FG	45			3
Pesquisa Aplicada à Economia II	8	OB	FTP	30	90	5	Monografia II	8	OB	FTP	60			4
Antropologia dos Grupos Afro-Brasileiros		OP	FG	60		4	Sem equivalência							

NOTA: SEM – semestre; NAT – natureza; CH – carga horária; T – teórica; P – prática; E – estágio; CR – crédito; OB – obrigatória; OP – optativas; FG – formação geral; FH – formação histórica; FTP – formação teórico-prática; FTQ – formação teórico-quantitativa.

Quadro 15 - Quadro geral de equivalência de disciplinas (Continuação...)

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PROPOSTO	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CR	DISCIPLINAS EQUIVALENTES NO CURRÍCULO ANTERIOR	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CH (E)	CR
Contabilidade de Custos		OP	FTP	60		4	Contabilidade de Custos		OP	FTP	60			4
Direito Econômico		OP	FTP	60		4	Direito Econômico		OP	FTP	60			4
Direito Tributário		OP	FTP	60		4	Direito Tributário		OP	FTP	60			4
Econometria II		OP	FTQ	60	30	5	Econometria II		OP	FTQ	60			4
Economia Agrícola e Agronegócio		OP	FTP	60		4	Economia Agrícola e Agronegócio		OP	FTP	60			4
Economia Baiana		OP	FTP	60		4	Sem equivalência							
Economia da Região Cacaueira		OP	FTP	60		4	Economia da Região Cacaueira		OP	FTP	60			4
Economia da Regulação		OP	FTP	60		4	Economia de Regulação		OP	FTP	60			4
Economia de Serviços		OP	FTP	60		4	Economia de Serviços		OP	FTP	60			4
Economia do Meio Ambiente		OP	FTP	60		4	Economia e Meio Ambiente		OP	FTP	60			4
Economia do Trabalho		OP	FTP	60	30	5	Sem equivalência							
Economia do Turismo		OP	FTP	60		4	Economia do Turismo		OP	FTP	60			4
Economia e Cooperativismo		OP	FTP	60		4	Economia e Cooperativismo		OP	FTP	60			4
Economia Empresarial		OP	FTP	60		4	Economia de Empresas		OP	FTP	60			4
Economia da Tecnologia		OP	FTQ	60		4	Sem equivalência							
Economia Institucional		OP	FTQ	60		4	Sem equivalência							
Finanças Públicas		OP	FTQ	60		4	Sem equivalência							
Geografia Econômica		OP	FTP	60		4	Geografia Econômica		OP	FTP	60			4
História Indígena		OP	FG	60		4	Sem equivalência							
Inglês Instrumental		OP	FTP	60		4	Inglês Instrumental		OP	FTP	60			4
Laboratório de Prática em Análise e Avaliação Econômico-Financeira		OP	FTP	30	60	4	Sem equivalência							
Laboratório de Prática em Avaliação de Políticas Públicas		OP	FTP	30	60	4	Sem equivalência							

NOTA: SEM – semestre; NAT – natureza; CH – carga horária; T – teórica; P – prática; E – estágio; CR – crédito; OB – obrigatória; OP – optativas; FG – formação geral; FH – formação histórica; FTP – formação teórico-prática; FTQ – formação teórico-quantitativa.

Quadro 15 - Quadro geral de equivalência de disciplinas (Continuação...)

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PROPOSTO	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CR	DISCIPLINAS EQUIVALENTES NO CURRÍCULO ANTERIOR	SEM	NAT	ÁREA	CH (T)	CH (P)	CH (E)	CR
Laboratório de Prática em Consultoria Econômica		OP	FTP	30	60	4	Sem equivalência							
Laboratório de Prática em Planejamento Econômico		OP	FTP	30	60	4	Sem equivalência							
Leitura e Produção de Textos		OP	FTP	45	30	4	Sem equivalência							
Língua Portuguesa		OP	FTP	60		4	Língua Portuguesa		OP	FTP	60			4
Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS		OP	FTP	30	30	3	Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS		OP	FTP	30	30		3
Mercado de Capitais		OP	FTP	60		4	Mercado de Capitais		OP	FTP	60			4
Mercado e Comercialização		OP	FTP	60		4	Mercado e Comercialização		OP	FTP	60			4
Planejamento Estratégico		OP	FTP	60		4	Sem equivalência							
Política e Planejamento Econômico		OP	FTQ	60		4	Política e Planejamento Econômico		OP	FTQ	60			4
Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico		OP	FTP	60		4	Sem equivalência							
Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente		OP	FTP	30	60	4	Sem equivalência							
Tópicos Especiais em Economia do Setor Público		OP	FTP	60		4	Sem equivalência							
Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico		OP	FTP	60		4	Sem equivalência							
Sem equivalência							Introdução à Ciência dos Computadores		OP	FTP	60			4
Sem equivalência							Estágio Supervisionado	5	OB	FTP			180	4
Sem equivalência							Evolução Econômica Pré-Capitalista		OP	FH	60			4

NOTA: SEM – semestre; NAT – natureza; CH – carga horária; T – teórica; P – prática; E – estágio; CR – crédito; OB – obrigatória; OP – optativas; FG – formação geral; FH

– formação histórica; FTP – formação teórico-prática; FTQ – formação teórico-quantitativa.

A coordenação do Colegiado do Curso elaborará, consoante aos critérios acima listados, e de acordo com as particularidades de cada turma e, ou aluno, a adaptação ao novo currículo do curso, observando os prazos máximos permitidos pela legislação vigente.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as normas da UESC, pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas e pelo CONSEPE, se necessário.

2.15.2 Plano de migração curricular

O processo de substituição do currículo antigo e de implantação do proposto, em consonância ao anteriormente disposto, dar-se-á semestralmente, de modo gradual e contínuo, até a substituição e extinção integral da grade curricular 2010.1. Esse processo é ilustrado na Figura 4, apresentada a seguir.

Figura 4 - Fluxograma do processo de substituição do currículo antigo e de implantação do proposto – período de 2015.1 a 2019.1

	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1
Noturno	1º S - T1	2º S - T1	1º S - T2	2º S - T2	1º S - T3	2º S - T3	1º S - T4	2º S - T4	1º S - T5
	2º S - T7	3º S - T7	3º S - T1	4º S - T1	3º S - T2	4º S - T2	3º S - T3	4º S - T3	3º S - T4
	3º S - T6	4º S - T6	4º S - T7	5º S - T7	5º S - T1	6º S - T1	5º S - T2	6º S - T2	5º S - T3
	4º S - T5	5º S - T5	5º S - T6	6º S - T6	6º S - T7	7º S - T7	7º S - T1	8º S - T1	7º S - T2
	5º S - T4	6º S - T4	6º S - T5	7º S - T5	7º S - T6	8º S - T6	8º S - T7		
	6º S - T3	7º S - T3	7º S - T4	8º S - T4	8º S - T5				
	7º S - T2	8º S - T2	8º S - T3						
	8º S - T1								
Manhã	2º S - T7	1º S - T1	2º S - T1	1º S - T2	2º S - T2	1º S - T3	2º S - T3	1º S - T4	2º S - T4
	3º S - T6	3º S - T7	4º S - T7	3º S - T1	4º S - T1	3º S - T2	4º S - T2	3º S - T3	4º S - T3
	4º S - T5	4º S - T6	5º S - T6	5º S - T7	6º S - T7	5º S - T1	6º S - T1	5º S - T2	6º S - T2
	5º S - T4	5º S - T5	6º S - T5	6º S - T6	7º S - T6	7º S - T7	8º S - T7	7º S - T1	8º S - T1
	6º S - T3	6º S - T4	7º S - T4	7º S - T5	8º S - T5	8º S - T6			
	7º S - T2	7º S - T3	8º S - T3	8º S - T4					
	8º S - T1	8º S - T2							
	Turmas currículo novo Turmas que migrarão para o currículo novo Turmas que NÃO migrarão para o currículo novo								

Os discentes ingressantes no curso a partir de 2015.1, dos turnos matutino e noturno,

terão à sua disposição as disciplinas da grade curricular à qual estão vinculados segundo o fluxograma do curso, respeitando o que delimita o regime de entrada única por turno definido no presente projeto.

Os discentes da grade curricular 2010.1 que migrarem para a nova grade terão à sua disposição a oferta das disciplinas em conformidade com o semestre ao qual passarão a pertencer, semestral e continuamente.

Quanto aos discentes que se mantiverem na matriz curricular 2010.1, terão à disposição todas as disciplinas da sua grade curricular do 5º ao 8º semestres. Contarão ainda com os períodos letivos de 2017.1 e 2017.2 para concluir a integralização da sua grade curricular, podendo cursar as disciplinas da grade 2015.1 que apresentam equivalência com a matriz à qual pertencem.

2.15.3 Previsão de impactos do PPC proposto para os discentes e ações mitigatórias

Apresenta-se neste tópico a previsão de impactos provenientes da implantação da matriz curricular proposta e que incidem sobre o corpo discente e docente do Curso. Ademais, assinalam-se as ações mitigatórias a serem adotadas pelo Colegiado do Curso de Economia na busca pela redução dos efeitos negativos desse processo.

Detendo-se inicialmente ao processo de migração curricular, estima-se que ao final do ano de 2014, baseando-se no número de discentes matriculados e concluintes⁸ desse, o curso terá 432 alunos matriculados. Para estabelecer a quantidade de alunos que deverão migrar para o novo currículo, conforme os critérios já definidos, estimou-se o percentual da carga horária a ser integralizada, por cada aluno, até o final de 2014.2, utilizando-se as equações 1 e 2, descritas a seguir.

$$x_i = \left(\frac{cht_{i,2013.2} + chmáx_{i,2014.1} + \mu ch_{2014.2}}{Ch_T} \right) \times 100 \quad (1)$$

em que:

- x_i = percentual estimado de carga horária total a ser integralizada até 2014.2 pelo discente i
- $cht_{i, 2013.2}$ = carga horária total integralizada até 2013.2 pelo discente i
- $chmáx_{i, 2014.1}$ = carga horária máxima que pode ser cumprida com aproveitamento em 2014.1 pelo discente i

⁸ Estimou-se a partir dos matriculados que findaram o semestre de 2013.2, somando os ingressantes de 2014.1 e 2014.2 e os concluintes do mesmo período.

- $\mu_{ch_{2014.2}}$ = carga horária média a ser cumprida com aproveitamento em 2014.2 pelos discentes do curso de Economia
- Ch_T = carga horária total mínima exigida para a matriz curricular à qual o discente está vinculada

A carga horária média a ser cumprida com aproveitamento em 2014.2 pelos discentes do curso de Economia ($\mu_{ch_{2014.2}}$) foi estimada no somatório da carga horária total cumprida com aproveitamento nos períodos de 2013.2 e 2014.1 por todos os discentes de Economia matriculados nesses períodos, dividindo o resultado pela soma de discentes matriculados nos respectivos períodos. Esse cálculo pode ser representado pela equação 2, exposta a seguir.

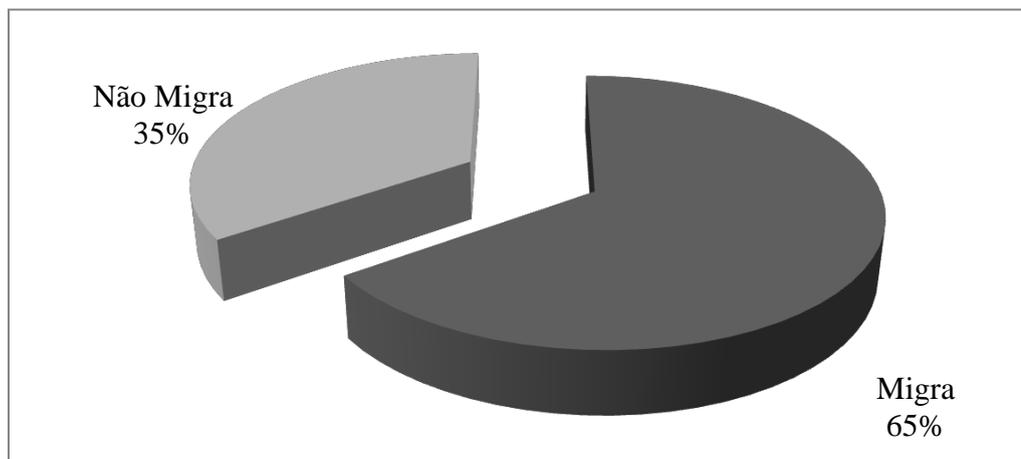
$$\mu_{ch_{2014.2}} = \frac{\sum_{i=1}^n (cht_{i,2013.2} + chmáx_{i,2014.1})}{TM_{2013.2} + TM_{2014.1}} \quad (2)$$

em que,

- $\mu_{ch_{2014.2}}$ = estimativa da carga horária média a ser cumprida com aproveitamento em 2014.2 pelos discentes do curso de Economia
- $cht_{i,2013.2}$ = carga horária total integralizada até 2013.2 pelo discente i
- $chmáx_{i,2014.1}$ = carga horária máxima que pode ser cumprida com aproveitamento em 2014.1 pelo discente i
- $TM_{2013.2}$ = total de discentes matriculados no semestre 2013.2
- $TM_{2014.1}$ = total de discentes matriculados no semestre 2014.1

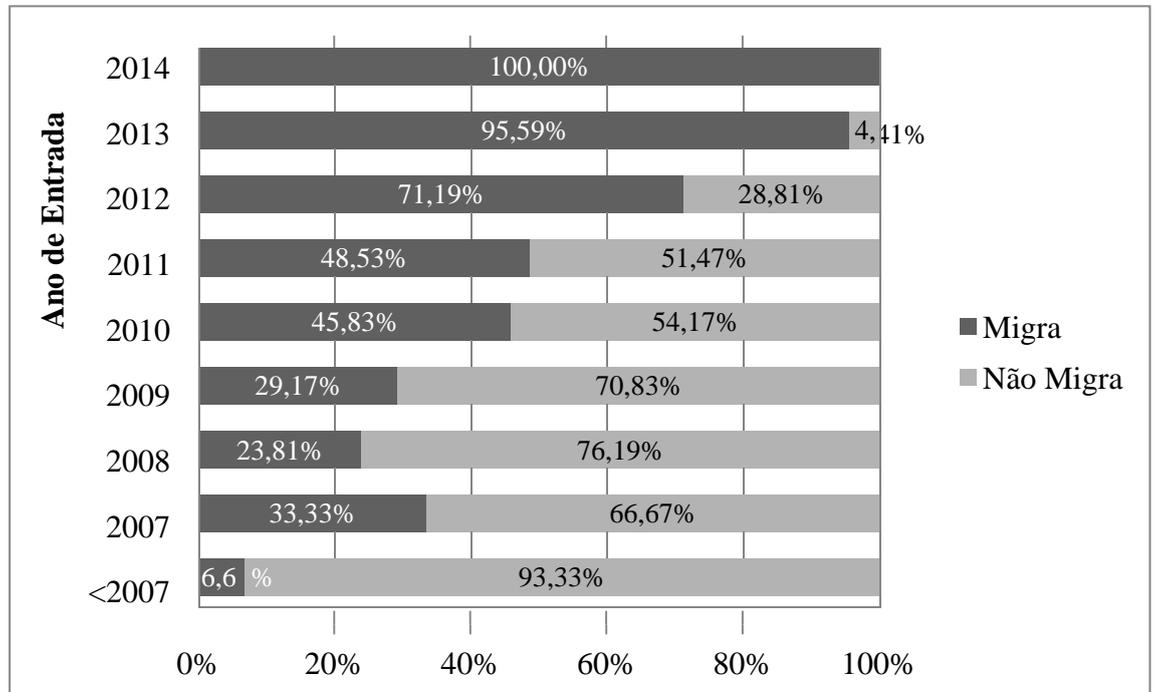
Assim, do total dos 432 alunos que estarão matriculados em 2014.2, avalia-se que 282 deverão migrar para o novo currículo, ou seja, 65%, conforme evidencia a Figura 5.

Figura 5 - Impacto da migração para os discentes



Na Figura 6 buscou-se apresentar o impacto da migração, por ano de entrada, detalhando-se a composição do percentual de alunos que migrarão e não migrarão.

Figura 6 - Impacto da migração para os discentes, segundo o período de ingresso



Entre disciplinas obrigatórias e optativas, a nova matriz curricular apresenta um total de 76 disciplinas, enquanto a matriz atual possui 61. Ressalta-se que, da grade curricular de 2010.1, apenas três disciplinas⁹ não apresentam equivalência com disciplinas na presente proposta, sendo que a carga horária daquelas poderá ser absorvida em atividades complementares da nova grade.

O novo PAC estabelece cinco novas disciplinas obrigatórias: Introdução às Ciências Sociais (substituindo as disciplinas Sociologia e Economia e Ciência Política e Economia), Economia Brasileira Contemporânea II, Teoria Macroeconômica III, Economia Regional e Urbana e Elaboração e Análise de Projetos. Estas duas últimas já existiam como disciplinas optativas no currículo anterior. Assim, das 40 disciplinas obrigatórias da matriz curricular proposta, 18 foram mantidas nos mesmos semestres do PAC atual (a mesma semestralização). Das 17 disciplinas que foram alteradas, 11 foram deslocadas para um semestre anterior ou posterior ao qual é praticado atualmente, conforme se verifica no quadro a seguir.

⁹ “Introdução à Ciência dos Computadores”, “Estágio Supervisionado” e “Evolução Econômica Pré-Capitalista”.

Quadro 16 - Relação das disciplinas obrigatórias do currículo anterior que foram mantidas no currículo proposto, segundo a semestralização

Seq.	Currículo Proposto		Currículo Atual	
	Disciplinas	Semes	Disciplinas Equivalentes	Semes
1	Fundamentos de Direito	1	Direito e Economia	2
2	Fundamentos de Matemática	1	Matemática e Economia	1
3	Introdução à Economia	1	Introdução à Economia	1
4	Introdução à Filosofia	1	Filosofia e Economia	1
5	Metodologia do Trabalho Científico	1	Iniciação ao Trabalho Científico	4
6	Contabilidade Social	2	Contabilidade Social	3
7	Formação Econômica do Brasil	2	Formação Econômica do Brasil	3
8	História do Pensamento Econômico I	2	História do Pensamento Econômico I	5
9	Introdução à Contabilidade	2	Contabilidade e Economia	2
10	Matemática Aplicada à Economia I	2	Economia Matemática I	2
11	Economia Brasileira Contemporânea I	3	Economia Brasileira Contemporânea	4
12	Estatística Aplicada à Economia I	3	Introdução à Estatística	2
13	História do Pensamento Econômico II	3	História do Pensamento Econômico II	6
14	Introdução à Administração	3	Administração e Economia	1
15	Matemática Aplicada à Economia II	3	Economia Matemática II	3
16	Teoria Microeconômica I	3	Teoria Microeconômica I	3
17	Análise Econômico-Financeira	4	Análise Econômico-Financeira	2
18	Economia Política	4	Economia Política	4
19	Estatística Aplicada à Economia II	4	Estatística Econômica	3
20	Teoria Macroeconômica I	4	Teoria Macroeconômica I	4
21	Teoria Microeconômica II	4	Teoria Microeconômica II	4
22	Econometria I	5	Econometria	4
23	Economia do Setor Público	5	Economia do Setor Público	5
24	Economia Industrial	5	Organização Industrial	5
25	Técnicas de Pesquisa em Economia I	5	Metodologia e Técnicas de Pesquisa I	5
26	Teoria Macroeconômica II	5	Teoria Macroeconômica II	5
27	Economia Internacional I	6	Economia Internacional I	7
28	Economia Monetária	6	Economia Monetária	6
29	Economia Regional e Urbana	6	Economia Regional e Urbana	
30	Técnicas de Pesquisa em Economia II	6	Metodologia e Técnicas de Pesquisa II	6

Quadro 16 - Relação das disciplinas obrigatórias do currículo anterior que foram mantidas no currículo proposto, segundo a semestralização (Conclusão)

Seq.	Currículo Proposto		Currículo Atual	
	Disciplinas	Semes	Disciplinas Equivalentes	Semes
31	Desenvolvimento Socioeconômico	7	Desenvolvimento Socioeconômico	8
32	Economia Internacional II	7	Economia Internacional II	8
33	Pesquisa Aplicada à Economia I	7	Monografia I	7
34	Elaboração e Análise de Projetos	8	Elaboração e Análise de Projetos (OP)	
35	Conduta Profissional do Economista	8	Ética e Economia	3
36	Pesquisa Aplicada à Economia II	8	Monografia II	8

Para possibilitar uma transição entre os currículos com menor impacto, o Colegiado do Curso, já a partir de 2014.2, desenvolverá estratégias que combinarão as seguintes ações:

- elaboração de material com orientação em relação às mudanças no novo PAC e do processo de matrícula;
- plantão de orientação nos períodos de matrícula;
- oferta de turmas extras, em horários diferenciados, em especial das disciplinas que foram deslocadas de semestre (principalmente quando da inserção em semestre anterior ao praticado atualmente) e daquelas de maior retenção dos alunos;
- disponibilização dos horários de 2015.1 e 2015.2 ainda em 2014.2;
- acompanhamento mais efetivo dos alunos, em especial daqueles com entrada anterior a 2013.

2.15.4 Previsão de impactos do PPC proposto para o corpo docente

Com relação aos efeitos sobre o corpo docente, a decisão de modificar a forma de entrada no Curso de Ciências Econômicas causará impacto na quantidade de horas demandadas junto aos departamentos. Para analisar o impacto efetivo, decidiu-se por fazer todo o cálculo a partir da quantidade de créditos por disciplina, já que o regime de trabalho dos docentes toma como referência tal parâmetro.

Tabela 2 - Comparativo da estimativa do total de créditos ofertados por semestre no PAC atual e no proposto do Curso de Ciências Econômicas

Departamentos	Créditos Ofertados no PAC Atual		Créditos Ofertados no PAC Proposto	
	Quant.	% s/ total	Quant.	% s/ total
DCEC	256	71,1%	203	74,4%
DFCH	32	8,9%	16	5,9%
DCAC	20	5,6%	12	4,4%
DCET	38	10,6%	36	13,2%
DCJUR	14	3,9%	6	2,2%
Total	360	100,0%	273	100,0%

Fonte: Relatórios do SAGRES

Nota-se que ocorrerá uma redução de 24,2% na quantidade de créditos totais demandados aos departamentos. Como a entrada resultará, para alguns semestres e disciplinas específicas, em turmas com uma quantidade de alunos superior a 40, ao projetar a demanda real estimou-se a oferta de mais de uma turma por semestre/turno para as disciplinas listadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Relação das disciplinas do PAC proposto que apresentarão oferta de turmas semestral diferenciada

SEM	DISCIPLINA	DEPTº	CH	NAT.	QT. TURMAS	CR
1	Fundamentos de Matemática	DCET	60	T	2	4
1	Introdução à Economia	DCEC	90	T	2	6
2	Matemática Aplicada à Economia I	DCET	60	T	2	4
3	Introdução a Estatística	DCET	60	T	2	4
3	Matemática Aplicada à Economia II	DCET	60	T	2	4
5	Optativa I		60	T	2	4
5	Técnicas de Pesquisa em Economia I	DCEC	90	TP	2	5
6	Optativa II		60	T	2	4
6	Técnicas de Pesquisa em Economia II	DCEC	30	TP	3	2
7	Optativa III		60	T	2	4
7	Optativa IV		60	T	2	4
7	Pesquisa Aplicada à Economia I	DCEC	90	TP	3	3
8	Elaboração e Análise de Projetos	DCEC	120	TP	2	5
8	Optativa V		60	T	2	4
8	Optativa VI		60	T	2	4
8	Pesquisa Aplicada à Economia II	DCEC	90	TP	3	3

NOTA: SEM – Semestre; DEPTº – Departamento; CH – carga horária; NAT – natureza; T – teórica; TP – teórico-prática; CR – crédito.

A decisão de ofertar mais turmas nas disciplinas listadas na Tabela 3 pauta-se nas

seguintes observações:

- as disciplinas do DCET retém mais alunos;
- a disciplina de Introdução à Economia retém pouco, mas além de figurar no primeiro semestre, é pré-requisito para as demais disciplinas profissionalizantes da área de Economia;
- as disciplinas optativas serão ofertadas sempre com mais de uma opção para mesmo horário/semestre/turno, buscando evitar retenção de discentes e oportunizando a este a escolha da disciplina optativa;
- as disciplinas que formam o TCC e a elaboração e análise de projetos terão turmas com no máximo 20 alunos.

Feito essas considerações, segue abaixo a demanda em créditos totais considerando o processo de migração, inclusive com a oferta de turmas extras (no semestre regular ou curso de férias).

Tabela 4 - Estimativa do total de créditos a serem ofertados por semestre do Curso de Ciências Econômicas no período de 2015 a 2017

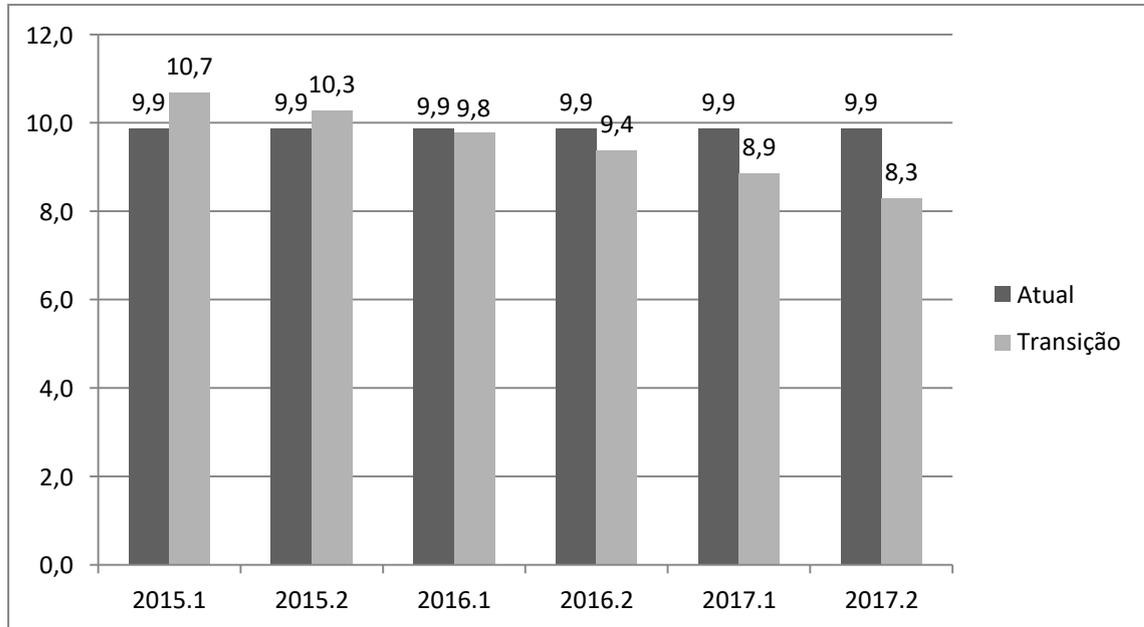
Deptº	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2
DCEC	292	278	260	246	228	208
DFCH	28	24	20	20	20	20
DCAC	28	24	16	16	12	12
DCET	60	60	52	48	40	36
DCJUR	14	10	6	6	6	6
Total	422	396	354	332	302	278

Outra questão importante é o impacto efetivo para o corpo docente do Departamento de Economia, ao qual o curso está vinculado. O curso atualmente dispõe de 37 professores, sendo 36 de 40 horas e 1 de 20 horas. Se considerado ainda a carga horária diferenciada para os coordenadores de graduação e pós-graduação (mestrado) e diretor de departamento, o curso dispõe efetivamente de 35 professores com 40 horas.

A Figura 7 apresenta um comparativo das estimativas da carga horária média do professor do DCEC no PAC atual e no processo de transição entre este e o proposto, para o período de 2015 a 2017 considerando 37 professores. As estimativas consideram toda a demanda a ser atendida pelo departamento durante o período de análise, inclusive as horas demandadas por outros cursos (graduação e pós-graduação).

Verifica-se, desse modo, que a proposta de matriz curricular ora apresentada não resultará em ampliação de carga horária dos professores depois de totalmente implantada.

Figura 7 - Evolução e impacto do processo de transição sobre a carga horária média dos professores do DCEC



Para os próximos anos o DCEC projeta ampliar os cursos de especialização e converter uma especialização em mestrado profissional, ampliar as pesquisas e respectivos grupos de pesquisa, além de um esforço maior para qualificar e ampliar a extensão.

No que tange ao Curso de Ciências Econômicas, a redução da carga horária do professor em sala de aula resultará em tempo disponível para tratar de questões que qualificarão ainda mais o curso com:

- a ampliação dos projetos de ensino que objetivam desenvolver novas metodologias e abordagens;
- uma orientação melhor para o Trabalho de Conclusão de Curso;
- o desenvolvimento dos Laboratórios de Economia Aplicada;
- o desenvolvimento de atividades de caráter interdisciplinar;
- ações que resultem em novas estratégias para aliar teoria e prática.

Assim, ocorrerá uma redução da carga horária demandada aos departamentos, e em especial o DCEC, porém cobrirá a carga horária mínima para o DCEC (em especial se considerado que 31 dos 37 professores são DE). Para os demais departamentos a redução é pequena.

3. CONCEPÇÃO, INSTRUMENTOS E FORMAS DE AVALIAÇÃO PERMANENTE DO CURSO

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, atendendo o artigo 9º da Resolução MEC/CNE/CES nº 04/2007, bem como o previsto na Resolução MEC/CNE/CES nº 07/2018 e Resolução Consepe nº 16/2022, propõe um contínuo processo de autoavaliação periódica do Curso, haja vista a determinação de que:

As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contêm no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação e consolidação do perfil do formando (CONSELHO..., 2007).

Numa perspectiva equivalente, mas focando na extensão no ensino superior, o artigo 10 da Resolução MEC/CNE/CES nº 07/2018 estabelece que:

Em cada instituição de ensino superior, a extensão deve estar sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volte para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais (CONSELHO..., 2018).

O objetivo é a avaliação do curso pelo curso, de maneira a complementar e, ou contrapor os resultados da avaliação constantes no processo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE). Assim, dentro do planejamento do Colegiado, desenvolver-se-á a autoavaliação como uma de suas metas prioritárias. Para tanto, o processo de autoavaliação será realizado com base em diferentes metodologias, combinando aspectos quantitativos e qualitativos.

A avaliação deverá ocorrer semestralmente e em periodicidade maior, como mecanismo de avaliar o processo ensino-aprendizagem no semestre em curso e pautará o desenvolvimento de ações que possam melhorar os pontos de gargalo considerados na avaliação, bem como manter e, ou melhorar aqueles pontos considerados como positivos na avaliação, para o semestre seguinte. Dentro dessa ótica, por exemplo, será avaliado o que determina: o artigo 9º, parágrafo único, da Resolução MEC/CNE/CES nº 04/2007, que prevê um acompanhamento da apresentação do plano de ensino ao aluno (a cada período letivo) e de seus esclarecimentos quanto aos conteúdos programáticos, as atividades a serem desenvolvidas, a metodologia do ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação (CONSELHO..., 2007); e o que estabelece o inciso I, do artigo 11, Resolução

MEC/CNE/CES nº 07/2018, que prevê que a autoavaliação da extensão deve incluir “a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular”.

Para delinear o processo de autoavaliação, serão consideradas como parâmetros norteadores as seguintes dimensões:

- a) Estrutura Curricular;
- b) Corpo Docente (sob as óticas dos discentes e docentes);
- c) Corpo Discente (sob a ótica dos docentes e discentes);
- d) Organização Didático-Andragógica (sob a ótica dos corpos docente e discente);
- e) Resultados alcançados em relação ao público participante das ações/disciplinas extensionistas (sob a ótica dos corpos docente e discente e dos participantes externos)
- f) Gestão do Curso (sob a ótica dos corpos docente e discente);
- g) Aspectos Estruturais (sob a ótica dos corpos docente e discente).

Quanto à avaliação da estrutura curricular, esta busca a avaliação contínua do currículo proposto, com base no olhar do próprio discente, aquele que vivencia a prática andragógica do processo ensino-aprendizagem, buscando fundamentar uma base de análise para, em determinados períodos de tempo, embasar a (re)avaliação do Projeto Acadêmico do Curso. Isso posto, é fundamental que a autoavaliação considere o cumprimento dos objetivos propostos no PPC, especialmente os concernentes ao desenvolvimento de habilidades e competências nos profissionais que gradua, incluindo aí as contribuições e estratégias da extensão no ensino.

Em relação aos instrumentos para a realização da avaliação, recomenda-se considerar as seguintes possibilidades:

- a) Formulários/questionários aplicados junto às partes envolvidas (docente, discente e, ou participantes externos)
- b) Entrevistas, estruturadas ou não, individuais ou coletivas, junto às partes envolvidas (docente, discente e, ou participantes externos)
- c) Indicadores obtidos e, ou elaborados a partir de dados do Sistema Acadêmico
- d) Indicadores elaborados pela Assessoria de Planejamento (ASPLAN) da Universidade e de outros setores que se julgue pertinentes
- e) Outros instrumentos e mecanismo que se julgue pertinentes para cumprir os objetivos da autoavaliação do/no curso.

Caberá ao Colegiado do Curso estabelecer a metodologia adequada e exequível que garanta um processo de autoavaliação permanente, além de designar as pessoas ou comissão que tenha como objetivo acompanhar efetivamente a implantação do PPC ora proposto, como de outros aspectos listados nos parâmetros. Determinou-se, ainda, que deverá ser garantida a participação estudantil no processo via representante(s), cujas responsabilidades e respectivo detalhamento de participação serão definidos na oportunidade em que for constituída a comissão de autoavaliação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 1.411 de 13 de agosto de 1951:** dispõe sobre a profissão do Economista, 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1411.htm>. Acesso em: 15 Mar 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968:** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, 1968. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 2014 Mai 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional., Brasília, 12 Fevereiro 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 Fev 2014.

BRASIL, M. D. E. **Análise sobre a expansão das universidades federais - 2003-2012:** Relatório da Comissão constituída pela Portaria nº 126/2012., Brasília, 2012. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=>>. Acesso em: 02 Jun 2014.

CALEIRO, J. P. Estudantes serebelam contra o ensino de economia atual. **Exame, 21 Mai**, 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/por-que-os-alunos-de-economia-se-revoltaram-e-o-que-querem.>>. Acesso em: 02 jun 2014.

CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA EDMAR BACHA. **Estudo Social**. Ilhéus.

1992. COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - UESC. **Relatório**

Síntese do

Diagnóstico para o Projeto Acadêmico de Curso. COLECO/UESC. Ilhéus, p. 38. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Parecer CNE/CES nº 95/2007:** relativo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, 1997. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces095_07.pdf>. Acesso em: 02 mar 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução CNE/CES nº 04/2007:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Econômicas., 13 jul 2007. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf>. Acesso em: 02 mar 2014.

HOUAISS, A. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (versão online)**, 2011. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 4 Abr 2014.

MAGALHÃES, C. A. F. **Algumas causas prováveis da queda da oferta e da demanda pelos cursos de Economia no Brasil**. Salvador: CORECON, 2010.

MIRA, E. C. **Instituições e reconversão produtivano sul da Bahia**. Ilhéus: Editus, 2014.

NAKATANI, P. A ciência econômica hoje: crise e alternativas. **Leitura de Economia Política**, Campinas, v. 18, p. 1-7, Jul 2011. Disponível em: <<http://www.revistalep.com.br/index.php/lep/article/view/76>>. Acesso em: 02 jun 2014.

NASCIMENTO, F. R. D. **40 anos do Curso de Economia (memória)**. 2ª. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

SILVA, J. M. A. D. A crise da ciência econômica. **Folha de São Paulo, 21 Dez**, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/12/1388464-jose-maria-alves-da-silva-a-crise-da-ciencia-economica.shtml>>. Acesso em: 02 jun 2014.

UNESCO. **Política de Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior**, (tradução e revisão Laura A. Ferrantini Fusaro). Rio de Janeiro: Garamond, 1999. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129768porb.pdf>. Acesso em: 20 set 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Regimento Geral da UESC de 26 de abril de 2006**, 2006. Disponível em: <http://www.uesc.br/a_uesc/regimento.pdf>. Acesso em: 15 Abr 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Resolução CONSU de 07 de 15 de maio de 2007**: aprova o regimento interno dos cursos de graduação, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/publicacoes/consu/06.2007/res_07.rtf>. Acesso em: 12 Mai 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Resolução CONSEPE nº 33 de 15 de abril de 2009**: dispõe sobre estágio curricular não obrigatório, 2009. Disponível em: <http://www.uesc.br/conselhos/consepe/anuais/consepe_2009.pdf>. Acesso em: 8 Abr 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Resolução CONSEPE/UESC Nº 47/2011**: Aprovar a adesão da Universidade Estadual de Santa Cruz ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), 2011. Disponível em: <<http://www.uesc.br/publicacoes/consepe/08.2011/47.2011.rtf>>. Acesso em: 02 jun 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Resolução CONSEPE de 26 de julho de 2011**: aprova Aprova a adesão da UESC ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), 2011. Disponível em: <<http://www.uesc.br/publicacoes/consepe/08.2011/47.2011.rtf>>. Acesso em: 4 Mai 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **UESC em dados 2012**, 2012. Disponível em: <http://www.uesc.br/asplan/relatorios/relatorio_2012.pdf>. Acesso em: 23 Mar 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **UESC em dados 2021**, 2022. Disponível em: <<http://www.uesc.br/asplan/relatorios/uescemdados/dados2021.pdf>>. Acesso em: 16 Jul 2022.

APÊNDICE A – EMENTÁRIO

3.1 Análise Econômico-Financeira

Ementa:

Juros simples e compostos. Equivalência de capitais simples e composta. Desconto racional e bancário. Juros e moeda em contexto inflacionário. Fluxos de caixa. Planos de amortização e financiamento. Fundamentos de engenharia econômica.

Referências básicas:

ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAPPONI, Juan Carlos. Projetos de investimento na empresa. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SAMANEZ, C. P. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DUTRA SOBRINHO, J. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCISCO, W. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 319 p.

3.2 Antropologia dos Grupos Afro-Brasileiros

Ementa:

Estudo analítico de temas da literatura acerca de grupos negros e suas produções na América. Panorama geral dos povos africanos e de sua difusão pela América, considerando a real diversidade étnica, cultural, política e linguística destas sociedades. A escravidão e as populações africanas no processo de formação das idéias de sociedade e de cultura brasileiras. Sociedade plural, racismo e “democracia racial” no Brasil. Principais interpretações sobre o lugar das culturas e religiões afro-brasileiras no cenário nacional. Movimentos negros.

Referências básicas:

ANDREWS, George Reid. Democracia racial brasileira, 1900-1990: um contraponto americano. *Estudos Avançados*, São Paulo: 30: 95-115, maio/agosto de 1997.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial**. Petrópolis: Vozes, 1975.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996

NASCIMENTO, Abdias de. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Panafricanismo na América do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A Queiroz, 1985 ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 4a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

REIS, Eneida de Almeida dos. **Mulato**: negro–não negro e/ou branco–não branco. São Paulo: Editora Altana, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.) **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SILVA, Petronílla Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto (orgs.) **Educação e ação afirmativa**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF:

INEP/MEC- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

3.3 Conduta Profissional do Economista

Ementa:

A ética e a conduta profissional: conceitos. Ética e moral nos modelos econômicos: individualismo e coletivismo. Reflexões sobre ética e economia: determinação de políticas econômicas, de negócios e da atuação profissional. Ética Profissional.

Referências básicas:

ARRUDA, Maria Cecília C. de; WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, José Maria Rodriguez. **Fundamentos da ética empresarial e econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

CASSEY, JOHN L. **Ética no Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro: IMF Editora Ltda, 1998.

CÓDIGO DE ÉTICA do Conselho Federal de Economia.

3.4 Contabilidade de Custos

Ementa:

Elementos e fluxo dos custos. Métodos de contabilização. Avaliação de inventários. Cálculos dos custos primários e do custo indireto. Sistema de custeamento para elaboração orçamentária.

Referências básicas:

LEONE, George S. Guerra. Custos: Um Enfoque Administrativo. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

MANDARINO, Umberto. Custos. Atlas. São Paulo.

LIMA, José Geraldo de. Custos, Sistemas e Análises. Atlas. Rio de Janeiro. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. Atlas. São Paulo.

3.5 Contabilidade Social

Ementa:

Conceitos fundamentais da Contabilidade Social. Contabilidade real e nominal; Índices de preços; Deflator implícito do PIB. Sistema de contabilidade nacional. Contas nacionais do Brasil. Análise insumo-produto, Estrutura do Balanço de pagamentos. Contabilidade social e indicadores sociais.

Referências básicas:

FEIJÓ, Carmem Aparecida. Contabilidade social: **o novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. A Nova Contabilidade Social: **uma Introdução à Macroeconomia** - 4ª Edição – Saraiva.

MONTORO FILHO, Andre Franco. Contabilidade social: **uma introdução a macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

3.6 Desenvolvimento Socioeconômico

Ementa:

Crescimento e desenvolvimento econômico: conceituações; crescimento econômico numa perspectiva teórica; Desenvolvimento econômico numa perspectiva histórica; Teorias explicativas do subdesenvolvimento.

Referências básicas:

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de

Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010 (Economia e Desenvolvimento; 2).

CARDOSO, Fernanda. Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico. 1. ed. Jundiaí (SP): Paco, 2018.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

3.7 Direito Econômico

Ementa:

O Direito Econômico: histórico, conceito, características e princípios. O Direito Econômico nas Constituições brasileiras e em especial da Constituição de 1988. Agentes econômicos. Formas de intervenção do governo na Economia. Direito Econômico e Globalização. Blocos Econômicos. Novos instrumentos de Regulação Econômica: agências reguladoras, agências executivas, o terceiro setor, parcerias público-privadas. Direito Concorrencial. Direito Econômico e Instituições Internacionais.

Referências básicas:

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico**. 3a edição. São Paulo: Atlas, 2012.

NUSDEO, Fábio. Curso de economia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001;

SCOTT, Paulo Henrique Rocha Scott. Direito constitucional econômico. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.

3.8 Direito Tributário

Ementa:

Atividade Financeira do Estado; Sistema Constitucional Tributário; Legislação Tributária; Obrigação Tributária; Crédito Tributário; Administração Tributária; Tributos: impostos, taxas, contribuições, empréstimo compulsório; Finanças Públicas e Extrafiscalidade; Direito tributário e atividade econômica do Estado.

Referências básicas:

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 17. ed., revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005. 555p

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. 400p

FERREIRA, Pinto. Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno

ÁVILA, Humberto. **Sistema constitucional tributário**: de acordo com a emenda constitucional n. 53, de 19.12.06. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 623p-

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 14. ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2008. xxi, 512p.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 801p

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL

3.9 Econometria I

Ementa:

Análise de Regressão Simples e Múltipla. Violação dos pressupostos do Modelo Clássico de Regressão Linear. Regressão sobre variáveis qualitativas. Estimacões de modelos utilizando os métodos econométricos. Aplicação de métodos de estimacão vistos ao longo do curso. inferência estatística e interpretação econômica dos resultados estimados. Correção prática de violacões aos pressupostos do modelo clássico de regressão linear.

Referências básicas:

GUJARATI, D., N. Econometria básica. 3ª edição. São Paulo: Makron Books, 2006, 812 p.

HILL, Carter; GRIFFITHS, William; JUDGE, George. Econometria. São Paulo: Saraiva, 1999, 408p

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. Econometria: modelos e previsões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 726 p.

VASCONCELLOS, M. A. S.; ALVES, D. (Ed.) Manual de Econometria. São Paulo: Atlas. 2000. 308p.

WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna. Ed Thomson, São Paulo, 2006.

3.10 Econometria II

Ementa:

Modelagem econométrica: especificacão de modelos e diagnósticos. Modelos de regressão não lineares. Modelos de escolha qualitativa. Modelos e métodos de estimacão de equacões simultâneas. Introdução aos modelos com dados em painel. Introdução aos modelos de séries temporais.

Referências básicas:

BUENO, R. L. S. Econometria de séries temporais. São Paulo: Cengage Learning, 2011

GUJARATI, D. Econometria básica. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. Análise de séries temporais. 2 ed. São Paulo: Egard Blucher, 2006

WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006

3.11 Economia Agrícola e Agronegócio**Ementa:**

Estrutura e organização do processo produtivo agropecuário. Síntese histórica da agricultura geral brasileira. Estágios de desenvolvimento agrícola e distribuição geográfica mundial da produção agropecuária. As políticas agrícolas dos países desenvolvidos. Os condicionantes sócio-econômicos do processo da modernização conservadora. A distribuição da posse da terra no Brasil.

Referências básicas:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília, MDA, 2007.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Brasil projeções do agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. Brasília - DF, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade. 3 ed. Brasília, CNPQ, 1998.

3.12 Economia Baiana**Ementa:**

Breve introdução da formação da economia baiana: Principais momentos históricos. As transformações da região Nordeste do Brasil e sua influência no estado da Bahia. O Planejamento na Bahia e a regionalização a partir da influência da estrutura sócio geográfica e econômica da Bahia. A economia baiana e os desafios contemporâneos.

Referências básicas:

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2014, 120 p. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/publication/>. Acesso em: maio. 2020.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; GALINDO, Osmil. Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, n. 1, dez. 1992.

PORTO, Edgar. Desenvolvimento Regional na Bahia. In: PESSOTI, Gustavo Casseb (org.). Memórias da economia baiana. Salvador: SEI, 2020. p.291-321. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/meb/meb_2020.pdf. Acesso em: 19 fev.2021.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador: Unifacs, 2003, 342p.

UDERMAN, Simone. Indústria de desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2008.

3.13 Economia Brasileira e Contemporânea I

Ementa:

Vargas e a construção do Estado Moderno no Brasil. O contexto internacional e a política econômica: 1945 a 1955. O governo Kubitschek e o Plano de Metas. A crise dos anos sessenta; o PAEG, o Milagre Econômico e o II PND. Fim do regime militar; ajuste externo e desequilíbrio interno nos anos oitenta.

Referências básicas:

ARIDA, Pérsio (org.) Dívida Externa, recessão e ajuste estrutural. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.

BACHA, Edmar. Os eleitos de uma década. Rio de Janeiro. Paz e terra.

BAER, Werner. A Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.

_____. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.

FURTADO, Celso. Análise do “modelo brasileiro”. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

LORENZO, Fernandez O, S. A evolução da economia brasileira. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

PEREIRA, Luis Bresser. Economia brasileira: uma introdução crítica. São Paulo. Brasiliense. 1988.

SAYAD, João (Org.). Resenha de economia brasileira. Série de Literatura ANPEC. São Paulo. Saraiva.

3.14 Economia Brasileira e Contemporânea II

Ementa:

Os planos de estabilização econômica da Nova República ao governo Collor. Plano Real; reformas estruturais e desequilíbrio externo no governo Fernando Henrique Cardoso; Continuidade e avanços no Governo Lula e a crise de 2008; os desafios e realizações do governo Dilma. Análise dos aspectos atuais e perspectiva da economia brasileira em tópicos especiais.

Referências básicas:

BRESSER- PEREIRA, L. C. **Globalização e Competição**: por que alguns países emergentes tem sucesso e outros não? Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República. IN: **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Orgs: Giambiagi, F; Vilella, A; Barros de Castro, L e Hermann, J. Campus, 2005.

FILGUEIRAS, L. A. M. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: boitempo, 2000.

GIAMBIAGE, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC. IN: **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Orgs: Giambiagi, F; Vilella, A; Barros de Castro, L e Hermann, J. Campus, 2005

3.15 Economia da Região Cacaueira

Ementa:

A economia cacaueira como substrato da realidade regional: história, cultura, uso da terra, meio ambiente e relações sociais. O cacau como atividade principal. A formação dos preços e os impactos negativos da instabilidade no conjunto da população. A cacauicultura como setor dinâmico. A estrutura do mercado de cacau, o ciclo preço-produção e a natureza das crises. A cadeia produtiva e as relações assimétricas do agronegócio do cacau. Os arranjos institucionais.

Referências básicas:

Fernando Rios. A Crise da Lavoura Cacaueira: Sua Natureza e Soluções. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1994. v. 1. 227 p

_____. Políticas públicas no agronegócio do cacau. Ilhéus: Editus - Editora da UESC, 2004.

MENEZES, J. A. S e CARMO-NETO, D. A modernização do agribusiness cacau. FUNDAÇÃO CPE, 1993.

3.16 Economia da Regulação

Ementa:

Fundamentos da regulação. Teoria econômica da regulação. Instrumentos de regulação. Análise das experiências de regulação em alguns países e o exame das atuais transformações institucionais. A regulação no Brasil: privatização e reforma regulatória.

Referências básicas:

ARVATE, Paulo Roberto e BIDERMAN, Ciro (Org). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BOYER, Robert (1990). **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo, Nobel.

Farina, E. M.M. Q. et alli. **A Reestruturação dos Setores de Infra-Estrutura e a Definição dos Marcos Regulatórios: Princípios Gerais, Características e Problemas**, in Rezende, F. e Paula, T.B. (coord.)

MATTOS, Paulo. **Regulação econômica e democracia: o debate norte-americano**. – São Paulo: Ed. 34, 2004

SOARES, José Fernandes. **Teorias econômicas de regulação: grupos de interesse, procura de renda e aprisionamento**. – Porto Alegre: Instituto Piaget, 2007.

3.17 Economia da Tecnologia

Ementa:

Contribuições teóricas de Schumpeter. Dinâmica industrial, tecnológica e do progresso técnico na perspectiva evolucionária. Inovação tecnológica: definição, fases e gerenciamento. Paradigmas, trajetórias e regimes tecnológicos. Apropriabilidade tecnológica. Mudança tecnológica, políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Sistemas de inovação. Inovação e política de ciência e tecnologia no Brasil. Inovação Sustentáveis ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento 2030.

Referências básicas:

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial**. São Paulo: Campus, 2006. 640p.

NELSON, R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança técnica**. Campinas: Unicamp, 2005.

PENROSE, E. **Teoria do Crescimento da Firma**. Orford: Oxford University Press. 4o Edition, 2009. 304p.

TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da Inovação: integrando tecnologia, mercado e mudança organizacional**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman. 2015. 648p.

TIGRE, P. B.. Gestão da Inovação. São Paulo: Campus. 2006, 304p.

3.18 Economia de Serviços

Ementa:

Conceitos e características de serviços. Os serviços na história do pensamento econômico. A evolução do setor terciário no Brasil e no mundo. A hegemonia dos serviços na economia contemporânea. A sociedade pós-industrial: de serviços, em rede e de acesso. Reestruturação produtiva e o papel dos serviços no crescimento e no desenvolvimento econômico. Gestão e planejamento de serviços.

Referências básicas:

ALMEIDA, Paulo Henrique. **Produtividade e improdutividade dos serviços na história do pensamento econômico**. Bahia Análise & Dados, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, SEI, v. 6, n. 4, p. 5-18, mar., 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

LOVELOCK, Cristopher; WRIGHT, Lauren. **Serviços: marketing e gestão**. São Paulo: Saraiva, 2001.

TÉBOUL, James **A era dos serviços: uma nova abordagem ao gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

3.19 Economia do Meio Ambiente

Ementa:

Evolução do pensamento econômico sobre o meio ambiente. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Noções básicas dos instrumentos econômicos de análise ambiental. Instrumentos de gestão ambiental. Noções de Política Ambiental. Atualidades.

Referências básicas:

AMAZONAS, M. C. Desenvolvimento sustentável e a teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucional e da economia ecológica. In: Nobre, C. e Amazonas, M.C. Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002

CECHIN, A e VEIGA, J. E. O fundamento teórico da economia ecológica. In: May, P. (org.) Economia do Meio ambiente: teoria e pratica. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

LEIS, H. R. A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. CLAES/PUC, RJ, 2004. Cap. 1: A crise da governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo. Disponível para download em: <http://www.ambiental.net/coscoroba/LeisParte1.pdf>

3.20 Economia do Setor Público

Ementa:

Economia do setor público: estado e democracia; Fundamentos para intervenção pública: eficiência e equidade; Análise do dispêndio público: teoria da despesa pública, escolhas coletivas, despesas públicas, estrutura de análise; Financiamento público: teoria da tributação, sistema tributário, estrutura de análise; Federalismo fiscal; Orçamento público. O setor público no Brasil.

Referências básicas:

ARVATE, Paulo Roberto e BIDERMAN, Ciro (Org). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. 3^a. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MUSGRAVE, R. e Musgrave, P. **Finanças Públicas – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

PEREIRA, P. T; AFONSO, A.; ARCANJO, M; SANTOS, J. C.G. **Economia e Finanças Públicas**. 4^a Ed. – Lisboa: Escola Editora, 2012.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. 2^a. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

3.21 Economia do Trabalho

Ementa:

Mercado de trabalho: conceitos básicos, estrutura, funcionamento e indicadores. Oferta e demanda de trabalho. Revisão das principais abordagens sobre salários: clássicos, Marx, Keynes e neoclássicos (Teoria do capital humano). Abordagens mais recentes sobre salários: segmentação, dualismo e mercado informal. Intervenção governamental. Sindicatos trabalhistas. Discriminação no mercado de trabalho. Desemprego. Estudos aplicados ao mercado regional ou nacional.

Referências básicas:

BORJAS, George. **Economia do Trabalho**. 5^a Ed. Tradução: AMGH Editora Ltda.. New York: The McGraw-Hill Companies, 2012.

CHAHAD, José Paulo Z.. **Mercado de Trabalho: conceitos, definições e funcionamento.** In: PINHO, Diva B., VASCONCELLOS, Marcos A. S. de. Manual de Economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. Parte II, Cap. 2, p.379-403.

EHRENBERG, Ronald G. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública.** 5.ed. São Paulo-SP: Makron Books, 2000.

LIMA, Ricardo. **Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação.** Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 10, abril,1980. Disponível em: <www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/497/439>.

PHELPS, Orme W. **Introdução à economia do trabalho.** São Paulo: Fundo de Cultura. Vol. 2, 1965.

3.22 Economia do Turismo

Ementa:

Transformações históricas do turismo na economia. Turismo: conceitos e definições. Demanda turística. Oferta turística. Segmentação do mercado turístico. Aspectos macroeconômicos do turismo. Política, planejamento e desenvolvimento do turismo. Turismo e meio ambiente. Turismo e desenvolvimento.

Referências básicas:

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo.** 3. Ed., rev. e ampl. São Paulo: SENAC, 2000

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil, atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007) de 29-4-2003.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo na economia.** São Paulo: Aleph, 2004.

RABAHY, Wilson. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento.** Barueri, SP: Manole, 2003.

3.23 Economia e Cooperativismo

Ementa:

A natureza do cooperativismo. As distorções de mercado e o seu papel corretivo: aspectos doutrinários e teóricos e os seus fundamentos para elevar o poder de barganha dos grupos atomizados. Cooperativismo e desenvolvimento: ação qualitativa versus ação quantitativa. As

cooperativas como instrumentos de mudança: a sua inserção diferenciada dentro dos mercados e a necessidade de organização adequada para desenvolver uma prática consistente e eficaz. Correntes de pensamento: a cooperação como mero setor da economia, a cooperação como sistema socialista de valor variável; a cooperação como socialismo do consumidor. Classificação e categorias de cooperativas. Avaliação de cooperativas. Tópicos da legislação. Tópico do cooperativismo na região cacauzeira da Bahia.

Referências básicas:

FRANTE, Walter S. Leopoldo. O Cooperativismo e a Prática Cooperativa. UNISINOS 1985
ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS O CAMINHO PARA A
AUTOGESTAO DAS COOPERATIVAS OCB 1987

NASCIMENTO, Fernando Rios do . Cooperativismo como Alternativa de Mudança. 1. ed.
Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000. v. 1. 209 p.

----- . Cooperativas e Tributação. 1. ed. uritiba: Juruá Editora, 2001. v. 1. 344 p.

PINHO, Diva Benevides. O Pensamento Cooperativo e o Coopertivismo Brasileiro. S.
PAULO. CNPq 1982

----- . Administração de Cooperativas. S. PAULO. CNPq 1982

----- . Tipologia Cooperativista. S. PAULO. CNPq 1984

RENATO, Joao Vitorino Azalin. A Arte De Fiscalizar Cooperativas. OCEPAR 1986

3.24 Economia Empresarial

Ementa:

O Processo Empreendedor, Identificar Oportunidades, Tipos de Assessorias e Financiamentos no Negócio, Fundamentos de planos de negócios e suas aplicações. Análise de oportunidades de mercado, Fundamentos da Economia, Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado, Elasticidades, Funções de Produção e de Custo, Concorrência Perfeita, Monopólio, Oligopólio e Concorrência Monopolística, Déficit Comercial e Orçamentário, Consumo, Poupança e Investimento e Governo. Processo de formulação de modelo gerencial em função dos tipos de organização, dos segmentos de negócios que atua e outros, proporcionando o desenho da mesma que compatibilize a competitividade e a estrutura da organização,

Referências básicas:

BERNARDES, Cyro ; Marcondes, Reynaldo Cavalheiro. Criando empresas para o sucesso: empreendedorismo na prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: Transformando ideias em Negócios.

2.ed. Rio de Janeiro. Campus. 2005.

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia. 3. ed. São Paulo: Saraiva: 1999.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2005. PORTER, M. Estratégia Competitiva. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

3.25 Economia Industrial

Ementa:

A crítica ao *mainstream*: inconsistências e inaplicabilidades. A Economia Industrial como campo paradigmático. O paradigma Estrutura-Condução-Desempenho. Mercados Contestáveis. Regulação de Mercados. Teorias da firma na Economia Industrial. Crescimento da firma. A empresa transnacional. Teoria dos Custos de Transação. Estruturas de Governança. Ambiente institucional. Concorrência e inovações. Teoria dos Jogos.

Referências básicas:

FIANI, R. **Cooperação e conflito**. Instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1999

KUPFER, D; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial**: Fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2012

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2006

3.26 Economia Institucional

Ementa:

Conceitos de instituições. O institucionalismo na ciência econômica: enfrentamentos com a ortodoxia e convergências às ciências sociais e à economia política. O Velho Institucionalismo Econômico de Veblen, Commons e Mitchell. O Novo Institucionalismo Econômico de Coase, Williamson e North: Custos de transação, estruturas de governança e ambiente institucional. Mudança institucional. Instituições e desenvolvimento. Conformidade institucional. “Novos” Velhos institucionalistas. Institucionalismo e evolucionismo. Institucionalismo e regulacionismo.

Referências básicas:

BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 1ª edição, 2004.

FIANI, R. **Cooperação e conflito**. Instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

MIRA, E. C. **Mudança institucional e reconversão produtiva no sul da Bahia**. Ilhéus: Editus, 2014

NARITOMI, J. **Herança colonial, instituições e desenvolvimento**: um estudo sobre a desigualdade entre os municípios brasileiros. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VEBLEN; T. **Teoría de la clase ociosa**. Madri: Ediciones Elaleph, 2000. Publicado originalmente em 1899.

3.27 Economia Internacional I

Ementa:

Fundamentos básicos da teoria do comércio internacional e da política comercial. Modelo ricardiano. Modelo de fatores específicos. Modelo de Heckscher-Ohlin. Economia de Escala e Concorrência Imperfeita. Visões críticas aos modelos convencionais e o estruturalismo latino-americano. Política comercial e Economia Política da Política Comercial.

Referências básicas:

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional**. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2004.

CARBAUGH, Roberto J. **Economia internacional**. São Paulo-SP: Thomson Pioneira, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2005.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e prática. São Paulo-SP: Pearson Addison Wesley, 2009.

3.28 Economia Internacional II

Ementa:

Macroeconomia Aberta e Finanças Internacionais. Revisão do modelo keynesiano para economia aberta e da estrutura básica do Balanço de Pagamentos. Determinação da taxa de câmbio: regimes, abordagem de ativos financeiros, o modelo de overshooting, o curto e o longo prazo. Produção, moeda, juros, preços, expectativas cambiais e as políticas macroeconômicas.

Referências básicas:

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional**. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2004.

CARBAUGH, Roberto J. **Economia internacional**. São Paulo-SP: Thomson Pioneira, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2005.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e prática. São Paulo-SP: Pearson Addison Wesley, 2009.

TERRA, Cristina. Finanças internacionais: Macroeconomia aberta. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 1ª ed. 2014.

3.29 Economia Monetária

Ementa:

Introdução ao estudo da moeda; A moeda e o sistema monetário; O Banco Central e o Sistema Monetário; A demanda por moeda em Keynes; Modelos Neoclássicos Keynesianos de demanda por moeda; A demanda por moeda no modelo Monetarista; A Teoria da Política Monetária em Keynes; A teoria da Política Monetária no modelo keynesiano; A teoria da Política Monetária no modelo Monetarista; A teoria da Política Monetária no modelo Novo-Clássico; O Regime de Metas de Inflação; Operacionalidade da Política Monetária: objetivos e instrumentos, Formação da taxa de juros; O Sistema Financeiro Brasileiro.

Referências básicas:

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro Campus, 2007.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, Jose Paschoal. **Economia monetaria**. 8. ed. rev., ampl., e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

TEIXEIRA, Ernani. **Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário**. São Paulo Saraiva, 2002.

3.30 Economia Política

Ementa:

Origem e natureza da economia política; a economia política clássica e marxista; divisão do trabalho e mercado; teorias do valor; teoria dos preços; o dinheiro; salário, lucro e renda da terra; trabalho e capital; a economia política marxista; mais-valia e exploração do trabalho; taxa e massa de mais-valia; mais-valia absoluta e relativa; a lei geral da acumulação capitalista; a lei da queda tendencial da taxa de lucro; desenvolvimento econômico; economia planificada; reestruturação do capital e flexibilização das relações de trabalho; precarização do trabalho; as contradições e a crise estrutural do capitalismo na contemporaneidade (capital fictício e especulativo)

Referências básicas:

COUTINHO, M. C. Lições de economia política clássica. Campinas: HUCITEC, 1991.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Abril Cultural: São Paulo, 1983.

MAZZUCATO, M. O valor de tudo: fazer e tirar na economia global. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2019.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2008 (primeira publicação).

PIKETTY, T. O Capital no Século XXI. Paris: Intrínseca editora, 2014.

3.31 Economia Regional e Urbana

Ementa:

Economia regional. Introdução à economia espacial; noções de espaço e de região. Teorias da economia regional. Técnicas de análise regional; Teoria da polarização. Desenvolvimento e desequilíbrio regionais. Urbanização; origem e natureza das cidades, sua distribuição, migrações

Referências básicas:

ANDRADE, M. C. de. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia

regional. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1987.

CASTA, J. S.; NIJKAMP, P. Compendio de Economia Regional: Vol. 1: Teoria, temáticas e políticas. 2009.

CLEMENTE, A. Economia regional e urbana. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, B. de O. et al. (Org.). Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília, IPEA, 2011

PIRES, M. de M. et al. Economia urbana e regional: território, cidade e desenvolvimento. SciELO-Editus-Editora da UESC, 2018

3.32 Elaboração e Análise de Projetos

Ementa:

Conceitos e importância de projetos. Tipos de projetos. Etapas de projetos. Projetos e Planos de Negócios. Análises financeiras, econômicas e operacionais. Projetos e Empreendedorismo como ferramentas de desenvolvimento. Elaboração e análises de projetos.

Referências básicas:

CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. **Elaboração e avaliação de projetos de investimento: considerando o risco.** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Elaboração de Projetos Empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócios.** Atlas, 2009.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada; estratégias financeiras; orçamento empresarial.** Atlas, 2014.

KEELING, Ralph. **Gestão de projetos: uma abordagem global.** Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2002.

WOILER, Samsão. **Projetos: planejamento, elaboração, análise.** São Paulo: Atlas, 1996.

3.33 Estatística Aplicada I

Ementa:

Estatística Descrita – coleta e apresentação de dados, distribuição de frequências, medidas de posição, dispersão, assimetria e curtose. Cálculo de probabilidade: conceitos fundamentais, teoremas e axiomas. Distribuições discretas e contínuas. Números índices e indicadores econômicos

Referências básicas:

- MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Atlas, 2006. 417p.
- KAZMIER, J.L., Estatística Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: McGraw-Hill, 2004. 376p.
- STEVENSON, William J. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo: Harper, 1981. 495p.
- SILVER, Mick. Estatística para a Administração. São Paulo: Atlas, 2000. 453p.
- HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para Economistas. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 2001. 430p.
- ANDERSON, D. R.; SWEENEY, T. A.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Pioneira, 2002. 642p.
- FREUND, John. E.; SIMON, Gary .A. Estatística Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404p.

3.34 Estatística Aplicada II

Ementa:

Inferência Estatística: Amostragem, distribuição amostras da média e da proporção, intervalos de confiança. Testes de hipóteses e análise da variância. Correlação e regressão simples. Análises das séries temporais.

Referências básicas:

- MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Atlas, 2006. 417p.
- KAZMIER, J.L., Estatística Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: McGraw-Hill, 2004. 376p.
- STEVENSON, William J. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo: Harper, 1981. 495p.
- SILVER, Mick. Estatística para a Administração. São Paulo: Atlas, 2000. 453p.
- HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para Economistas. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 2001. 430p.
- ANDERSON, D. R.; SWEENEY, T. A.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Pioneira, 2002. 642p.
- FREUND, John. E.; SIMON, Gary .A. Estatística Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404p.

3.35 Evolução do Capitalismo

Ementa:

Formação histórica do capitalismo: das manifestações no modo de produção feudal ao modo de produção capitalista no contexto mercantil; A Revolução Industrial e suas consequências; As experiências socialistas; A economia mundial no período pós-guerras: a crise econômica mundial a partir da década de 1970, a Reestruturação da Economia e a globalização, a crise de 2008.

Referências básicas:

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo: Unesp, 2009.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVII** (o tempo do mundo). São Paulo: Martins Fontes editora LTDA, 2009.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: abril cultural, 1983,(os economistas).

HUBERMAN, L, **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1974.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

3.36 Finanças Públicas

Ementa:

Análise das finanças públicas, desdobramentos e particularidades no caso brasileiro: orçamento público; receita e despesa pública; indicadores de finanças públicas. Estudo de caso de unidades federativas.

Referências básicas:

ARVATE, Paulo Roberto e BIDERMAN, Ciro (Org). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ANDRADE, Aquino Andrade (Org.). **Planejamento Governamental para Municípios**. 1ªEd. – São Paulo: Atlas, 2006

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Fabricio Augusto de. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil: um guia de leitura**. São Paulo: Hucitec Editora. 2009.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. 2ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

3.37 Formação Econômica do Brasil

Ementa:

O império colonial português e o debate sobre a herança colonial brasileira; a crise do sistema colonial e a formação do estado nacional; a economia brasileira na época do império (1808-1889); as economias regionais; nascimento e consolidação da indústria no Brasil: a economia cafeeira e a política econômica na República Velha; a passagem do modelo econômico agroexportador para a industrialização; a crise de 1929 e o nascimento do capitalismo.

Referências básicas:

CARDOSO, C. F. S. **As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1989.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MENDONÇA, M. G. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

3.38 Fundamentos Matemáticos

Ementa:

Noções de conjunto, potenciação e radiciação, expressões algébricas, equações, inequações e funções do 1º e 2º graus. Logaritmos, progressões, análise combinatória, matrizes e determinantes. Noções de Lógica Matemática.

Referências básicas:

ANTAR NETO, Aref. **Noções de Matemática**. Editora Moderna.

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de Matemática Elementar. Conjuntos e funções, Vol 1; Logaritmos. Vol 2**. Editora Atual, São Paulo.

GIOVANNI, José Ruy e BONJORNO, José Roberto. **Matemática, Vol 1 e 2**. Editora FTD, São Paulo.

GUIDORIZZI, H.L. **Um curso de cálculo: volume 4**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 530 p.

ALENCAR FILHO, E de. **Iniciação à Lógica Matemática**. 21. ed. São Paulo: Nobel, 2008. 202 p.

3.39 Instituição do Direito Público e Privado

Ementa:

Noções de direito público: ramos do direito. Noções de direito Internacional, Constitucional e Administrativo. Noções de direito Tributário, Penal e Judiciário. Direito Privado: noções de Direito Civil, Comercial e do Trabalho. Direito Constitucional. Direitos Difusos e Coletivos.

Referências básicas:

BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de Direito Público e Privado FARIA, Anacleto de Oliveira. Instituições de Direito

FERREIRA, Pinto. Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno

PINHO, Ruy Rabello e NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado.

DINIZ, Maria Helena. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva 1999. 1º VOLUME. Teoria Geral do Direito Privado.

3.40 Geografia Econômica

Ementa:

Apresentação do processo evolutivo das escolas do Pensamento Geográfico relacionando-o com a dinâmica espacial e a evolução de segmentos econômicos, notadamente para os setores da produção industrial, agropecuária e meio ambiente. Teorias de localização das atividades econômicas. Teoria dos polos de desenvolvimento. Organização da produção mundial e globalização. Métodos e Técnicas para o estudo do espaço no contexto atual do capitalismo. A dinâmica do capitalismo contemporâneo e os usos do território. Espaço Nordeste.

Referências básicas:

ALVES, Flamarion Dutra. Notas Teórico- Metodológicas entre Geografia Econômica e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/unisc.pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012, 238 p.

CLAVAL, P. A diversidade das geografias econômicas. GEOgraphia, v. 14, n. 27, p. 7-20, 14 jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13632>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. Geografia humana e econômica: conceitos, teorias e modelos. Curitiba: Contentus, 2021.

SORRE, Max. A Geografia Humana (Introdução). GEOgraphia. Ano V, n.10, 2003.

3.41 História do Pensamento Econômico I

Ementa:

Da antiguidade clássica à época medieval (primeiras noções de economia); contexto histórico das ideias e teorias das escolas e pensadores (escolas receptivas e não-receptivas); o método no pensamento econômico; Mercantilismo e as origens do pensamento clássico; Escola Fisiocrática; Escola Clássica e Utilitarista; Escola Marginalista e o nascimento da economia neoclássica (Alfred Marshall); Escola Histórica Alemã; Socialistas Utópicos e Socialismo Real ou Marxista.

Referências básicas:

- BRUE, S. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Campus: Rio de Janeiro, 1981.
- OLIVEIRA, R. & GENNARI, A. M. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Saraiva, 2009.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Elsevier, 2011.
- RUBIN, I. I. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

3.42 História do Pensamento Econômico II

Ementa:

Contexto histórico das das escolas e pensadores (escolas receptivas e não-receptivas); o método no pensamento econômico; escola neoclássica e suas ramificações; escola institucionalista clássica e contemporânea; keynesianismo e neo-keynesianos; teorias do desenvolvimento econômico; escola austríaca e escola de chicago (neoliberalismo); monetarismo; pensamento econômico latino-americano (CEPAL); pensamento econômico brasileiro (principais ideias e pensadores): pensamento liberal; escola desenvolvimentista; escola neoliberal; escola marxista; escola estruturalista.

Referências básicas:

- BIELSCHOWSKY, R. (org.). 50 anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. I e II.
- BRUE, S. História do Pensamento Econômico. Thomson Pioneira: São Paulo, 2004.
- HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Campus: Rio de Janeiro, 1981.
- NAPOLEONI, C. O Pensamento Econômico no Século XX. Petrópolis: Paz e Terra, 2008.
- SZMRECSÁNYI, T. & COELHO, F. S. Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo. Atlas: São Paulo, 2007.

3.43 História Indígena

Ementa:

Compreender, nas múltiplas dimensões das experiências dos índios como sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço.

Referências básicas:

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp/SNC, 1992.

POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial, Bauru: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/ADUSP/Fapesp, 2002.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. E 2º. graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VAINFAS, R. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

3.44 Inglês Instrumental

Ementa:

Desenvolvimento da habilidade de compreensão escrita através da interpretação de textos acadêmicos e técnicos, a partir do conhecimento prévio do aluno em língua inglesa, com a utilização do suporte da língua portuguesa.

Referências básicas:

GULEFF, V.L., SOKOLIK, M.E., LOWTHER, C. Tapestry Reading 1. Heinle&Heinle Thomson Learning. 2000.

HARDISTY, D., WINDEATT, S. CALL. Resource Books for Teachers. Oxford English. 1994.

MCKAY, S.Lee. Teaching English as an International Language. Oxford. 2002. OLIVEIRA, S. Reading Strategies for Computing. Editora UnB. 1998

3.45 Teoria Geral da Administração I (TGA I)

Ementa:

Fundamentos, filosofia e conceitos básicos da Administração, sua importância para o desenvolvimento organizacional. O papel e o perfil do Administrador. Conceitos de

organização. Objetivos e funções da empresa. Evolução histórica da Administração: influências e contribuições recebidas. Perspectivas e mudança. Abordagem Clássica e Científica da Administração (F. Taylor e H. Fayol). Os Princípios da Administração. O movimento das Relações Humanas, Behaviorista, Estruturalista, Neoclássica. Desenvolvimento organizacional, Contingencial e abordagens contemporâneas como Qualidade Total e Reengenharia. Teorias da Administração. Modelos operacionais integrados de Administração: a Ecologia, a Organização, o Executivo, Tecnologias de Gestão de Resultados. A empresa e suas funções básicas, novas correntes da administração..

Referências básicas:

VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de / Motta, Fernando Prestes Teoria Geral da Administração (2006) Ed. Thomson Pioneira

CHIAVENATO, Idalberto, Introdução a Teoria Geral da Administração (2004) ED. CAMPUS

CARAVANTES,. Geraldo R. Teoria Geral da Administração: Porto Alegre:AGE,2004

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria Geral da administração. 3º Ed. São Paulo. Editora MacGraw-Hill, 2004

LODI, João Bosco. A Nova Empresa para os Anos 90, Lições da década Perdida. São Paulo. Ed Livraria Pioneira Editora. 1993..

MAXIMIANO, Antonio C.A.. Teoria Geral da Administração. São Paulo. Atlas, 2005.

3.46 Introdução à Ciências Sociais

Ementa:

Natureza humana e ordem social. Origens do pensamento social moderno. Renascimento e humanismo. Maquiavel, o Estado e a política. O indivíduo como sujeito do conhecimento e como pressuposto da ordem social. Racionalismo e empirismo. O Estado por contrato. Iluminismo. Liberdade individual, tolerância e progresso. Cidadania, representação e limites do governo. O nascimento da Economia como disciplina: O *homo economicus* e o mercado como ordem social.

Referências básicas:

WEFFORT, Francisco Correa. **Os clássicos da política:** Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, 'O Federalista'. 3. ed São Paulo: Ática, 1991. V.1

MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe;** Escritos políticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 237p. (Os pensadores)

FUSFELD, Daniel Roland. **A era do economista.** São Paulo: Saraiva, 2001. 356p

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e**

civil. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 419 p.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** São Paulo: MORUS, Thomas. **A utopia.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1966. 171p

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349p

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 415 p. (Os Economistas)

3.47 Contabilidade I

Ementa:

Noções preliminares, finalidades, especializações, funções da Contabilidade. Método das Partidas Dobradas. Escrituração Contábil. Demonstrações Contábeis.

Referências básicas:

BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Contábeis – Estrutura Análise e Interpretação. 4 ed. São Paulo. Atlas, 1999.

FRANCO, Hilário. Estrutura e Análise de Balanços. 15 ed. São Paulo. Atlas, 1992.

IUDICIBUS, Sérgio e Equipe da USP e FEA. Contabilidade Introdutória. São Paulo. Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços. 3 ed. São Paulo. Atlas, 1995.

SÁ, Antônio Lopes. Princípios Fundamentais de Contabilidade. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2000.

VICECONTI, Paulo Eduardo V. & NEVES, Silvério das. Contabilidade Básica. 9 ed. São Paulo. Frase, 2001.

3.48 Introdução à Economia

Ementa:

A economia como ciência. Eficiência técnica, alocativa e econômica. Organização e estrutura dos sistemas econômicos. Oferta, demanda e o funcionamento dos mercados. Elasticidades. Fundamentos das estruturas de mercado. As falhas de mercado e o papel do estado na economia. Conceitos básicos de macroeconomia. Medidas da atividade econômica. Moeda e o sistema bancário. Desenvolvimento, crescimento econômico e sustentabilidade.

Referências básicas:

HUGON, Paul. História das doutrinas econômicas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1966.

PASSOS, Carlos Roberto M; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. 475p.

PATRICK. Manual de Economia, 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 606p.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo. Atlas, 1997.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHON MORCILLO, Francisco. Introdução a economia. Edição rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2002.

3.49 Fundamentos Filosóficos

Ementa:

O conhecimento como interpretação, compreensão e construção da realidade. Fundamentos teórico filosóficos: paradoxos da modernidade. Questões lógico-epistemológicas. Questões ético políticas. Doutrinas éticas fundamentais. Consciência, virtude e vontade ética.

Referências básicas:

BRONOWSKY, J. O HOMEM E A CIENCIA: O SENSO COMUM DA CIENCIA. ITATIAIA/EDUSP, 1990

BUZZI, ARCANGELO. INTRODUÇÃO AO PENSAR. 2ª ED. PETROPOLIS, VOZES, 1973.

CARRAHER, DAVID W. SENSO CRITICO. 2ª ED. SÃO PAULO PIONEIRA, 1993.

SILVA, JUREMIR M. O PENSAMENTO DO FIM DO SECULO. PORTO ALEGRE, L & PM, 1993.

CHALMERS, A. F. O QUE É A CIENCIA AFINAL? SÃO PAULO. BRASILIENSE, 1993.

CHAUÍ, MARILENA. CONVITE À FILOSOFIA. SÃO PAULO. ATICA, 1994.

FRANKLIN, LEOPOLDO SILVA. IN: PRIMEIRA FILOSOFIA. 9ª ED. SÃO PAULO. BRASILIENSE, 1991. (PP. 109-128)

GILES, THOMAS RANSON. INTRODUÇÃO à FILOSOFIA. SÃO PAULO. EDUSP, 1980.

3.50 Laboratório de Prática I

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.51 Laboratório de Prática II

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.52 Laboratório de Prática III

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.53 Laboratório de Prática III

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.54 Laboratório de Prática IV

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.55 Laboratório de Prática V

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.56 Laboratório de Prática VI

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.57 Laboratório de Prática VII

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.58 Laboratório de Prática VIII

Ementa:

Inserção do aluno ao cotidiano do desenvolvimento de atividades que envolvam a prática do economista

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.59 Leitura e Produção de Textos

Ementa:

Conceito de texto e contexto. Fatores de textualidade. Os tipos e os gêneros textuais: níveis de leitura, interpretação e produção. Organização e constituição das ideias do texto. Estruturação do texto e do parágrafo. Mecanismos léxico-gramaticais da produção escrita. Retextualização.

Referências básicas:

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

FARACO, C. A. TEZZA, C.; MANDRYK, D. **Língua Portuguesa: prática de redação para estudantes universitários**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

KOCK, I. V.; ELIAS, V.M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo-SP: Contexto, 2006.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática: teoria e prática**. São Paulo-SP: Atual, 1983.

SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. **Para entender o texto**. São Paulo-SP: Ática, 1991.

3.60 Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**Ementa:**

Compreensão dos aspectos linguísticos da Língua Brasileira de sinais. Aspectos legais sobre a Libras. A comunicação com surdos e a inclusão social destes no contexto da educação, do mercado de trabalho, e demais ambientes sociais em que os surdos estão inseridos.

Referências básicas:

CAPOVILLA, Fernando C. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira** vol III, Ed São Paulo: EDUSO, 2005.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

GÓES, Maria C R de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores associados, 2001.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita dos surdos**. SP: plexus, 2007

QUADROS, Ronice M de. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Mpedicas, 1997.

_____. KARNOPP, Lodenir b. **língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. RJ: Imago, 1997.

SKLIAR< Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**, 1996.

3.61 Língua Portuguesa

Ementa:

Compreensão/interpretação e ensino/aprendizagem de leitura e escrita. Relação entre leitura e produção escrita. Retextualização. Língua e situações de uso. Gêneros textuais, tipologias textuais e modos de organização do discurso. Fatores de textualidade. Produção do texto técnico e científico.

Referências básicas:

ABREU, Antonio Suez. Curso de redação. São Paulo: Ática, s/d.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. São Paulo: Nacional, s/d.

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, s/d. (Série Princípios nº 12)

BUZZI, Arcângelo. Introdução ao pensar. Petrópolis: Vozes, s/d.

CITELI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática s/d. (Série Princípios nº 17)

3.62 Matemática Aplicada I**Ementa:**

Funções linear, quadrática, polinomial, racional e logarítmica e suas aplicações à Economia e Administração; Limites, derivadas e suas aplicações à Economia e Administração.

Referências básicas:

LEITHOLD, L. **Matemática Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Harbra, 1988. 500p.

CHIANG, A. C. **Matemática para Economistas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. 684p. CHIANG, A.

C.; WAINWRIGHT, K. **Matemática para Economistas**. Tradução da 4ª edição americana. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 659p.

HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. **Cálculo: um curso moderno e suas aplicações**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2011. xiv, 587p.

SIMON, C. P.; BLUME, L. **Matemática para Economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 919p.

3.63 Matemática Aplicada II**Ementa:**

Integral definida. Técnicas de integração. Integral múltipla. Equações diferenciais. Séries

infinitas; série infinita de termos positivos, teste da comparação, teste da integral; séries absolutamente e condicionalmente convergentes; série de potências; Maximização com restrição de desigualdade e não negatividade.

Referências básicas:

LEITHOLD, L. **Matemática Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Harbra, 1988. 500p.

CHIANG, A. C. **Matemática para Economistas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. 684p. CHIANG, A.

C.; WAINWRIGTH, K. **Matemática para Economistas**. Tradução da 4ª edição americana. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 659p.

HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. **Cálculo: um curso moderno e suas aplicações**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2011. xiv, 587p.

SIMON, C. P.; BLUME, L. **Matemática para Economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 919p.

3.64 Mercado de Capitais

Ementa:

Mercado financeiro e conceitos usuais do mercado de capitais. Mercado de Ações. Mercado primário: abertura de capital e títulos - tipos, conceitos e diferenciação. Mercado secundário: bolsa de valores e índice Bovespa. Operações à vista: opções e contratos a termos e de futuros. Produtos e derivativos. Análise e avaliação de títulos e estratégias de investimentos: análise técnica e análise fundamentalista. Avaliação de aplicações com riscos e seleção de carteiras de aplicações. Aplicações do CAPM e da teoria de precificação por arbitragem.

Referências básicas:

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 5a. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

CAVALCANTE, F. S.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F. Mercado de capitais: o que é, como funciona. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de Capitais – Fundamentos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 2005.

PEREIRA, L. P. G.; et. al. O mercado de valores mobiliários brasileiro / Comissão de Valores Mobiliários. 3. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2014.

TOLEDO Fo. Jorge Ribeiro de. Mercado de Capitais Brasileiro – Uma Introdução. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

3.65 Mercado e Comercialização

Ementa:

Mercado e Estruturas de Mercados. Elasticidades. Análise de Casos. Comercialização e Desenvolvimento. Sistema de Comercialização e as tecnologias da Revolução 4.0. Canais de Comercialização. Distribuição. Varejo e Redes de Supermercados. Formação de Preços, Margens de Comercialização e Mark-up. Transmissão de preços. Consumo de Alimentos. Consumo e classes. Construção Social de Mercados e Mercados de qualidade superior. Regulação e rotulação. Certificação. Marcas. Aplicação prática: pesquisa de preços e perfil de consumidor no varejo.

Referências básicas:

BATALHA, Mario Gestão Agroindustrial. São Paulo, ATLAS, 2006 MENDES, Judas **Economia Agrícola: Princípios Básicos e Aplicações,**

MENDES, Judas Economia Agrícola: Princípios Básicos e Aplicações. Curitiba, ZNT, 1998.

WAQUIL, Paulo; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas** Rio Grande do Sul, Ed.UFRGS, 2010, em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad016.pdf>

THOMPSON, John; FORMBY, Arthur **Microeconomia da Firma: Teoria e Prática.** 6ª edição Edit LTC.1999

3.66 Metodologia do Trabalho Científico

Ementa:

Formas de conhecimento: tipos, características e relações. Introdução aos métodos científicos: Método Indutivo, Hipotético-Dedutivo e Dedutivo. O delineamento de pesquisa: Metodologia científica e seus contornos. Ética na pesquisa com seres humanos: histórico, parâmetros (internacionais e nacionais) e legislação vigente. Comunicação do conhecimento científico. Formas textuais utilizadas no ambiente acadêmico e normalização técnico-científica da ABNT. O relatório de pesquisa. Apresentações orais e escritas.

Referências básicas:

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Conhecimento moderno:** sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamento, resumos, resenhas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: apresentação de citações em documentos: procedimentos. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação – referência – elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **NBR 6028**: Resumos. Rio de Janeiro, 1990.

3.67 Pesquisa Aplicada a Economia I

Ementa:

Ampliação da discussão da estrutura da monografia. Revisão e ampliação do arcabouço teórico e metodológico. Construção de resultados parciais. Apresentação em seminários de pesquisa.

Referências básicas:

BASTOS, Lília da Rocha et al. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses dissertações e monografias**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BITTENCOURT, Maria Aparecida Leão et al (Org.). **Normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Ilhéus-BA: UESC/Editus, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

3.68 Pesquisa Aplicada a Economia II

Ementa:

Apresentação da estrutura de encadeamento da pesquisa. Elaboração de resultados finais, conclusões e, ou recomendações. Apresentação dos resultados em seminários de pesquisa. Apresentação pública da monografia.

Referências básicas:

BASTOS, Lília da Rocha et al. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses dissertações e monografias**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BITTENCOURT, Maria Aparecida Leão et al (Org.). **Normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Ilhéus-BA: UESC/Editus, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

3.69 Planejamento Estratégico

Ementa:

Conceitos, teorias e fundamentos do Planejamento Estratégico. Dimensões da análise estratégica. Cenários e tendências. Elaboração e implantação de um Planejamento Estratégico. Estabelecimento de estratégias genéricas. Avaliação e controle estratégicos.

Referências básicas:

ANSOFF, H. Igor. **Administração Estratégica**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1988.

ANSOFF, H. Igor. **Implantando a administração estratégica**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1993.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. São Paulo: Makron Books, 1993.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **A Prática da Administração de Empresas**. – São Paulo: Pioneira, 1981.

HAMEL, Gary; PRAHALAD, C. K. **Competindo pelo Futuro: estratégias inovadoras para obter o controle de seu setor e criar os mercados de amanhã**. – Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. **Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce & LAMPEL, Joseph. **Safari de Estratégias: um roteiro pela selva do Planejamento Estratégico**. – Porto Alegre: Bookman, 2000.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência**. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

WRIGHT, Peter L.; KROLL, Mark J.; PARNELL, John A.. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2007.

3.70 Política e Planejamento Econômico

Ementa:

O papel do Estado no processo de desenvolvimento socioeconômico: abordagem teórica. Fases do planejamento público. Política econômica: conceitos, objetivos e instrumentos. Planejamento econômico no Brasil: evolução, escala espacial e políticas públicas..

Referências básicas:

KON, A. Planejamento no Brasil II. Debates- Economia. São Paulo: Editora Perspectiva. 1999. 310p.

KON, A. Subsídios teóricos e metodológicos ao planejamento econômico público. NPP-EAESP/FGV. Relatório de Pesquisa n.12, 1997 153p. Disponível online

LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo-SP: Perspectiva, 1997.

MIGLIOLI, Jorge. Introdução ao planejamento econômico. São Paulo-SP: Brasiliense, 1983.

ROSSETI, José Paschoal. Política e programação econômicas. São Paulo-SP: Atlas, 1991.

3.71 Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico

Ementa:

Estado keynesiano e Estado neoliberal. Crise do Estado e Políticas Públicas. Teorias da Política Pública. O ciclo da política pública (*policy cycle*): conceitos e processo de construção de políticas públicas. Análise e avaliação de políticas públicas. Políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico regional.

Referências básicas:

BORGES, André; SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro-RJ: Revan, 2006.

STEIN, Ernesto. **A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina**. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2006.

STEINBERGER, Marília. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília-DF: LGE Paralelo 15, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso; RIBEIRO, Isadora. **Políticas públicas e cidadania**. Salvador-BA: UFBA, 2001.

3.72 Prática Extensionista I

Ementa:

Planejamento, execução e avaliação de ação de extensão no campo da Economia e áreas afins, destinada ao público externo e numa perspectiva dialógica.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.73 Prática Extensionista II

Ementa:

Planejamento, execução e avaliação de ação de extensão no campo da Economia e áreas afins, destinada ao público externo e numa perspectiva dialógica.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.74 Prática Extensionista III

Ementa:

Planejamento, execução e avaliação de ação de extensão no campo da Economia e áreas afins, destinada ao público externo e numa perspectiva dialógica.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.75 Prática Extensionista IV

Ementa:

Planejamento, execução e avaliação de ação de extensão no campo da Economia e áreas afins, destinada ao público externo e numa perspectiva dialógica.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.76 Técnicas de Pesquisa em Economia I

Ementa:

Estrutura de trabalhos científicos: projeto e monografia. Os métodos de pesquisa em Economia: métodos de abordagem e métodos de procedimentos. Tipologia da pesquisa científica em Economia. Técnicas de pesquisa. Coleta e tratamento de dados em pesquisa

científica. Escolha e delimitação do tema de pesquisa. Normas técnicas.

Referências básicas:

BITTENCOURT, Maria Aparecida Leão et al (Org.). **Normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Ilhéus-BA: UESC/Editus, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação dos dados**. 8. ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

3.77 Técnicas de Pesquisa em Economia II

Ementa:

Elaboração do projeto de pesquisa: delimitação do objeto, contextualização, problema, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos, hipótese, revisão de literatura, referencial teórico, procedimentos metodológicos, cronograma e orçamento.

Referências básicas:

BITTENCOURT, Maria Aparecida Leão et al (Org.). **Normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Ilhéus-BA: UESC/Editus, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação dos dados**. 8. ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

3.78 Teoria Macroeconômica I

Ementa:

Modelo clássico de determinação da renda; Lei de Say e as Condições de Equilíbrio; Teoria Quantitativa da moeda; Economia Keynesiana: Princípio da demanda efetiva de Keynes e Kalecki; Modelos de determinação da renda; Modelo IS/LM e IS/LM/BP, efeitos de políticas; Implicações e interpretações à realidade brasileira contemporânea.

Referências básicas:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 3ª ed. FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; LOPES, Luiz Martins. (organizadores). **Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2000. 2ª ed.

3.79 Teoria Macroeconômica II**Ementa:**

Macroeconomia pós “Teoria Geral”. Inflação e desemprego. Lei de Okun e curva de Phillips. Monetaristas, Novos Clássicos e Novos-Keynesianos. A oferta e a demanda agregadas e as expectativas adaptativas e racionais. A curva de oferta de Lucas. A teoria dos ciclos reais. Implicações e interpretações à realidade brasileira contemporânea.

Referências básicas:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 3ª ed. FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., 2003. 8ª ed.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; LOPES, Luiz Martins. (organizadores). **Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2000. 2ª ed.

3.80 Teoria Macroeconômica III**Ementa:**

A macroeconomia de médio e longo prazo. Consumo intertemporal, Investimento e Teoria do Crescimento Econômico. Os primórdios da teoria do crescimento, o modelo neoclássico de crescimento e a nova teoria do crescimento. Macroeconomia e abordagens alternativas: Economia pós-keynesiana, expectativas e incerteza; O crescimento restrito pela demanda. Implicações e interpretações à realidade brasileira contemporânea.

Referências básicas:

JONES, CHARLES, Introdução à teoria do Crescimento Econômico , Editora Campus,2000

KEYNES, J.M., A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

LIMA, G.T. SICSÚ, J. Macroeconomia do Emprego e da Renda – Keynes e o Keynesianismo, Barueri: Manole, 2002. (Sugestão de Compra)

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; LOPES, Luiz Martins. (organizadores). **Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2000. 2ª ed.

3.81 Teoria Microeconômica I

Ementa:

Teoria do consumidor: análise marginal e teoria da utilidade. A restrição orçamentária. As preferências do consumidor. O equilíbrio do consumidor. Demanda do consumidor. Efeito substituição e efeito renda. Excedente do consumidor. A preferência revelada. Escolha envolvendo risco. Equilíbrio parcial.

Teoria da firma: definição de firma e tecnologia. A função de produção. Análises de curto e longo prazo. Custo social e privado. A função de custo. Curvas de custos. Minimização de custos. Maximização de lucro. Equilíbrio parcial.

Referências básicas:

HENDERSON, J.M.; QUANDT, R.E. Teoria microeconômica: uma abordagem matemática. São Paulo. Pioneira.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. Microeconomia. São Paulo. Makron Books.

THOMPSON JR., A. A.; FORMBY, J. P. Microeconomia da firma: teoria e prática. Editora: Prentice-Hall do Brasil, 1998. 6a. edição.

VARIAN, H. Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna. Ed. Campus.

3.82 Teoria Microeconômica II

Ementa:

Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolística, oligopólio, noções de teoria dos jogos, formação de preços, comportamento estratégico.

Referências básicas:

HENDERSON, J.M.; QUANDT, R.E. Teoria microeconômica: uma abordagem matemática. São Paulo. Pioneira.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. Microeconomia. São Paulo. Makron Books.

THOMPSON JR., A. A.; FORMBY, J. P. Microeconomia da firma: teoria e prática. Editora: Prentice-Hall do Brasil, 1998. 6a. edição.

VARIAN, H. Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna. Ed. Campus.

3.83 Tópicos Especiais em Economia I

Ementa:

Aprofundar tópicos específicos de teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.84 Tópicos Especiais em Economia II**Ementa:**

Aprofundar tópicos específicos de teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.85 Tópicos Especiais em Economia III**Ementa:**

Aprofundar tópicos específicos de teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.86 Tópicos Especiais em Economia IV**Ementa:**

Aprofundar tópicos específicos de teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

A ser definida a depender dos objetivos e Plano de Ensino proposto.

3.87 Tópicos Especiais em Economia Brasileira**Ementa:**

Aprofundar temas históricos e atuais da Economia Brasileira, bem como, evidenciar as contribuições de grandes pensadores a esta área.

Referências básicas:

LORENZO, Fernandez O, S. **A evolução da economia brasileira**. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

OREIRO, J.L & Feijó, C. A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política Vol. 30, nº2, Abril 2010.

PEREIRA, Luis Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo. Brasiliense. 1988.

3.88 Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente

Ementa:

Estudos de tópicos específicos em Economia do Meio Ambiente: teóricos, aplicados ou instrumentais.

Referências básicas:

CAMARGO, ANA LUIZA DE BRASIL . **Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios**. Papyrus Editora

KRAMER, Rafael Duarte. **Avaliação econômica de danos ambientais**. Curitiba: Contentus, 2020.

MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2010.

MORAES, LETÍCIA DE FÁTIMA. **Sustentabilidade: Ferramentas e Indicadores Socioeconômicos e Ambientais**. Curitiba: Contentus, 2020.

3.89 Tópicos Especiais em Economia do Setor Público

Ementa:

Aprofundar tópicos específicos de economia do setor público, na teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

ARVATE, Paulo Roberto e BIDERMAN, Ciro (Org). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. 3^a. Ed. – Rio de Janeiro

ROTHBARD, Murray N. **Governo e Mercado**. – São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises

Brasil, 2012

SICSÚ, João (org). **Arrecadação de onde vem? E gastos públicos para onde vão.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, P. T; AFONSO, A.; ARCANJO, M; SANTOS, J. C.G. **Economia e Finanças Públicas.** 4ª Ed. – Lisboa: Escola Editora, 2012.

3.90 Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico

Ementa:

Aprofundar temáticas desenvolvidas nas áreas de Evolução do Capitalismo, economia política e história do pensamento econômico I e II, voltadas para o estudo do capitalismo, das escolas de pensamento e pensadores.

Referências básicas:

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro.** Contraponto: Rio de Janeiro, 2004.

BRUE, S. **História do Pensamento Econômico.** Thomson Pioneira: São Paulo, 2004.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico.** Campus: Rio de Janeiro, 1981.

SZMRECSÁNYI, T. & COELHO, F. S. **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo.** Atlas: São Paulo, 2007.

3.91 Economia Rural

Ementa:

Peculiaridades do setor agropecuário e suas implicações econômicas. Influências das políticas macroeconômicas, agrícolas e agrárias sobre a agropecuária e o rural. Contribuições da agropecuária no processo de desenvolvimento econômico. Temas agrícolas e rurais da atualidade: agricultura familiar, transformações nas atividades econômicas e no emprego, questões agrárias, pobreza, desigualdade. Desenvolvimento rural.

Referências básicas:

ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento:** reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos de economia rural.** Chapecó: Argos, 2012

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014

MENDES, J. T. G. **Economia agrícola**: princípios básicos e aplicações. 2.ed. Curitiba: ZNT, 1998

ORTEGA; Antonio César. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas públicas de desenvolvimento rural. Campinas: Alínea, 2008

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002

3.92 Engenharia Econômica

Ementa:

Métodos determinísticos de análise de investimento. Aplicação em análise de projetos industriais. Aplicação em substituição de equipamentos. Análise de múltiplas alternativas. Análise sob condições de risco ou incerteza. O processo de tomada de decisão.

Referências básicas:

BRUNI, Adriano Leal. *Matemática Financeira: com HP e Excel*. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATIAS, Washington Franco. *Matemática Financeira*. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1993.

TOSI, Armando José. *Matemática Financeira com utilização do Excel 2000: aplicável às versões 5.0, 7.0 e 97*. São Paulo: Atlas, 2000.

HIRSCHFELD, Henrique. *Engenharia econômica e análise de custos: aplicações práticas para economistas, engenheiros, analistas de investimentos e administradores*. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

3.93 Tópicos Especiais em Macroeconomia

Ementa:

Aprofundar tópicos específicos da Macroeconomia, na teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 3ª ed.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; LOPES, Luiz Martins. (organizadores). **Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2000. 2ª ed.

3.94 Tópicos Especiais em Microeconomia

Ementa:

Aprofundar tópicos específicos da Microeconomia, na teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

HENDERSON, J.M.; QUANDT, R.E. **Teoria microeconômica: uma abordagem matemática**. São Paulo. Pioneira.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. São Paulo. Makron Books.

THOMPSON JR., A. A.; FORMBY, J. P. **Microeconomia da firma: teoria e prática**. Editora: Prentice-Hall do Brasil, 1998. 6a. edição.

VARIAN, H. **Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna**. Ed. Campus

3.95 . Tópicos Especiais em Economia Internacional

Ementa:

Aprofundar tópicos específicos da economia internacional, na teoria econômica, economia aplicada ou questões econômicas da atualidade.

Referências básicas:

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional**. Rio de Janeiro- RJ: Elsevier, 2004.

CARBAUGH, Roberto J. **Economia internacional**. São Paulo-SP: Thomson Pioneira, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2005.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e prática**. São Paulo-SP: Pearson Addison Wesley, 2009

APÊNDICE B – MINUTA RESOLUÇÃO PAC 2014

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº XX/2014

Aprova o Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas

O Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, no uso de suas atribuições, considerando o deliberado na XXª Reunião Ordinária do CONSEPE, realizada no dia XX de xxxxxx de 2014, com fundamento no art. 9º, parágrafo 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES números 776/97 e 583/2001, e considerando o que consta nos Pareceres CNE/CES nº 67/2003 e 54/2004, reconsiderado pelo Parecer CNE/CES nº 380/2005, alterado pelo Parecer CNE/CES nº 95/2007, homologados pelo Ministro de Estado da Educação, publicados no D.O.U. em 2/6/2003, 1º/03/2006 e 9/07/2007, respectivamente, consubstanciado nas Resoluções CNE/CES nº 2, nº 3 e nº 4, de 18 de junho, 02 de julho e 13 de julho de 2007, respectivamente, do Conselho Nacional de Educação,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o **Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas** da Universidade Estadual de Santa Cruz, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas deverá proporcionar capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia de maneira crítica e analítica, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais no mundo atual. O bacharel deverá, ainda, apresentar sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicada à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

I - ampla base cultural, de modo a possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;

II - capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

III - capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e,

IV - domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

Art. 3º - O Bacharel em Ciências Econômicas se caracterizará como um profissional capaz de:

I – desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
 II – ler e compreender textos econômicos;
 III – elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
 IV – utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica;
 V – utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
 VI – utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e
 VII – diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

Art. 4º - O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas oferecerá 100 (cem) vagas anuais, com uma entrada por semestral por turno, sendo 50 (cinquenta) vagas no primeiro semestre no turno noturno e 50 (cinquenta) vagas no segundo semestre no turno matutino, integralizável em 3.000 horas, com duração de 8 (oito) semestres, a ser concluído em 4 (quatro) anos, no mínimo, e em 7 (sete) anos, no máximo.

Art. 5º - Para integralização do curso, o aluno deverá cumprir 46 (quarenta e seis) disciplinas, num total de 2700 horas (3240 horas-aula), sendo 40 (quarenta) disciplinas obrigatórias e 6 (seis) optativas, conforme Quadro Geral de Disciplinas com semestralização:

Disciplinas	Deptº	Nat	Pré-Requisito(s)	Carga Horas-Aula	Créditos	Semestre
Evolução do Capitalismo	DCEC	OB	NH	60	4	1º
Fundamentos de Matemática	DCET	OB	NH	60	4	1º
Fundamentos do Direito	DCJUR	OB	NH	30	2	1º
Introdução à Economia	DCEC	OB	NH	90	6	1º
Introdução a Filosofia	DFCH	OB	NH	60	4	1º
Metodologia do Trabalho Científico	DFCH	OB	NH	60	4	1º
Contabilidade Social	DCEC	OB	Introdução à Economia	90	4	2º
Formação Econômica do Brasil	DCEC	OB	NH	60	4	2º
História do Pensamento Econômico I	DCEC	OB	NH	60	4	2º
Introdução às Ciências Sociais	DFCH	OB	NH	60	4	2º

Introdução à Administração	DCAC	OB	NH	60	4	2º
Matemática Aplicada à Economia I	DCET	OB	NH	60	4	2º
Economia Brasileira e Contemporânea I	DCEC	OB	Formação Econômica do Brasil	60	4	3º
Estatística Aplicada à Economia I	DCET	OB	NH	60	4	3º
História do Pensamento Econômico II	DCEC	OB	História do Pensamento Econômico I	60	4	3º
Introdução à Contabilidade	DCAC	OB	NH	60	4	3º
Matemática Aplicada à Economia II	DCET	OB	Matemática Aplicada à Economia I	60	4	3º
Teoria Microeconômica I	DCEC	OB	Introdução à Economia; Matemática Aplicada à Economia I	60	4	3º
Análise Econômico-Financeira	DCEC	OB	Fundamentos de Matemática	90	5	4º
Economia Brasileira e Contemporânea II	DCEC	OB	Economia Brasileira e Contemporânea I	60	4	4º
Economia Política	DCEC	OB	História do Pensamento Econômico I	90	5	4º
Estatística Aplicada à Economia II	DCET	OB	Estatística Aplicada à Economia I	60	4	4º
Teoria Macroeconômica I	DCEC	OB	Contabilidade Social	60	4	4º
Teoria Microeconômica II	DCEC	OB	Teoria Microeconômica I	60	4	4º
Econometria I	DCEC	OB	Introdução à Economia; Estatística Aplicada à Economia II	90	5	5º
Economia do Setor Público	DCEC	OB	Teoria Macroeconômica I	90	5	5º
Economia Industrial	DCEC	OB	Teoria Microeconômica II	60	4	5º
Optativa I		OP	A depender da disciplina escolhida	60	4	5º
Técnicas de Pesquisa em Economia I	DCEC	OB	Metodologia do Trabalho Científico; Integralização de mais que 1400 horas aulas cursadas	90	5	5º
Teoria Macroeconômica II	DCEC	OB	Teoria Macroeconômica I	60	4	5º

Economia Internacional I	DCEC	OB	Teoria Microeconômica I; Teoria Macroeconômica II	90	5	6°
Economia Monetária	DCEC	OB	Teoria Macroeconômica II	90	5	6°
Economia Regional e Urbana	DCEC	OB	Teoria Macroeconômica II; Economia Industrial	90	5	6°
Optativa II		OP	A depender da disciplina escolhida	60	4	6°
Técnicas de Pesquisa em Economia II	DCEC	OB	Técnicas de Pesquisa em Economia I	90	4	6°
Teoria Macroeconômica III	DCEC	OB	Teoria Macroeconômica II	60	4	6°
Desenvolvimento Socioeconômico	DCEC	OB	Teoria Macroeconômica III	90	5	7°
Economia Internacional II	DCEC	OB	Economia Internacional I	60	4	7°
Optativa III		OP	A depender da disciplina escolhida	60	4	7°
Optativa IV		OP	A depender da disciplina escolhida	60	4	7°
Pesquisa Aplicada à Economia I	DCEC	OB	Técnicas de Pesquisa em Economia II	120	5	7°
Conduta Profissional do Economista	DCEC	OB	Integralização de mais que 2800 horas aulas cursadas	30	2	8°
Elaboração e Análise de Projetos	DCEC	OB	Análise Econômica Financeira; Teoria Microeconômica II; Teoria Macroeconômica II	120	5	8°
Optativa V		OP	A depender da disciplina escolhida	60	4	8°
Optativa VI		OP	A depender da disciplina escolhida	60	4	8°
Pesquisa Aplicada à Economia II	DCEC	OB	Pesquisa Aplicada à Economia I	120	5	8°

Art. 6° - O rol de disciplinas optativas que deverão compor o mínimo 6 (seis) disciplinas e 300 horas a serem cursadas estão relacionadas abaixo:

Disciplinas	Dept°	Nat	Pré-Requisito	Carga Horas-Aula	Créditos
Antropologia dos Grupos Afro-Brasileiros	DFCH	OP	NT	60	4
Contabilidade de Custos	DCAC	OP	NT	60	4
Direito Econômico	DCJUR	OP	Fundamentos do Direito	60	4
Direito Tributário	DCJUR	OP	Fundamentos do Direito	60	4

Econometria II	DCEC	OP	Econometria I	90	5
Economia Agrícola e Agronegócio	DCEC	OP	Teoria Microeconômica II; Teoria Macroeconômica II	60	4
Economia Baiana	DCEC	OP	Economia Brasileira Contemporânea I	60	4
Economia da Região Cacaueira	DCEC	OP	Introdução à Economia	60	4
Economia da Tecnologia	DCEC	OP	Economia Industrial	60	4
Economia de Regulação	DCEC	OP	Economia do Setor Público	60	4
Economia de Serviços	DCEC	OP	Introdução à Economia	60	4
Economia do Trabalho	DCEC	OP	Teoria Microeconômica I; Teoria Macroeconômica II	90	5
Economia do Turismo	DCEC	OP	Introdução à Economia	60	4
Economia e Cooperativismo	DCEC	OP	Introdução à Economia	60	4
Economia e Meio Ambiente	DCEC	OP	Introdução à Economia	60	4
Economia Empresarial	DCEC	OP	Organização Industrial; Teoria Macroeconômica II	60	4
Economia Institucional	DCEC	OP	Introdução à Economia	60	4
Finanças Públicas	DCEC	OP	Economia do Setor Público	60	4
Geografia Econômica	DCEC	OP	Economia Regional e Urbana	60	4
História Indígena	DFCH	OP	NT	60	4
Inglês Instrumental	DLA	OP	NT	60	4
Laboratório de Prática em Análise e Avaliação Econômico-financeira	DCEC	OP	Integralização de mais que 1500 horas aulas cursadas	90	4
Laboratório de Prática em Consultoria Econômica	DCEC	OP	Integralização de mais que 1500 horas aulas cursadas	90	4
Laboratório de Prática em Planejamento Econômico	DCEC	OP	Integralização de mais que 1500 horas aulas cursadas	90	4
Laboratório de Prática em Políticas Públicas	DCEC	OP	Integralização de mais que 1500 horas aulas cursadas	90	4
Leitura e Produção de Textos	DLA	OP	NT	75	4
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	DLA	OP	NT	60	4
Língua Portuguesa	DLA	OP	NT	60	4
Mercado de Capitais	DCEC	OP	Economia Monetária	60	4
Mercado e Comercialização	DCEC	OP	Teoria Microeconômica II	60	4
Planejamento Estratégico	DCAC	OP	Introdução à Administração; Introdução à Economia	60	4
Política e Planejamento Econômico	DCEC	OP	Economia do Setor Público; Teoria Macroeconômica III	60	4
Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico	DCEC	OP	Economia do Setor Público; Desenvolvimento Socioeconômico	60	4

Tópicos Especiais em Economia Brasileira	DCEC	OP	Economia Brasileira e Contemporânea II	60	4
Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente	DCEC	OP	Teoria Microeconômica I	90	4
Tópicos Especiais em Economia do Setor Público	DCEC	OP	Economia do Setor Público	60	4
Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico	DCEC	OP	História do Pensamento Econômico II; Economia Política	60	4

Art. 7º – Será exigido, ainda, para integralização do curso, o cumprimento de uma carga horária mínima de 300 (trezentas) horas de Atividades Complementares, realizadas ao longo do Curso e escolhidas dentre o rol de atividades que compõem o Barema de Aproveitamento de Atividades Complementares, conforme estabelecido abaixo:

Modalidade Ensino

Nº	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
1.	Disciplinas de cursos de graduação em Economia (de outras IES), desde que em curso reconhecido e não contempladas na grade curricular do curso de Economia da UESC	C.H. da disciplina	Até 120h para cursos presenciais; até 60h para não-presenciais	Histórico escolar com aprovação
2.	Disciplinas de outros cursos de graduação (da UESC ou de outras IES), não integrantes da grade curricular do curso de Economia da UESC	C.H. da disciplina	Até 120h para cursos presenciais; até 60h para não-presenciais	Histórico escolar com aprovação
3.	Disciplina de cursos de pós-graduação em Economia e áreas afins, não integrantes da grade curricular do curso de Economia da UESC	C.H. da disciplina	Até 60h para cursos presenciais; até 30h para não-presenciais	Histórico escolar com aprovação
4.	Participação em Grupos de Estudos registrados (da UESC ou de outras IES)	15h por mês	Até 60h	Certificado/declaração de participação
5.	Participação em Projetos de Ensino e de Iniciação à Docência (com ou sem bolsa), da UESC ou de outras IES	20h por mês	Até 80h	Certificado/declaração de participação

Modalidade Pesquisa

Nº	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
1.	Participação em iniciação científica da UESC (com ou sem bolsa) – PIBIC/PROBIC/PROIC	40h por mês	Até 120h	Certificado de participação emitido pela PROPP
2.	Participação em projetos de pesquisa da UESC ou de outras IES (com ou sem bolsa)	40h por mês	Até 120h	Certificado de participação emitido pela PROPP ou declaração do Professor Coordenador/Orientador
3.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (nacionais/internacionais) – artigo	20h por apresentação	Até 200h	Certificado de apresentação do trabalho
4.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (nacionais/internacionais) – resumo/ensaio/pôster	10h por apresentação	Até 100h	Certificado de apresentação do trabalho
5.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (regionais/locais) – artigo	10h por apresentação	Até 100h	Certificado de apresentação do trabalho
6.	Apresentação de trabalho em eventos científicos (regionais/locais) – resumo/ensaio/pôster	5h por apresentação	Até 50h	Certificado de apresentação do trabalho
7.	Publicação de artigo completo em Anais de Eventos	10h por artigo	Até 100h	Cópia do sumário e do registro dos anais ou declaração de aceite
8.	Publicação de resumos em Anais de Eventos	3h por resumo	Até 30h	Cópia do sumário e do registro dos anais ou declaração de aceite
9.	Publicação de artigos completos em Periódicos	40h por artigo	Até 160h	Cópia da capa; ficha catalográfica; sumário e primeira página do trabalho no periódico ou declaração de aceite
10.	Publicação de capítulos de livro	40h por capítulo	Até 160h	Cópia da capa; ficha catalográfica; sumário e primeira página do trabalho no periódico ou declaração de aceite
11	Publicação em jornais, revistas ou periódicos não acadêmicos, mas com temática econômica	5h por publicação	Até 30h	Cópia da publicação e da comprovação do local de publicação

Modalidade Extensão

Nº	Atividade	C.H. Atribuída	C. H. MÁXIMA Aproveitada	Comprovação
1.	Atuação profissional nas áreas de atribuição do economista	40h por mês	Até 160h	Atestado emitido pela empresa (pública/privada) contendo descrição das atividades desenvolvidas
2.	Cursos diversos que qualifiquem o estudante dentro da área de conhecimento da Economia	10h por curso	Até 150h	Certificado/declaração de participação
3.	Cursos diversos que qualifiquem o estudante nas diversas áreas do conhecimento	5h por curso	Até 50h	Certificado de participação
4.	Estágio supervisionado não-obrigatório	40h por mês	Até 160h	Contrato de estágio
5.	Ministrante de palestra e, ou minicurso em eventos	20h por ação	Até 60h	Certificado/declaração de participação
6.	Monitoria em eventos científicos	5h por monitoria	Até 60h	Certificado/declaração de participação
7.	Organização de Eventos Acadêmico-Científicos	15h por ação	Até 60h	Certificado/declaração de participação
8.	Participação, como voluntário, em ações de extensão diversas	5h por ação	Até 60h	Certificado/declaração de participação
9.	Participação em comissões/comitês do DCEC/COLECO, ou de outros setores da UESC	10h por mês	Até 100h	Certificado/declaração de participação ou cópia de portaria.
10.	Participação em Empresa Junior	40h por mês	Até 160h	Certificado/declaração de participação
11.	Participação em Projetos de Extensão da UESC ou de outras IES (com ou sem bolsa)	40h por mês	Até 200h	Certificado emitido pela PROEX ou declaração do coordenador/orientador
12.	Participação, como ouvinte, em seminários, simpósios, conferências, encontros, semanas acadêmicas, minicursos, palestras, exposições e, ou jornadas	C.H do evento até o 8h por evento (quando não for explícita a C.H. do evento, reconhece-se o mínimo de 4h)	Até 160h	Certificado/declaração de participação

13.	Realização de intercâmbio estudantil (nacional e, ou internacional)	C.H. da ação	Até 300h	Certificado/declaração de participação
14.	Representação estudantil junto ao DCEC/COLECO	25h por semestre	Até 100h	Certificado/declaração de participação
15.	Representação estudantil junto ao Centro Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas ou Diretório Central dos Estudantes da UESC	25h por semestre	Até 100h	Certificado/declaração de participação
16.	Práticas de serviço voluntário (atividade não remunerada prestada a entidade pública ou privada sem fins lucrativos, em conformidade com a Lei nº 9.608 de 18/02/1998).	C.H da atividade	Até 60h	Certificado/declaração de participação

Art. 8º – Os alunos ingressantes a partir do 1º semestre do ano de 2015, por qualquer modalidade de matrícula, ficarão obrigados ao cumprimento do currículo proposto pelo presente projeto acadêmico. Os alunos ingressantes até o ano de 2014, por qualquer modalidade de matrícula, estarão sujeitos às seguintes regras de adaptação:

- I. Os alunos que ao final do período acadêmico 2014.2 tenham integralizado até 50% da carga horária mínima exigida pelo currículo anterior (grade curricular 2010.1), 1.500 horas, portanto, passarão a se vincular ao currículo proposto, adotando-se o quadro de equivalência curricular apresentado abaixo.
- II. Os alunos que ao final do período acadêmico 2014.2 tenham integralizado mais de 50% da carga horária mínima exigida continuarão vinculados ao currículo anterior (grade curricular 2010.1), por um período máximo de três (3) anos, a partir do período acadêmico 2015.1, devendo integralizá-lo até o período 2017.2. Caso não integralizem, migrarão automaticamente para o mapa curricular ora proposto.
- III. Os alunos que ao final do período acadêmico 2014.2 tenham integralizado mais de 50% da carga horária mínima exigida, opcionalmente poderão migrar para a grade curricular ora proposta mediante solicitação feita ao Colegiado do Curso via requerimento no Protocolo Geral da UESC, no qual deverá expressar seu desejo de migração para a nova estrutura curricular. Os interessados terão até o primeiro semestre de 2015 para realizar a solicitação, sendo que a opção não poderá ser revertida.

Art. 9º - As disciplinas obrigatórias e optativas, cursadas, com aproveitamento, no currículo anterior, serão equivalentes às disciplinas/atividades do currículo proposto, conforme o quadro abaixo:

Disciplinas do Currículo Proposto	Carga Horas-Aula	CR	Disciplinas Equivalente do Currículo Anterior]	Carga Horas-Aula	CR
Fundamentos de Direito	30	2	Direito e Economia	45	3

Fundamentos de Matemática	60	4	Matemática e Economia	60	4
Evolução do Capitalismo	60	4	História Econômica Geral	60	4
Introdução à Economia	90	6	Introdução à Economia	60	4
Introdução à Filosofia	60	4	Filosofia e Economia	45	3
Metodologia do Trabalho Científico	60	4	Iniciação ao Trabalho Científico	60	4
Contabilidade Social	90	4	Contabilidade Social	60	4
Formação Econômica do Brasil	60	4	Formação Econômica do Brasil	60	4
História do Pensamento Econômico I	60	4	História do Pensamento Econômico I	60	4
Introdução à Contabilidade	60	4	Contabilidade e Economia	45	3
Introdução às Ciências Sociais	60	4	Sociologia e Economia	45	3
			Ciência Política e Economia	45	3
Matemática Aplicada à Economia I	60	4	Economia Matemática I	60	4
Economia Brasileira Contemporânea I	60	4	Economia Brasileira Contemporânea	60	4
Estatística Aplicada à Economia I	60	4	Introdução à Estatística	45	3
História do Pensamento Econômico II	60	4	História do Pensamento Econômico II	60	4
Introdução à Administração	60	3	Administração e Economia	45	3
Matemática Aplicada à Economia II	60	4	Economia Matemática II	60	4
Teoria Microeconômica I	60	4	Teoria Microeconômica I	60	4
Análise Econômico-Financeira	90	5	Análise Econômico-Financeira	60	4
Economia Brasileira Contemporânea II	60	4	Sem equivalência		
Economia Política	90	5	Economia Política	60	4
Estatística Aplicada à Economia II	60	4	Estatística Econômica	60	4
Teoria Macroeconômica I	60	4	Teoria Macroeconômica I	60	4
Teoria Microeconômica II	60	4	Teoria Microeconômica II	60	4
Econometria I	90	5	Econometria	60	4
Economia do Setor Público	90	5	Economia do Setor Público	60	4
Economia Industrial	60	4	Organização Industrial	60	4
Técnicas de Pesquisa em Economia I	90	5	Metodologia e Técnicas de Pesquisa I	60	4

Teoria Macroeconômica II	60	4	Teoria Macroeconômica II	60	4
Economia Internacional I	90	5	Economia Internacional I	60	4
Economia Monetária	90	5	Economia Monetária	60	4
Economia Regional e Urbana	90	5	Economia Regional e Urbana	60	4
Técnicas de Pesquisa em Economia II	90	4	Metodologia e Técnicas de Pesquisa II	60	4
Teoria Macroeconômica III	60	4	Sem equivalência		
Desenvolvimento Socioeconômico	90	5	Desenvolvimento Socioeconômico	60	4
Economia Internacional II	60	4	Economia Internacional II	60	4
Pesquisa Aplicada à Economia I	120	5	Monografia I	60	4
Elaboração e Análise de Projetos	120	5	Elaboração e Análise de Projetos	60	4
Conduto Profissional do Economista	30	2	Ética e Economia	45	3
Pesquisa Aplicada à Economia II	120	5	Monografia II	60	4
Antropologia dos Grupos Afro-Brasileiros	60	4	Sem equivalência		
Contabilidade de Custos	60	4	Contabilidade de Custos	60	4
Direito Econômico	60	4	Direito Econômico	60	4
Direito Tributário	60	4	Direito Tributário	60	4
Econometria II	90	5	Econometria II	60	4
Economia Agrícola e Agronegócio	60	4	Economia Agrícola e Agronegócio	60	4
Economia Baiana	60	4	Sem equivalência		
Economia da Região Cacaueira	60	4	Economia da Região Cacaueira	60	4
Economia da Regulação	60	4	Economia de Regulação	60	4
Economia de Serviços	60	4	Economia de Serviços	60	4
Economia do Meio Ambiente	60	4	Economia e Meio Ambiente	60	4
Economia do Trabalho	90	5	Sem equivalência		
Economia do Turismo	60	4	Economia do Turismo	60	4
Economia e Cooperativismo	60	4	Economia e Cooperativismo	60	4
Economia Empresarial	60	4	Economia de Empresas	60	4
Economia da Tecnologia	60	4	Sem equivalência		
Economia Institucional	60	4	Sem equivalência		
Finanças Públicas	60	4	Sem equivalência		
Geografia Econômica	60	4	Geografia Econômica	60	4
História Indígena	60	4	Sem equivalência		

Inglês Instrumental	60	4	Inglês Instrumental	60	4
Laboratório de Prática em Análise e Avaliação Econômico-Financeira	90	4	Sem equivalência		
Laboratório de Prática em Avaliação de Políticas Públicas	90	4	Sem equivalência		
Laboratório de Prática em Consultoria Econômica	90	4	Sem equivalência		
Laboratório de Prática em Planejamento Econômico	90	4	Sem equivalência		
Leitura e Produção de Textos	75	4	Sem equivalência		
Língua Portuguesa	60	4	Língua Portuguesa	60	4
Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	3	Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	3
Mercado de Capitais	60	4	Mercado de Capitais	60	4
Mercado e Comercialização	60	4	Mercado e Comercialização	60	4
Planejamento Estratégico	60	4	Sem equivalência		
Política e Planejamento Econômico	60	4	Política e Planejamento Econômico	60	4
Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico	60	4	Sem equivalência		
Tópicos Especiais em Economia do Meio Ambiente	90	4	Sem equivalência		
Tópicos Especiais em Economia do Setor Público	60	4	Sem equivalência		
Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico	60	4	Sem equivalência		
Sem equivalência			Introdução à Ciência dos Computadores	60	4
Sem equivalência			Estágio Supervisionado	180	4
Sem equivalência			Evolução Econômica Pré-Capitalista	60	4

Art. 10 - A carga horária das atividades acadêmicas curriculares cursadas com aproveitamento no currículo anterior será considerada para o cálculo da carga horária das atividades complementares do currículo proposto.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Estatuto e Regimento Geral da UESC, através do CONSEPE e do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CONSEPE nº 74/2011.

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade, __de____de 2014.

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO
PRESIDENTE